

O que somos e o que esperávamos ser: Estado, Economia e Discurso Presidencial na América Latina (o pós-1929 e o pós-1989)

*"Em nenhum momento de nossa história foi tão grande a
distância entre o que somos e o que esperávamos ser."*

Celso Furtado

Gerson Egas Severo

Orientador: Prof. Dr. Werner Altmann

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SUMÁRIO

Prefácio

Primeira parte: Preparando a análise

1. Questões introdutórias
 - 1.1 À maneira de apresentação
 - 1.2 O tema e o problema
 - 1.3 A hipótese e o encaminhamento
2. Posições teórico-metodológicas
 - 2.1 História Comparada das Idéias Econômicas
 - 2.2 Análise de Textos
 - 2.2.1 As chaves de leitura
 - 2.3 História do Tempo Presente
3. Quadro teórico geral de referência

Segunda parte: O discurso presidencial no pós-1929

1. Brasil, Argentina e México diante da inflexão de 1929 - o contexto
2. "*A democracia liberal capitalista é uma velha árvore cheia de musgos*": o caso de Getúlio Vargas
3. "*Mi empresa es alta y clara mi divisa; mi causa es la causa del pueblo*": o caso de Juan Domingo Perón
4. "*A intervenção do Estado há de ser cada vez maior, freqüente e profunda*": o caso de Lázaro Cárdenas

Terceira parte: O discurso presidencial no pós-1989

1. Brasil, Argentina e México diante da inflexão de 1989 - o contexto
2. "*O Brasil encontra-se na vanguarda de um processo histórico de escala inédita*": o caso de Fernando Collor de Mello
3. "*A Revolução de 30 acabou; a Era Vargas está esgotada*": o caso de Fernando Henrique Cardoso
4. "*A Argentina tem que se tornar o país dos grandes negócios*": o caso de Carlos Saúl Menem

5. "*A mudança é a garantia da continuidade do México na história*": o caso de Carlos Salinas de Gortari
6. "*Preservarei a soberania nacional com um nacionalismo ativo e aberto*": o caso de Ernesto Zedillo

Quarta parte (conclusiva): O que somos e o que esperávamos ser - o paralelo

Para um fechamento

Bibliografia e leitura adicional

Prefácio

O presente livro de Gerson Egas Severo tem um mote, um fio condutor inspirado na frase de Celso Furtado “em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser”, que está no título do trabalho e que o autor se dispõe a comprovar.

De origem acadêmica mas com invulgar elegância de estilo que se harmoniza com uma característica marcadamente ensaística o texto revela fundamentação histórica ancorada em quadro teórico geral de referência que utiliza competentemente a História Comparada, Análise de Textos e História do Tempo Presente.

O autor nos apresenta, então, um estudo de fôlego, criativo, de grandes proporções, isto é, um estudo histórico comparativo dos três países latino-americanos de maior desenvolvimento de suas forças produtivas – Brasil, Argentina e México – em dois momentos diferenciados e sem desautorizar em nenhum momento as hipóteses de trabalho.

Assim, as posições teórico-metodológicas convenientemente assentadas permitem a exposição articulada das hipóteses e sua comprovação posterior. Aliás, já no início do seu trabalho o autor nos adverte de que a problematização correta do tema permite, mais adiante, a resolução natural e concreta das questões, o que efetivamente ocorre.

Marc Bloch³⁰⁰ referiu-se à História Comparada propondo considerá-la essencialmente estudo em paralelo de duas sociedades, vizinhas e contemporâneas e cuja evolução no tempo tenha se dado no mesmo sentido e sujeita às mesmas causas e influências. Nesse sentido, estabeleceu ainda o que deveriam ser, a seu juízo, os passos do método:

³⁰⁰ Pour une histoire comparée des sociétés européennes. Mélanges historiques I, Paris, 1963.

1. Formulação inicial do problema através de questão ancorada em fonte – fazer “falar a fonte” – o que torna possível identificar semelhanças entre fatos ou fenômenos nas sociedades em exame.
2. Identificação e avaliação das influências recíprocas que as sociedades vizinhas, no tempo e no espaço, exercem uma sobre a outra.
3. Busca das causas e análise dos processos que permitiram a constituição das semelhanças observadas.
4. Identificação e análise também das diferenças e especificidades apresentadas pelas duas conjunturas em comparação.

Considere-se, ainda, que Bloch estava, então, empenhado em estabelecer bases que permitissem a construção de uma História transnacional superadora das fragmentações e do próprio eurocentrismo das concepções da História.

Pois bem, tudo isso vamos encontrar no livro de Gerson Egas Severo. Revelando cultura histórica e extrema criatividade despreza a fragmentação e os “cacos” da História apresentando-nos uma visão da História em suas grandes linhas. Analisa temas “macrohistóricos” latino-americanos paralelamente, numa comparação que não ignora as especificidades de cada um dos processos históricos dos Estados Nacionais em questão.

Trata-se efetivamente de estudo comparativo – não justaposição de exame de processos – de três casos nacionais latino-americanos em dois períodos históricos distintos. E a comparação sofisticada-se ao se desdobrar numa variável horizontal (Getúlio Vargas, Juan Domingo Perón, Lázaro Cárdenas por um lado e Fernando Collor de Melo, Carlos Saul Menem, Carlos Salinas de Gortari, Ernesto Zedillo pelo outro) e outra vertical ao contrapor os presidentes do primeiro grupo aos do segundo. O mesmo procedimento comparativo vertical podemos observar no tratamento dos períodos pós-1929 e pós-1989 no Brasil, Argentina e México.

De outra parte, é necessário dizer ainda que a Análise de Textos e a História do Tempo Presente são outras concepções teórico-metodológicas presentes na medida

em que são os discursos presidenciais de posse que se constituem na documentação base que encaminha a pesquisa e a reflexão e análise posteriores.

Neste sentido, estamos diante de obra original, incomum, na qual o autor pode, com freqüência, dispensar o caminho rente aos autores de referência para enveredar por construções próprias, ricas, instigantes, que encaminham o viés ensaístico mas não menos preciso do ponto de vista da ciência histórica do presente livro. Em procedimento científico irrepreensível o autor utiliza os autores de referência como base da análise mas não os repete para marchar à zaga de suas afirmações.

Evidencia-se, então, que sua obra, além de construção ancorada em outros autores constitui-se em elaboração própria e a utilização dos autores ocorre de acordo com as necessidades dessa construção.

Dessa forma não são, portanto, os autores utilizados que determinam de forma exclusiva seu texto, mas é o autor que detém a hegemonia da construção do texto valendo-se da produção historiográfica para a sustentação científica e a comprovação de suas conclusões.

Nesse particular, o autor nos brinda com sua capacidade de síntese, com sua aptidão de, no âmbito do tratamento temático macrohistórico preservar o particular, o específico, e manter, ao mesmo tempo, a tensão histórica, marco delimitador fundamental para obra histórica de porte.

Dessa maneira, a integração harmoniosa entre fontes, produção historiográfica e condução próprias do texto fazem do presente livro magnífica obra de História Latino-americana com esse recorte especial e temporal ambicioso e absolutamente original.

“O que somos e o que esperávamos ser: Estado, Economia e Discurso Presidencial na América Latina (o pós-1929 e o pós-1989)” revela-nos, então, o historiador da nova geração Gerson Egas Severo como historiador intelectualmente maduro neste seu livro de História Latino-americana de densidade e qualidade invulgares e a Editora Unisinos marca mais um tento em sua já exitosa trajetória ao publicar esta obra instigante e ampliadora do conhecimento histórico que se incorpora agora à produção historiográfica brasileira sobre a América Latina.

Werner Altmann

Primeira parte

Preparando a análise

1. Questões introdutórias

"Que século, meu Deus! - disseram os ratos
E começaram a roer o edifício..."

Carlos Drummond de Andrade

1.1 À maneira de apresentação

À frente de toda geração de estudiosos ergue-se - pedra no caminho - uma esfinge a ser decifrada. Diferentemente, no entanto, daquela posta pela imaginação de Sófocles às portas da cidade de Tebas, esta apresenta-se em geral emudecida: nada enuncia. Assim, são eles próprios, os estudiosos - Édipos por necessidade e por deliberação -, quem ao deparar-se com a esfinge formulam a indagação à qual em diálogo com livros, autores e idéias, deverão oferecer resposta. São eles que devem apresentar-lhe, na expressão de José Martí, as *armas do discernimento*.

Existe aí, já se vê, um risco: perguntas inexatas - mesmo que elaboradas desde a perspectiva privilegiada de "ombros de gigantes" - levarão necessariamente a possibilidades equivocadas de resolução. Trata-se, todavia, de um risco calculado, posto que intrínseco à investigação humana de cunho científico. Afinal, seres mitológicos como a esfinge de Sófocles não estão - a não ser no enquadramento literário da metáfora clássica - a lançar-nos ao rosto enigmas de cuja decifração dependerá a existência da *cidade*. A História, ao contrário, sim, está: da maior ou menor pertinência das indagações que soubermos construir, e da menor ou maior capacidade de compreensão e resposta que pudermos alcançar - mesmo que respostas provisórias, *in progress* -, dependerá a nossa compreensão do mundo; e, em uma angulação de corte filosófico, o próprio mundo.

A esfinge de minha geração é o significado profundo da última década do intenso, rico e conturbado século XX, em sua relação de antagonismo aberto com o que historicamente se apresentou no pós-1929. Esfinge que exhibe sua imponência não mais à frente da Tebas ancestral - mas *de nossa América*.

1.2 O tema e o problema

*"O tempo gasta as pedras
muito mais rapidamente
do que gasta as palavras."*

Maurice Druon

O presente texto - originalmente uma dissertação de mestrado - é resultado de um estudo que envolve Brasil, Argentina e México, considerando dois momentos históricos de notável densidade econômica, social e política no século XX - o pós-1929 e o pós-1989 -, postos em relação desde a análise e interpretação dos discursos de posse de mandato, bem como de outras manifestações em momentos especialmente relevantes, de seus respectivos presidentes: Getúlio Vargas, Juan Domingo Perón e Lázaro Cárdenas, para o pós-1929, e Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Saul Menem, Carlos Salinas de Gortari e Ernesto Zedillo, para o pós-1989 - sempre respectivamente.

Em seu horizonte mais amplo, o trabalho visa a contribuir para uma compreensão global acerca do comportamento das realidades brasileira e latino-americana quando sob o influxo de poderosas conjunturas internacionais que as emolduraram e condicionaram sobremaneira: aquela que se seguiu à crise de 1929, e aquela - a do pós-1989 - em que mais claramente se estabeleceram e se configuraram a chamada Nova Ordem Mundial e o fenômeno da Globalização.

O emolduramento e o condicionamento postos pelos momentos em questão serão entendidos como o resultado de uma equação histórica que envolve necessariamente as conjunturas internas de cada país, o que implica em um jogo de exame complexo, cujos dados principais ora apontarão para um paralelo feito de convergências, ora para um traçado composto de divergências profundas.

Em geral, no entanto, os dois instantes históricos que dão cercamento a este trabalho apresentam-se, em muitos e amplos sentidos - e não apenas para os países aqui contemplados - em uma relação claramente antitética, a qual pode ser definida desta forma: retraimento do liberalismo oportunizando políticas econômicas de inspiração keynesiana (mesmo intuitivamente e *antes de Keynes*, como se verá) *versus* reerguimento do liberalismo e afastamento sistemático, no que se refere à história viva do pensamento econômico, de qualquer outra doutrina. A antítese, todavia, não é perfeitamente simétrica - e talvez nem o pudesse ser, em se tratando de história. Não obstante, o que temos em um dos pólos é a construção de algo - as bases do capitalismo *nacional* propriamente dito - que, no outro, será desconstruído praticamente *ponto por ponto*. São dois momentos em que idéias-força específicas e ideologicamente hegemônicas orientam transformações de largo alcance e que - no que diz respeito, está claro, ao nexos presente-passado -, compõem um painel de referências explícitas que justificam, ou que pretendem justificar, a mencionada desconstrução e a construção de uma nova realidade.

Os paralelos possíveis entre os ambientes temporais em questão são muitos e fazem-se verificar em diversos níveis - assim como aqueles existentes entre os três países escolhidos. Não poucas vezes, e em não banais oportunidades, os presidentes da década de 1990 referiram-se a seus próprios governos como possuindo um *espírito de fundo* em oposição à "Era Vargas", à "Era Perón" e à "Era Cárdenas", avaliando-as (e ao que em torno delas gravita) como estando historicamente esgotadas. Na trilha da contestação generalizada ao Estado do Bem-Estar Social, temos uma negação - explicitada todos os dias - das políticas keynesianas que

historicamente o balisaram, bem como uma tentativa de superação (conforme a visão de mundo sustentada), da social-democracia - espectro político que informou o surgimento do Welfare State e tornou Keynes possível.

Há algo, aqui. Uma certa *lógica* governamental, possibilitada, de um lado, pela conjuntura internacional que se seguiu à queda do Muro de Berlim e pela subsequente recomposição da hegemonia do capitalismo no planeta (a "direitização do mundo", nas palavras de Agustín Cueva¹), e, de outro, pela abertura econômica promovida no Brasil, na Argentina e no México na virada da década de 1980 para a de 1990 - fenômenos que devem ser entendidos como estando em relação. O conjunto de tais injunções tem levado mesmo ao abalo de premissas fundamentais para a própria existência do Estado nacional como o conhecemos².

"Quando despertou da prolongada hibernação em que o havia prostrado o desastre de 1929 - hibernação que muitos tomaram por morte -, o liberalismo pôde argumentar, a justo título, que a economia de mercado é mais eficiente do que a economia estatizada, dirigida ou planejada. Supôs-se que o mercado, na sua versão globalizada, podia resolver todos os problemas, mesmo os sociais ou culturais, permitindo não apenas reformar, mas também arquivar o Estado nacional, despojando-o de todos os controles e regulamentos." (Freitas, 1997).

Mesmo que a universalização de modelos de bloco econômico como o da União Européia - que transcendem a mera Zona de Livre Comércio ou a União Aduaneira, constituindo uma União Econômica e Monetária - pareçam anunciar em um quadro futuro um tal "despojamento" em termos nacionais, modernos, o certo é que mudanças profundas, *realmente estruturais e estruturantes*, marcaram os anos 90 na

¹ Cueva, Agustín (org.). Tempos conservadores - A direita no Ocidente e na América Latina. São Paulo: Hucitec, 1989.

² Para um estudo sobre a relação específica entre Globalização e crise do Estado-Nação, ver Pacheco, Cristina Carvalho. Estado-Nação, internacionalização e democracia: um ensaio acerca do impacto da internacionalização nas democracias periféricas, sob a perspectiva de uma economia-mundo capitalista. *Temáticas*, Campinas, 7(13/14): 7-34, jan/dez 1999.

América Latina, assim como ocorreu na conjuntura do pós-1929. Se Brasil, Argentina e México são exemplos paradigmáticos hoje, seguramente é porque o foram também à época, respondendo, em grande medida, de maneira semelhante à crise - devendo-se considerar ainda que esses três países se *destacaram* historicamente do restante da parcela latina do continente, alcançando um grau razoável de industrialização e um status "desenvolvido" em um ambiente geral de não desenvolvimento.

O Brasil via esgotado o modelo econômico agrário-exportador que havia condicionado a sua inserção na divisão internacional do trabalho desde o século XVI. A cena mundial, abalada pela crise, estimulou o desenvolvimento brasileiro, fazendo com que aos poucos o que viria a ser conhecido como *modelo getulista* - referência óbvia ao presidente Getúlio Vargas - se impusesse: ênfase na industrialização, através da substituição das importações de bens de consumo e posterior implantação da indústria pesada (siderurgia, petróleo, energia elétrica, etc.); forte papel estruturante do Estado, como formulador de políticas e como *agente direto* nos setores que exigiam grande investimento e longo prazo de retorno. O crescimento econômico fez-se acompanhar do surgimento progressivo de medidas que tinham o objetivo de regular a relação econômico-social mais básica, aquela que se dá entre empresários e trabalhadores: o salário mínimo e a carteira de trabalho, a legislação que envolve esse universo e a respectiva instância jurídica que o compõe.

A Argentina - que de início, ao contrário do Brasil, sofreu em menor proporção com a crise mundial, uma vez que seus principais produtos primários de exportação (trigo e carne) não eram tão facilmente descartáveis pelo mercado internacional, como o café - conheceria um processo histórico semelhante com Juan Domingo Perón na década de 1940: da taxaçoão sobre as importações - quer dizer, de uma intervenção estatal - vieram grande parte dos recursos que possibilitaram as inversões infra-estruturais necessárias ao progresso industrial argentino. Em seguida, o Estado argentino promoveu o desenvolvimento da siderurgia, a construção de represas e gasodutos, a desapropriação de empresas estrangeiras, a estatização do comércio

exterior e a nacionalização de inúmeros setores da economia. Além disso, reimplantou - posto que a "década infame" o havia abortado - e ampliou o universo de leis trabalhistas, alcançando um tipo de relação e aproximação para com a classe trabalhadora também semelhante ao que ocorreu com Vargas (sobretudo com o "segundo" Vargas", no período 1951-54) e com Lázaro Cárdenas, no México - o *populismo*³.

O caso do México - em que pese a importante peculiaridade que representa a sua revolução de 1910/11 -, não é diferente, no período. O país havia retirado da nova situação o impulso necessário para dar *vigor juvenil*⁴ à sua revolução. Lázaro Cárdenas, que presidiu o país de 1934 a 1940, frente às tensões sociais decorrentes dos efeitos da crise de 1929, pôde retomar o processo de reforma agrária que havia sido sustado na década anterior, reativar os *ejidos* - as terras comunais indígenas e camponesas -, estimular desde o Estado o progresso capitalista promovendo obras públicas e a implantação de instituições financeiras, garantir a monopolização pelo Estado da exploração do petróleo em todos os seus níveis, e ampliar as leis de proteção ao trabalhador urbano e rural.

Iniciou-se assim, portanto, na América Latina do pós-1929, a articulação de projetos nacionais construídos autonomamente e baseados no intervencionismo estatal, em políticas econômicas que implicaram em um maior controle ao atendimento *em toda linha* a interesses estrangeiros, e ainda em políticas sociais que objetivavam a

³ Ernesto Laclau (1979) adverte que o conceito é demasiadamente evasivo e recorrente. Ângela de Castro Gomes (1996), no entanto, salienta que "(...) o exame da categoria exige o reconhecimento da ocorrência de seu deslizamento de uma retórica sociológica erudita para uma retórica popular, presente nos meios de comunicação de massa e no senso comum da população." Voltaremos ao assunto; interessa-nos especialmente essa *evasividade*, essa *recorrência*, esse *deslizamento para uma retórica popular*.

⁴ Expressão utilizada por Túlio Halperin Donghi em seu *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 243.

integração dos trabalhadores ao universo da cidadania.

A crise de 1929 - incontestavelmente a mais séria crise da história do capitalismo - representou para a América Latina em geral, e para o Brasil, a Argentina e o México em particular, desta forma, a oportunidade de levar a realidade de suas economias para além dos limites que lhes foram historicamente característicos: os de economias primário-exportadoras e dependentes em relação ao centro desenvolvido do capitalismo mundial. Sobretudo nos casos dos países mencionados, objeto desta dissertação, logrou-se desencadear um processo de industrialização que, se não promoveu a superação da situação de dependência e de não desenvolvimento - hoje o sabemos -, alçou-os a uma condição econômica e social sem dúvida diferenciada no contexto latino-americano.

O liberalismo, doutrina econômica de hegemonia mundial inquestionável até o momento da crise - constituindo a União Soviética um exemplar caso de exceção -, sofreu então um refluxo grave, que quase o levou à falência histórica, juntamente com a confiança inabalável na economia de mercado capitalista e em seus princípios de equilíbrio automático, erguida sobre os pilares das teorias econômicas clássica e neoclássica. O vácuo criado por esse retraimento foi rapidamente ocupado pela social-democracia (de cujo seio nasce a idéia do Estado do Bem-Estar Social), pelo nazifascismo e pelo comunismo - que compõe realidade anterior à crise, mas que conhece então um crescimento relativo enquanto alternativa⁵.

O caminho econômico do que então se convencionou chamar - em um espectro conceitual talvez demasiadamente amplo - social-democracia, e que propõe um papel substancial e *ativo* para o Estado na economia, é pavimentado, em grande medida, desde uma apropriação das idéias de John Maynard Keynes, que em 1936

⁵ Veja-se o capítulo 3 - "Rumo ao abismo econômico" - de Hobsbawm, Eric J. Era dos extremos - O breve século XX (1914-1991). Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

publica "A teoria geral do emprego, do juro e da moeda", apresentando não apenas um diagnóstico para a crise, amplamente aceito não obstante as críticas de fundo aos teóricos neoclássicos - até então intocáveis, no mundo ocidental -, como uma série de sugestões em termos de política econômica (expressas sobretudo no *New Deal* norte-americano) que viriam a auxiliar a superação da crise do capitalismo mundial.

Tais injunções somar-se-ão, na América Latina, a processos histórico-econômicos internos que estarão no cerne do varguismo, do peronismo e do cardenismo.

A conjuntura internacional da virada da década de 1980 para a de 1990, informada pelas forças que compõem a realidade da Globalização e pela reemergência do liberalismo, apanha a América Latina em um duplo movimento: ascendem governos identificados programaticamente com as idéias da abertura econômica e da reforma estrutural do Estado - levando-as rapidamente a efeito -, e ganham vigor explicações acerca do não desenvolvimento do continente contrárias às teses cepalinas e àquelas relacionadas à chamada "Teoria da Dependência", até então, se não consensuais, amplamente difundidas - explicações afinadas, portanto, com o novo ideário, como se verá.

As próprias expressões e palavras-chaves que caracterizam as realidades brasileira, argentina e mexicana, no pós-1929⁶ e no pós-1989, mostram à perfeição o antagonismo *de fundo* que separa os dois momentos: criação, nacionalização,

⁶ Lembremos que os modelos de Vargas, Perón e Cárdenas não se esgotam com o fim dos governos desses presidentes, mas os ultrapassam. Há um "varguismo sem Vargas", um "peronismo sem Perón", um "cardenismo sem Cárdenas": trata-se da permanência no tempo de uma lógica de governo, apoiada na permanência do sentido de tal lógica tanto internamente como em termos da conjuntura internacional que lhes correspondia.

estatização de empresas *versus* privatizações; regulamentação das relações entre capital e trabalho *versus* desregulamentação dessas mesmas relações; nacionalismo *versus* globalização; políticas econômicas de inspiração keynesiana *versus* liberalismo; protecionismo econômico *versus* abertura econômica; e assim por diante, em uma relação de oposições conceituais não menos que notável.

A partir do final da década de 80, portanto, e pela primeira vez desde a década de 1930, os governos federais - inicialmente na Inglaterra de Margareth Thatcher e nos Estados Unidos de Ronald Reagan - modificaram radicalmente sua forma de atuação na economia. A intervenção do Estado passou a ser encarada como um entrave ao livre desenvolvimento do mercado e das relações econômicas entre os agentes privados. Uma vez que detinha o controle de setores sobre os quais o capital privado poderia avançar, o Estado tornou-se uma amarra ao desenvolvimento econômico, além de que a crescente elevação do déficit público impedia a continuidade do investimento do Estado em tais setores⁷.

A chegada ao poder de defensores radicais do livre mercado - são os casos da Argentina e do México - ou de reformadores um tanto ou quanto mais gradualistas⁸ - é o caso do Brasil -, todos imbuídos da intenção de enxugar o "Estado todo-poderoso" herdado de um passado que envolve, pouco mais ou menos, os últimos sessenta anos, marcou a ascensão de um modelo baseado na tríade *liberalização, abertura comercial e câmbio sobrevalorizado*. A idéia central⁹ é a de que a livre movimentação de capitais é capaz de trazer recursos em moeda forte, a qual constituiria um lastro gerador de confiança na moeda local; havendo confiança, os preços de bens e serviços, os juros e o câmbio teriam um comportamento antiinflacionário; a abertura financeira traria dólares para financiamentos e

⁷ Este é um dos pontos mais sensíveis do argumento neoliberal em favor de um reestruturação do Estado frente à economia: a alegada falência do padrão de financiamento dos modelos de desenvolvimento do período 1929-1989. A questão será desenvolvida adiante.

⁸ Passem as expressões, em termos ainda introdutórios.

⁹ Braga, 2001.

investimentos; a abertura comercial, via competição, alteraria positivamente o comportamento empresarial na formação de preços; o câmbio fixo reforçaria a confiança na moeda local; no caso da adoção de um câmbio flutuante, o monitoramento das taxas de câmbio e de juros, pelos bancos centrais, asseguraria o estoque de reservas suficiente para enfrentar eventuais ataques especulativos à moeda. Estabelecido um tal quadro, as forças do mercado, deixadas livres de qualquer intervenção externa - tal como no pré-1929 -, coordenariam por si mesmas o desenvolvimento das nações.

As novas práticas, inspiradas nas tendências da economia internacional e pioneiramente, na América Latina, aplicadas pelo presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari¹⁰, parecem, portanto, claramente resultar em um processo de encaminhamento do fim da aplicação dos princípios que conduziram o estabelecimento do Estado do Bem-Estar Social. Segundo a nova concepção, a função do Estado seria sobretudo a de regular à distância o mercado, e, com relação às áreas estratégicas - conceito tão central no pós-1929 - tornou-se comum a diferenciação entre a *provisão* e a *produção* de serviços públicos. Ao Estado caberia então prover os serviços, implementando e controlando políticas de desenvolvimento nas diferentes áreas. A produção desses serviços é transferida para a iniciativa privada, que não se limita mais a executar obras a mando do Estado, mas a administrar os empreendimentos públicos e estimar a própria viabilidade dos investimentos. Quanto às relações entre capital e trabalho, devem ser assunto privado e exclusivo a ser tratado entre capitalistas e trabalhadores.

Assim, o elemento que o estruturalismo da Cepal e as teorias da dependência desejavam afastar como impraticável para o encaminhamento de uma situação de desenvolvimento - a mera repetição, na América Latina, da experiência

¹⁰ Anderson, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: Sader, Emir, e Gentili, Pablo. Pós-neoliberalismo - As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 - 3ª edição, p. 20.

histórica dos países desenvolvidos - é resgatado, e sobre ele recai um estatuto de dogma por razões que obviamente não constituem *uma evolução interna natural* da discussão, mas que, ao contrário, dizem respeito a uma retirada de cena daquelas teorias e das leituras à sua esquerda, como as dos partidos comunistas. E isso precisamente em um momento - o atual - em que o problema da opressão e da exclusão social na América Latina chegou a um ponto demasiadamente crítico¹¹, estando o continente mais que nunca, como se vê, "submetido às idas e vindas das marés hegemônicas"¹², e restando cada Estado-nação em específico enfraquecido em sua capacidade de formular políticas genuinamente nacionais¹³.

Tanto no Brasil, como na Argentina e no México, dá-se a tal conjunto de transformações a denominação genérica de *ajuste estrutural* - conceito adiante examinado.

Este, descrito em termos introdutórios, é o enquadramento de fundo sobre o qual incidirá a análise e a interpretação dos discursos que neste trabalho se realiza.

1.3 A hipótese e o encaminhamento

Não se trata, todavia, de buscar rever aqui - refiro-me especialmente aos casos de Vargas, Perón e Cárdenas - as peças de um processo cuja instrução já foi inúmeras vezes realizada¹⁴. Os dois momentos históricos em questão, acima sumariados, serão - faz-se necessário repetir, neste ponto das questões introdutórias - postos em relação desde a análise e interpretação dos discursos de posse de mandato,

¹¹ Ver Armani, 2000.

¹² Ver Arantes, 2000.

¹³ Ver Tavares, 1997.

¹⁴ Figura de linguagem utilizada por Jacques Julliard em um outro contexto. *A política*. In: Le Goff, Jacques, e Nora, Pierre. História: Novas Abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, 3ª edição, p. 180.

e de outras manifestações em momentos especialmente relevantes¹⁵, de seus respectivos presidentes, no Brasil, na Argentina e no México.

O que se quer prioritariamente desenvolver, a partir do exame de tais fontes, é um acareação histórica, um confronto histórico-discursivo de falas de homens que enunciam idéias, noções e conceitos desde um lugar investido de poder político *par excellence* - o lugar da *presidência* - em um momento carregado de imensa e reconhecida importância simbólica na vida republicana, bem como de concentrada elaboração intelectual¹⁶ - o da *posse de mandato*.

Trata-se, assim, do estabelecimento de um diálogo desde um duplo ordenamento: *texto-texto*, no âmbito dos paralelos possíveis *entre* os discursos; e *textos-contexto*, quando do imprescindível estabelecimento dos laços existentes entre o momento da enunciação dos discursos e as realidades históricas que os precederam, condicionaram e sucederam. O estudo envolve, portanto, uma relação construída em dois níveis, e as contextualizações históricas necessárias estarão sempre - eis o seu limite - *em função* dessa orientação, a qual está no cerne da composição, sobretudo, das segunda e terceira partes do trabalho, dedicadas às duas épocas em questão e aos diversos casos *em separado*.

Um tal diálogo, uma tal relação, tornam-se possíveis uma vez que se perceba que *de modo análogo ao antagonismo existente entre as duas épocas em*

¹⁵ Consideramos, evidentemente, que "(...) na acepção moderna, o termo discurso político não é sinônimo de simples palavrório ou publicidade. É antes o que alguns autores têm chamado 'filosofia pública', ou seja, uma expressão dos fundamentos, prioridades e objetivos da ação governamental, que a esclareça e legitime as olhos dos cidadãos." Lamounier, Bolívar. *Um governo sem discurso?* Gazeta Mercantil, 24 de abril de 1997, p. A-3.

¹⁶ Não há qualquer razão especial para acreditar-se que os presidentes em questão contaram com a colaboração de *ghost-writers* para a elaboração de seus discursos - seja em termos parciais, totais ou de revisão. De todo modo, mesmo havendo uma tal colaboração, o que importa é que os presidentes enunciaram os discursos *como se* seus fossem. Chancelaram-nos, portanto, e nos quadros desta pesquisa isto é o quanto basta.

*exame, antagoniza-se a própria cosmovisão que orienta a enunciação dos discursos presidenciais. As chaves de leitura específicas - explicitadas em momento oportuno - a que foram submetidos os documentos escolhidos possibilitaram não apenas a exeqüibilidade efetiva do esforço comparativo a que o estudo se propõe, como mostraram-se adequadas, inclusive instrumentalmente, para abstrair dos discursos, transformando-a em elemento de comparação, a percepção (**recepção** ou **resistência**) dos presidentes acerca do *espírito* mesmo da época que lhes coube viver - e que comporta injunções econômicas e políticas virtualmente impositivas, ou que no mínimo não podem ser facilmente negadas -, em articulação orgânica com o passado nacional vivido (**experiência**) e com o futuro nacional projetado (**expectativa**).*

Nesta articulação em particular - esta que desde a necessidade específica de um momento peculiaríssimo *pensa* uma experiência e *projeta* uma expectativa, já uma tradição republicana -, reside, aliás, a característica que distingue fundamentalmente o discurso de posse de mandato de outros discursos, proferidos nos mais diferentes instantes da consecução do governo, e trazendo em si - posto que elaborados em função de oportunidades também elas diferenciadas - *densidade histórica* desigual, como também desigual estatuto epistemológico enquanto fonte primária.

Buscou-se, portanto, flagrar a dinamicidade e o alcance das grandes inflexões históricas ocorridas no pós-1929 e no pós-1989 em um ambiente ele mesmo dinâmico, revelador do rosto político hegemônico em cada situação: o de discursos pronunciados não no remanso refletido e relativamente pacificado do *a posteriori* - mas no calor da hora. Assim, em termos de exame específico, pretendeu-se investigar o modo pelo qual as idéias-força de cada época são assimiladas à cosmovisão presidencial.

A partir da leitura, do reconhecimento e da análise e interpretação dessas idéias-força, pôde-se formular a hipótese de que o que há de essencial (1) nas grandes

reorientações nacionais e mundial que moveram, significaram e ressignificaram o pós-1929 e o pós-1989 - em grande medida promovidas desde o Estado; (2) na identidade possível, ou seja, nas semelhanças e diferenças dos processos brasileiros, argentino e mexicano frente àquelas reorientações; e (3) na visão presidencial acerca da natureza do momento presente, da significação do passado, e de o que devia/deva ser o futuro dos países em particular, bem como do próprio continente; *pode ser consistente e privilegiadamente entrevisto desde o acentuado grau revelador das forças históricas em movimento que possuem os discursos presidenciais de posse de mandato, sobretudo quando postos em situação relacional*. Mais: a percepção, por parte dos presidentes, acerca da conjuntura internacional e de sua influência sobre as realidades nacionais - percepção ela mesma *informada* por essa conjuntura -, informa por sua vez o encaminhamento e as linhas gerais de ação de cada governo; o destino mesmo de cada Estado-nação.

Parecia-nos - o que veio a se confirmar na pesquisa - que o discurso de posse é um dos poucos documentos, se não o único, cujo exame permite flagrar, em um paralelo cruzado (horizontal e verticalmente), o jogo delicado do momento internacional, das conjunturas continental e nacional, e da percepção governamental disso, bem como do passado e do futuro nacionais - sempre, aqui, em termos comparativos.

Como capturar tal percepção em sua dinamicidade relacional? Mostrou-se bastante conveniente aplicar metodologicamente aos discursos as chaves de leitura já referidas: o binômio *experiência/expectativa*, compreendendo a realidade interna de cada nação, bem como a realidade latino-americana, *passada* e *projetada*; e o binômio *recepção/resistência*, abarcando os modos segundo os quais a experiência internacional é assimilada - positiva ou negativamente. Afirmar que a relação entre esses binômios/chaves de leitura é profundamente dialética não significa apenas elaborar uma frase. A *experiência* nacional pode ser lida de maneiras diferentes, segundo haja maior recepção ou mais resistência às injunções internacionais, o mesmo

ocorrendo no que diz respeito à *expectativa* projetada. De outro lado, e por sua vez, uma maior ou menor recepção, bem como uma menor ou maior resistência a imposições dirigidas desde fora, serão construídas de acordo com a leitura que se faça da *experiência* de cada nação e eventualmente do próprio continente, ou segundo o tipo de *expectativa* que se lança para o futuro.

A análise e a interpretação, assim, serão feitas em uma linha horizontal que estabelece um diálogo de termos (noções e conceitos, em especial) entre, respectivamente, Getúlio Vargas, Juan Domingo Perón e Lázaro Cárdenas, entre Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Saul Menem, Carlos Salinas de Gortari e Ernesto Zedillo; e em uma linha vertical que permite a comparação dos discursos dos presidentes de cada país em particular. Uma tal movimentação analítica quer dar conta da necessidade de visualizar, em uma mesma chave, tanto os desenvolvimentos e as conclusões de uma comparação cruzada, quanto o resultado de um esforço comparativo interno a cada Estado-nação - dialetizando também, deste modo, as possibilidades de abertura de cada noção, de cada conceito.

Dado, portanto, o objeto de estudo em questão - Brasil, Argentina e México no pós-1929 e no pós-1989 - e estabelecido o enquadramento de ***oposição comparativa*** dentro do qual pretendemos atuar, resta, nestas questões introdutórias, esclarecer que as idéias perseguidas na leitura dos discursos serão, principalmente, aquelas relacionadas ao universo da economia, sendo ainda consideradas as noções ligadas aos conceitos de *nação*, *nacionalismo* e *identidade nacional*, uma vez que desde o início da pesquisa entendeu-se que, afinal, é disto que se trata e é isto o que sempre esteve, no fundo ou na superfície, em jogo: o desafio de saber quem somos, nós brasileiros e latino-americanos; e de saber o que é que um dia havíamos esperado ser. Sempre se tratou, afinal e ainda, de uma *construção identitária*.

Tais conceitos - *Nação*, *Nacionalismo* e *Identidade Nacional* - serão, portanto, quando ocorrerem, postos em relação com a economia, uma vez que, além de

ser necessário delimitar a condução da leitura em parâmetros precisos (mais extensamente apresentados no ponto "2.1" desta primeira parte), considera-se que, de fato, "a industrialização aparece como o momento crucial de constituição da Nação, como modo de a Nação se tornar realidade, deixando de ser o que era, uma quase-ficção."¹⁷ A construção de uma estrutura econômica *nacional*, acompanhada de um respectivo e necessário aparato administrativo-jurídico-institucional, esteve na base mesma da invenção desta nação - deste *modelo* de nação - que teve lugar no século XX e que hoje encontra-se em crise. Pareceu-nos assim apropriado ler desde uma perspectiva econômica as menções à idéia de nação que são explicitadas nos discursos presidenciais, ou que subjazem ao conteúdo dos mesmos.

Deste modo, e reunindo os termos desta pesquisa, temos que:

- (1) Há dois momentos históricos acentuadamente antagônicos e antagonizados: o pós-1929 e o pós-1989; são o *contexto*, em sua configuração mais geral.
- (2) Há uma dada assimilação, por Brasil, Argentina e México, acerca do significado profundo desses dois momentos; é o *contexto mais imediato*.
- (3) Há, nesses países e nos dois momentos, a presença política decisiva de presidentes que de maneira indiscutível marcam exemplar e modelarmente o *espírito da época*; seus governos - o exame histórico dos mesmos - são o *contexto mais próximo*.
- (4) Há discursos enunciados em momentos cuja gravidade e particularidade exige máxima elaboração intelectual, e que constituem documentos investidos de uma mesma estatura epistemológica - o que permite comparação segura; há outras manifestações em instantes de especial relevância. São o *texto*.
- (5) Há chaves de leitura específicas - os binômios *experiência/expectativa* e *recepção/resistência* - que possibilitam, de forma privilegiada, operar *texto* e *contexto* em uma dinâmica que relaciona a percepção do momento internacional com a história, o momento, e o futuro projetado nacionais. São o procedimento

¹⁷ Mello, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 21.

metodológico principal, a fazer com que os elementos envolvidos na hipótese apresentem a sua verdade.

- (6) Há, por fim, uma leitura também ela específica, escolhida entre possibilidades virtualmente infinitas; um *objeto* a ser perseguido. São as idéias econômicas que formam o *fundo* de cada discurso, emoldurando e ponto em relevo conceitos como os de *Nação*, *Nacionalismo* e de *Identidade Nacional*.

2. Posições teórico-metodológicas

Além das chaves de leitura acima mencionadas - que, compreendendo os binômios *experiência/expectativa* e *recepção/resistência*, orientarão metodologicamente a leitura dos discursos, tendo a pertinência de seu uso melhor explicitada no ponto "2.2" desta Primeira Parte - e além ainda do ambiente conceitual geral da teoria da dependência tal como formulada pela tradição cepalina e atualizada por Miguel Augusto Guggiana, desenvolvido no ponto "3", uma tríade teórico metodológica tem parte de seu aparato de conceitos mobilizado para a consecução deste trabalho: a *História Comparada das Idéias Econômicas*, a *Análise de Textos* e a *História do Tempo Presente*.

Uma vez que, dadas as modernas e mais aceitas formas de organização de dissertações e teses, não consideramos necessário esgotar cada ponto teórico em uma introdução ou capítulo inicial, as posições teórico-metodológicas que se seguem possuem um caráter precisamente de *posição*, quer dizer: da bibliografia pertinente, tomou-se o que realmente interessou à realização do trabalho. Nas segunda, terceira e quarta partes - sempre que o desenvolvimento do texto exigir -, aspectos e pontos de ordem teórico-metodológica, sejam os abaixo trabalhados, sejam outros, serão recuperados e acionados.

2.1 História Comparada das Idéias Econômicas

O esforço de comparação entre o que se seguiu à crise de 1929 e o que o pós-1989 fez advir - tendo como *conteúdo* a sua percepção pelos comandantes políticos de Brasil, Argentina e México, frente às realidades brasileira e latino-americana -, envolve necessária e prioritariamente idéias, noções e conceitos de ordem *econômica*, uma vez que econômico foi o móvel fundamental a desencadear as inflexões históricas em pauta¹⁸.

As próprias idéias-força presentes na cosmovisão que orienta a enunciação discursiva presidencial, e cujo reconhecimento, análise e interpretação é o objetivo central deste trabalho, encontram alicerce em dada e determinada visão acerca da natureza das questões econômicas mais presentes em cada um dos momentos - sendo tais questões ou direta e marcadamente econômicas (como as da crise de 29 e da Globalização, por exemplo), ou lateral e indiretamente investidas de forte componente econômico (como a da soberania nacional, sempre e sempre uma problemática atual na América Latina). Os recortes narrativos que compõem as contextualizações históricas necessárias são, eles mesmos, e com mais razão, realizados desde a perspectiva da história econômica - mais precisamente, *macroeconômica* - e da história do pensamento econômico.

Este aporte teórico-metodológico, que é mais propriamente, portanto, o de uma história comparada das idéias econômicas - *tal como assimiladas nos discursos presidenciais* -, vem a delimitar plenamente, uma vez que o completa e na medida em que orienta a constituição de sua moldura, o objeto do presente estudo. Entretanto,

¹⁸ "Confesso que desde 1989 lamento como nunca não ser economista, para entender o que está ocorrendo", declarou Jürgen Habermas em entrevista a Sérgio Paulo Rouanet e a Barbara Freitag, revelando muito da atmosfera intelectual da época. Folha de São Paulo, São Paulo, 30 de abril de 1995. Caderno Mais!, p. 6.

deve-se registrar que o enfoque escolhido implica que seja considerada uma história econômica em moldura ampla, e não uma história econômica *stricto senso*. A proposta do presente estudo não envolve, se não em termos de apoio eventual, quaisquer aspectos quantitativos ou fontes de natureza maciça e cuja estrutura seja temporalmente recorrente¹⁹ - sempre tão presentes e essenciais em trabalhos de história econômica.

História econômica, portanto, sim, mas em um sentido amplo; em um sentido que diz respeito ao fato de que os próprios marcos temporais desta dissertação impõem uma atenção prioritária a noções e conceitos econômicos, pois que se apresentam como estruturantes das realidades históricas em questão; e um sentido, no limite, dado pela própria proposta de trabalho - a qual, neste aspecto, apresenta uma preocupação com a longa duração e enfatiza as estruturas econômicas para a compreensão das realidades históricas²⁰, sem contudo envolver os métodos e procedimentos de investigação que derivam da história econômica. E em um sentido, por fim, que implica em uma *História econômica comparada*, ou em uma *História Comparada das Idéias Econômicas*.

"Entende-se que cabe à História Econômica, sem negligenciar qualquer instrumental, investigar também questões não de imediato quantificáveis, mas nem por isso menos relevantes para a compreensão da economia de um país em sua complexidade, como as várias instâncias do poder, a constituição das classes sociais, as justificativas dadas às políticas econômicas implementadas, o papel do Estado, etc. (...) Mas ampliar o campo adstrito à História Econômica é apenas um ponto, na verdade um pré-requisito, para se destacar a validade do discurso como objeto de investigação." (Fonseca, 1987, p. 16)

O trabalho comparativo - com viés econômico, ou voltado às idéias

¹⁹ Fragoso, João, e Florentino, Manolo. História Econômica. In: Cardoso, Ciro Flamarion (org.) Domínios da História - Ensaio de Teoria e Metodologia. São Paulo: Editora Campus, 1997, p. 33.

²⁰ Característica principal da História Econômica, conforme Fragoso e Florentino (idem, p. 29).

econômicas - está, de fato, na raiz de cada ponto que configura a estruturação última desta dissertação. De que modo? Cardoso e Brignoli citam Marc Bloch - e lembremos que os Annales foram uma das primeiras escolas historiográficas a teorizar o procedimento comparativo - para assinalar que

"Aplicar o método comparativo no quadro das ciências humanas consiste (...) em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentem duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos".
(Cardoso e Brignoli, 1983, p. 409)

Já referimos (à página 7) que apanhar em sua dinamicidade histórica o traçado de semelhanças e diferenças entre as épocas e os países em questão é praticamente tudo o que buscamos - e é precisamente o *quanto* necessitamos da História Comparada: sua conceituação mínima, para além de outras injunções teóricas. Assim, e a um só tempo, deve-se apanhar as diferenças - estabelecendo aquilo que as condiciona - e estabelecer as regularidades manifestadas entre dois ou mais processos examinados²¹.

Para os autores mencionados, o que de melhor a História Comparada tem a oferecer é a possibilidade de um controle metodológico efetivo sobre generalizações explicativas e sobre hipóteses formuladas, uma vez que a verificação da pertinência ou não destas pode ser realizada frente à recorrência ou não de certos fenômenos - com elementos causais e de consequência - observados em duas ou mais séries. Havendo a presença de determinados elementos em duas ou mais "séries", abre-se a possibilidade de relacioná-los e de descrevê-los com maior segurança, uma vez que fica diminuído o seu caráter de *exceção*, de *incidente*. Do contrário - não podendo ser observada qualquer recorrência -, marca-se o mesmo caráter de exceção e tem-se então o quadro de uma diferença, a qual, entre outras interpretações em tese possíveis,

²¹ Cardoso, Ciro Flamarion, e Brignoli, Héctor Pérez. Os métodos da História. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983 - 3ª edição, p. 409.

resguarda a singularidade irreduzível de cada série, de cada realidade.

Em ambos os casos, restam enriquecidas e matizadas as generalizações explicativas e as hipóteses envolvidas no trabalho²². A comparação confere maior segurança à afirmação das mesmas, à formulação de novas idéias em um primeiro momento não percebidas, e mesmo - no limite - ao abandono da totalidade ou de parte do pensamento original.

Além disso, e particularmente importante para o presente estudo - e para qualquer estudo desta natureza -,

"(...) a atitude comparativa pode aplicar-se com muito proveito, também, a pesquisas de tipo monográfico. Um estudo de caso adquire densidade quando situado em uma tipologia, tratando-se de demonstrar, ao mesmo tempo, quais são suas singularidades irreduzíveis." (Cardoso e Brignoli, 1983, p. 413)

É preciso, no entanto, que atentemos para os dois principais riscos envolvidos na aplicação do método comparativo, quais sejam, o de incorrer em anacronismos, e o de confundir *comparação* com *justaposição*. Quanto ao primeiro, Cardoso e Brignoli salientam que deve haver um especial cuidado para que analogias superficiais não sejam tomadas por semelhanças profundas. Como esta dissertação não envolve "sociedades estruturalmente bem diversas, ou muito afastadas no tempo"²³, mas o inverso exato disto, pôde-se disponibilizar para a análise o que há de mais frutífero no método. Com relação ao segundo perigo, o cuidado necessário diz respeito a que não haja a mera justaposição da descrição de casos, mas reais comparações, as quais não devem restar apenas implícitas no texto, como se se esperasse que o leitor as explicitasse por si, no instante de proceder à leitura. Ora, a própria boa consecução do trabalho deve ser suficiente para afastar esse problema.

²² Idem, p. 412

²³ Os dois casos específicos sublinhados pelos autores.

A primeira das formas básicas de aplicação do método comparativo ao trabalho historiográfico distinguidas por Cardoso e Brignoli é aquela considerada na presente dissertação: "a que limita a comparação a sociedades aproximadamente contemporâneas e que partilham grande número de traços estruturais análogos, assim permitindo um manejo mais fácil e seguro do método em questão."²⁴ Afirmam os autores que esta maneira de aplicação do método chega em geral a melhores resultados e a conclusões menos objetáveis, na medida em que põem a claro os "processos-chave"²⁵ de uma época.

Bem definidos os termos que compõem a pesquisa, trata-se então de

"[Colocar] em profundidade - em termos de comparação - um certo número de questões precisas, bem delimitadas. [George Barraclough] não parece exagerar quando afirma que a história comparada (...) atenta para as peculiaridades estruturais, representa o mais elevado nível, quiçá, a que é possível presentemente fazer a *síntese histórica* sem sacrificar as exigências acadêmicas sobre o processo de pesquisa e sem cair na superficialidade ou na sistematização abstrata." (Cardoso e Brignoli, 1983, p. 418)

2.2 Análise de textos

Preliminar e pragmaticamente, deve-se fazer uma distinção não menos que fundamental: *Análise de textos* - um procedimento metodológico, sobretudo - não é *Análise de discursos* - uma área autônoma do conhecimento, ligada à Lingüística e à Semiótica e que abarca todo um universo conceitual que lhe é próprio.

²⁴ Idem, p. 415

²⁵ Idem, p. 416.

Considerando a interface histórica já longa e certamente não pouco conflituosa entre as ciências sociais e a lingüística, ou entre a história e a análise semântica - que vai da lexicografia ou lexicologia de Z. Harris no início dos anos 1950, com sua preocupação estatística com a ocorrência de palavras, até a radicalização extrema, inspirada em Saussure, Foucault e Hayden White, da importância da linguagem²⁶ - faz-se aqui, com Cardoso e Vainfas, uma dupla "profissão de fé", a qual a um só tempo posiciona esta dissertação frente ao debate geral sobre o assunto e aponta *o quanto* do mesmo será aqui acolhido e empregado: de um lado, temos que a história não pode e não deve ser reduzida a um gênero narrativo entre outros, e nem deve ser prisioneira de estruturas discursivas²⁷; pelo contrário, e de outro lado, trata-se de buscar, relacionando texto e contexto,

"(...) os nexos entre as idéias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social." (Cardoso e Vainfas, 1997, p. 378).

Isto posto, e assim assentados os elementos essenciais desta discussão no que concerne ao presente trabalho, afirme-se também que, para os objetivos centrais do mesmo, irão bastar os cuidados que, segundo Cardoso e Vainfas, devem ser observados pelos pesquisadores que se aventuram nesse domínio:

"- Estar ciente de que valorizar a interpretação semântica do texto não é simplesmente recorrer às citações ilustrativas, realçando, aqui ou ali, as idéias e significados que pretende explorar. Tal intuicionismo, por mais perspicaz que seja, (...)

²⁶ Cardoso, Ciro Flamarion, e Vainfas, Ronaldo. História e Análise de Textos. In: Cardoso, Ciro Flamarion (org.) Domínios da História - Ensaio de Teoria e Metodologia. São Paulo: Editora Campus, 1997, p. 376-378.

²⁷ Como querem os "tarados textuais", na expressão não destituída de graça de Joel Rufino dos Santos (apud Vasconcellos, Gilberto. *Bricolagem esotérica*. Folha de São Paulo, 23.09.2001, Caderno Mais!, p. 20.)

expõe o pesquisador a tentações "positivistas" do tipo "deixar que o documento fale por si mesmo", etc.

- Escolher cuidadosamente um método para levar a cabo a sua opção de trabalho, cuidando para que o mesmo seja compatível com a sua formação de historiador. Aventurar-se em métodos que exijam sólida formação lingüística é risco que pode comprometer a pesquisa duplamente, a ponto de fazê-la não atender às exigências quer da lingüística, quer da história;

- Adotar (...) certa flexibilidade no uso do método escolhido, de modo a não cair prisioneiro de procedimentos que prejudiquem as interpretações históricas de fundo e a verificação das hipóteses de trabalho (...)." (Cardoso e Vainfas, 1997, p. 379)

O sentido do texto, portanto, deve ser extraído/atribuído desde um diálogo com o contexto em que foi produzido/enunciado. Em outras palavras, desde um procedimento a que Régine Robin²⁸, denomina "Relações de Associação", as quais são sempre contextuais. Assim - e dadas as chaves de leitura escolhidas para o presente trabalho (os binômios *experiência/expectativa* e *recepção/resistência*) -, adotou-se como inspiração metodológica o modelo de Laurence Bardin, tido como interessante e perfeitamente factível para o historiador por Cardoso e Vainfas²⁹, e que, considerando a necessidade de relação texto-e-contexto no trabalho de interpretação e análise, salienta a existência de duas grandes *unidades* a serem consideradas: a de *registro* e a de *contexto*.

A unidade de registro envolve:

- A *palavra*, caso em que aparecerão como objeto de estudo palavras-chaves como, por exemplo, *capital* ou *trabalho*;
- O *tema*, situação em que serão destacados um assunto, uma idéia ou ainda uma formulação específica de ordem histórica. "Fazer uma análise temática consiste em descobrir os 'núcleos de sentido' que compõem a comunicação e cuja presença, ou

²⁸ Robin, Régine. *Lingüística e história*. São Paulo: Cultrix, 1977.

²⁹ Cardoso e Vainfas, obra citada, p. 381-383.

freqüência ou aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido."³⁰ Exemplo: *crise*, ou *industrialização*, ou ainda *modernização*;

- O *objeto* ou *referente*, instância que se constitui de temas-eixo que orientam a organização geral do discurso. Este é ambiente privilegiado na presente dissertação;
- O *acontecimento*, ou seja, um fato singular, um episódio irrepetível em torno do qual se produz um discurso - que pode funcionar "como um micro-recorte do objeto ou referente"³¹. É precisamente o caso de discursos como o relacionado à instauração do Estado Novo no Brasil, por Getúlio Vargas (*não exatamente uma posse de mandato*), ou à crise do Plano Real em janeiro de 1999, por Fernando Henrique Cardoso.

Observando-se a ressalva de que *palavra*, *tema* ou *objeto* podem, no fundo, ser a mesma coisa, já que o critério na análise de textos "é sempre de ordem semântica"³², mesmo que *palavras* estejam em níveis diferentes de *tema* ou de *objeto* (aquelas inscrevendo-se em um nível lingüístico, enquanto estes possuem níveis extralingüísticos), tenha-se que neste trabalho será encaminhada uma linha eminentemente *qualitativa* de análise - em prejuízo de uma possibilidade outra, quantitativa -, a qual terá como horizonte, sempre, a relação texto-e-contexto. Daí a necessidade de, nos mesmos termos da caracterização realizada acima, relativas às *unidades de registro*, esclarecer em que consiste a *unidade de contexto*:

"Traduzida historicamente, a unidade de contexto diz respeito à totalidade, ao 'contexto histórico', às estruturas sociais e/ou ao universo simbólico no qual se insere(m) o(s) discurso(s) analisado(s). Trata-se de uma unidade 'arbitrária', posto que extratextual, que somente o historiador pode determinar, conforme suas opções teóricas, suas escolhas temáticas e suas hipóteses de investigação." (Cardoso e Vainfas, 1997, p. 383).

³⁰ Bardin *apud* Cardoso e Vainfas. Obra citada, p. 382.

³¹ Cardoso e Vainfas, obra citada, p. 383.

³² Idem, *ibidem*.

Desta forma, temos a distinção entre *Análise de textos* e *Análise de discursos*³³, e temos também os pontos específicos de um certo modelo de Análise de textos (o de Laurence Bardin), que apresenta, *auxiliando a conceituar texto e contexto*, elementos que se mostraram muito adequados à consecução deste trabalho. Com isso, surge melhor configurado o ambiente de análise e interpretação no qual serão acolhidas as chaves de leitura eleitas.

2.2.1 As chaves de leitura

Experiência e Expectativa

Como salientado à página 20 e seguintes desta Primeira Parte, chaves de leitura específicas orientaram e instrumentalizaram - estando-lhes implícitas - a interpretação e a análise dos discursos de posse e demais manifestações. Optou-se, de um lado - e no que diz respeito à linha comparativa *vertical* do trabalho, aquela relativa

³³ De fato, em se tratando de *Análise de discursos*, teria de ser considerado o fato de que "os objetos que interessam à Análise de discursos (...) correspondem (...) ao que se chama, com freqüência, de *formações discursivas*, referindo de modo mais ou menos direto Michel Foucault que, através deste conceito, entende 'um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa.' Nesta perspectiva, **não se trata de examinar um corpus como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis**" Maingueneau, Dominique. *Novas tendências em Análise do discurso*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997, p. 14 (grifo nosso). Claramente não é o caso, aqui. Não se trata, também - o que seria fundamental para a *Análise de discursos* - de, "**tener en cuenta las condiciones de emisión y los efectos de lectura de los textos**, situar la producción y la circulación de los enunciados dentro de determinados espacios histórico-discursivos (...). Goldman, Noemi. *El discurso como objeto de la historia*. Buenos Aires: Hachette, s/d (grifo nosso). Sem dúvida interessante, uma tal perspectiva viria a constituir, entretanto, um outro esforço, com outro propósito e com outras hipóteses. Um outro trabalho.

ao ambiente interno de cada país -, pelo binômio *experiência/expectativa*, inspirado nas reflexões de Reinhart Koselleck³⁴.

"(...) la experiencia y la expectativa son dos categorías adecuadas para tematizar el tiempo histórico por entrecruzar el pasado y el futuro. Las categorías son adecuadas para intentar descubrir el tiempo histórico también en el caso de la investigación empírica, pues enriquecidas en su contenido, dirigen las unidades concretas de acción en la ejecución del movimiento social o político. (...) En la experiencia se fusionan tanto la elaboración racional como los modos inconscientes del comportamiento que no deben, o no debieran ya, estar presentes en el saber. Además, en la propia experiencia de cada uno, transmitida por generaciones o instituciones, siempre está contenida y conservada una experiencia ajena. (...) Algo similar se puede decir de la expectativa: está ligada a personas, siendo a la vez impersonal, también la expectativa se efectúa en el hoy, es futuro hecho presente, apunta al todavía-no, a lo no experimentado, a lo que sólo se puede descubrir. Esperanza y temor, deseo y voluntad, la inquietud pero también el análisis racional, la visión receptiva o la curiosidad forman parte de la expectativa y la constituyen." (Koselleck, 1993, p. 337-338)

O entrecruzamento do passado e do futuro, assim, permite capturar o pensamento presidencial acerca do passado, quer dizer, da experiência histórica do país (e eventualmente do próprio continente); tal experiência é assimilada de uma maneira particular, informando acerca do contexto em que o discurso é enunciado, e encaminha, em um movimento dialetizado, uma certa expectativa de futuro - é o "horizonte da expectativa". Pôde-se deste modo lançar aos documentos as indagações: que idéia, que noção sobre o passado brasileiro, sobre o passado argentino, sobre o passado mexicano e latino-americano está assimilada, diretamente ou não, neste discurso de posse? E que horizonte se descortina à frente, dada essa leitura, em termos de expectativa? *O quanto essa dupla leitura informa acerca das diferenças e semelhanças entre os pares presidenciais contemporâneos, e acerca das diferenças e*

³⁴ Koselleck, Reinhart. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Buenos Aires: Paidós, 1993.

semelhanças entre os presidentes dos anos 1990 e os do pós-1929 - em um nexo presente-passado? Eis o primeiro esquadramento dos discursos.

Recepção e resistência

O segundo esquadramento, de corte horizontal, completa o primeiro - na medida em que possibilita perceber a forma pela qual são aceitos ou rejeitados (inteiramente ou em parte) os elementos que compõem a experiência internacional em cada uma das épocas: a do pós-1929 e a do pós-1989. Trata-se do binômio *recepção/resistência*, cujo caráter de complementaridade em relação ao primeiro fica esclarecido ao notarmos que as realidades nacionais estão, especialmente nos momentos em pauta, enormemente influenciados pelo que ocorre no mundo.

Ora, sendo positiva ou negativamente percebida, a realidade internacional - sua leitura - estará presente na disposição com que se olha para o passado, e, talvez com muito mais razão, na avaliação que se faça do presente e do futuro. As indagações, aqui, são da seguinte ordem: como as novas ordens mundiais informadas pela crise de 1929/ pela Globalização são recebidas no Brasil, na Argentina, no México? Positiva ou negativamente? E, em cada uma das possibilidades, o quão positiva, o quão negativamente? Que semelhanças e diferenças esses países apresentam no que se refere à absorção do conjunto de idéias e valores que compõem as novas realidades? Houve maior recepção (aqui entendida como possuindo sinal positivo), menor resistência? Maior resistência, menor recepção? Em que se assemelharam recepção e resistência; e em que diferiram?

Inspiramo-nos, aqui, no procedimento metodológico utilizado por Peter Burke em seus estudos sobre a Renascença europeia fora da Itália³⁵:

"'Recepção' e 'resistência' são conceitos complementares. Se quisermos entender por que (...) numa certa região [considera-se] bem-vindos certos elementos culturais que são novos para elas, nós devemos estar conscientes de que devemos compará-los e contrastá-los com (...) outra região que por sua vez rejeite os mesmos itens." (Burke, 1999, p. 20)

Assim - vale repetir a esta altura -, a análise e a interpretação dos discursos de posse e demais manifestações serão realizadas considerando-se uma linha horizontal que estabelece um diálogo entre, respectivamente, Getúlio Vargas, Juan Domingo Perón e Lázaro Cárdenas, entre Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Saul Menem, Carlos Salinas de Gortari e Ernesto Zedillo; e em uma linha vertical que permite a comparação dos discursos presidenciais de cada Estado-Nação. Pretendeu-se deste modo visualizar, em um mesmo quadro, tanto os desenvolvimentos e as conclusões de um esforço comparativo cruzado, quanto o resultado de uma comparação que considera o ambiente interno de cada país.

2.3 História do Tempo Presente

*"Está fora de meu alcance o meu fim
Sei só até onde sou contemporâneo de mim."*

Ferreira Gullar

³⁵ Ver "O Renascimento multicultural". Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 19 de dezembro de 1999, p. 20.

O fim de século que nos tocou viver apresenta como uma de suas características definidoras mais essenciais o fato de que, como consequência das inovações científicas e tecnológicas em termos de telecomunicações e informática³⁶ havidas nas últimas décadas, trata-se de um tempo de intensa aceleração histórica; um tempo em que a informação circula com uma velocidade tão grande, e em tão grande quantidade, que acaba por se impor com força aparentemente irresistível um padrão de consumo igualmente rápido e tendente à não assimilação - um padrão, portanto, pulverizado como pulverizada é a própria natureza da informação *neste contexto*.

Ora, uma tal característica faz com que a sociedade contemporânea se mostre como estando necessitada de *inteligibilidade histórica próxima*³⁷, o que exigiria (hoje mais do que nunca), a transformação da massa de informações produzida pelos meios de comunicação em uma unidade - um texto, por exemplo - dotada de sentido e inclusive de sentido histórico específico. Para Pierre Nora³⁸, seria em parte trabalho do historiador o de produzir esclarecimento, fornecer explicações que serão necessariamente provisórias - mas plausíveis -, uma vez que estas explicações encontram raízes no passado.

A percepção da dramaticidade desta "condição pós-moderna"³⁹ esteve presente na elaboração desta dissertação, uma vez que o tema a ser trabalhado, tendo um de seus pólos na década de 1990, poderia escapar aos problemas teóricos e metodológicos da chamada *História do Tempo Presente*. Afinal, como colocar em relação momentos históricos em que, de um lado - o pós-1929 -, há toda uma bibliografia constituída e mesmo interpretações consagradas, e, de outro - o pós-1989 -, em que tanto a bibliografia como as interpretações estão em plena construção? E em que a bibliografia que há encontra-se, o mais das vezes, dispersa em jornais e revistas?

³⁶ Fonseca, 1997.

³⁷ Lacouture, Jean. *A História Imediata*. In: Le Goff, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 215-240.

³⁸ *Apud* Lacouture. Obra citada, p. 218.

³⁹ Ver Lyotard, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1988 - 3ª edição.

Não se trata, obviamente de dizer que aquilo que diz respeito ao pós-1929 também não esteja *em construção*. Ao contrário, muitos trabalhos de revisão historiográfica têm tomado como objeto precisamente a década de 1930 no Brasil, por exemplo. Quer-se apenas destacar que, para esse *pólo* do trabalho, já existe uma massa de saber acumulado que, se de certa forma angustia o pesquisador em vista da *quantidade*, em um outro sentido o tranqüiliza, dado que resta assegurada a *qualidade*. Se é um mar vasto, é um mar de águas relativamente tranqüilas.

Quanto ao período do pós-1989, o que há, em grande parte, é um número imenso de jornais e revistas que ainda nem bem amareleceram. São, portanto, dois universos bibliográficos com *estatuto epistemológico* marcadamente diferenciado. De um lado, livros - que em princípio têm em sua confecção a ambição da permanência; de outro, matérias - artigos, ensaios, reportagens - cuja própria natureza pode ser tão efêmera quanto o é a do jornal de ontem.

O autor-chave para a problemática da *História do Tempo Presente* é o francês Jean Lacouture, e o texto a que reiteradamente têm se referido os que desejam tratar do tema é o seu "*História imediata*", publicado originalmente em 1978 na obra "*A História nova*", organizada por Jacques Le Goff. Entretanto, já em 1963 Lacouture publicou na França uma coleção com o mesmo nome do texto acima referido e estabeleceu-se, juntamente com o historiador Pierre Nora e o sociólogo Edgar Morin, como a referência primeira e obrigatória para o assunto⁴⁰.

Lacouture, em princípio, não faz qualquer distinção⁴¹ entre os termos *História Imediata*, ou *História do Tempo Presente*, ou somente *História do Presente*, ou ainda *História Próxima* - como aqui não faremos, apesar de termos escolhido *História*

⁴⁰ Paillard, B. *Imediata (História)*. In: Burguière, André (org.) **Dicionário das Ciências Históricas** Rio de Janeiro: Imago Editora, s/d, p. 408-411.

⁴¹ Como o fazem Chauveau e Tétart (1999), por exemplo.

do Tempo Presente -, e salienta que, apesar de o contexto que alimenta a sua emergência no campo da investigação histórica ser basicamente o do pós-2ª Guerra Mundial, esse tipo de fazer histórico não é propriamente uma novidade.

"É um dogma de fresca data o de que a história seja a ciência do passado, que só encontre sua razão de ser, sua nobreza, sua justificação na laboriosa extração de seus recursos da montanha dos arquivos. É só no alvorecer do reinado positivista (...) que a Universidade (...) formula o princípio de tal dogma: a história só poderia tratar do abolido, do que passou. (...) Será que era preciso reagir dogmaticamente contra o exemplo de uma pesquisa centrada no vivo? (...) Em sua distância do passado e em sua relação com os materiais que seleciona, a operação histórica parece ter passado por vários contraditórios. César e Commynes se consideravam historiadores? Em todo caso, as obras que deixaram estavam abertamente ancoradas no presente, um presente que eles viveram não apenas como testemunhas, mas também como atores, por vezes como protagonistas." (Lacouture, 1990, p. 219)

Além disso, em um raciocínio de cunho mais propriamente filosófico, o autor relativiza a própria noção de imediação, argumentando que toda e qualquer operação histórica pressupõe procedimentos de verificação, de delimitação, de exclusão, de coleção, etc. De todo modo, havendo feito tais ressalvas, Lacouture conceitua a História do Tempo Presente a partir do que seriam os seus componentes mais essenciais. Assim - trazendo desde já relativizada, portanto, a noção de História como "ciência do passado" - esta se caracterizaria, "a um só tempo, pela proximidade temporal da pesquisa e redação da obra em relação ao tema tratado, e pela proximidade material do autor em relação à crise estudada"⁴².

Em uma situação dessa natureza - fundamentalmente diferente daquela em que o historiador conta com um razoável distanciamento temporal entre si mesmo e o seu objeto de estudo - o objeto se oferece praticamente sem elaboração (uma vez que *sem o trabalho do tempo*). Assim, "imediato", aqui, significa justamente *ausência de*

mediação, no sentido de não haver um *corpus* de saber erigido sobre os temas, sobre o objeto em questão; de não haver, em uma palavra, uma bibliografia que tenha sido submetida ao crivo crítico de uma geração ou mais⁴³.

Ocorre, entretanto, que em tempos de intensa aceleração histórica, em uma sociedade "alucinada por informação"⁴⁴ e portanto necessitada de *inteligibilidade histórica próxima*, teríamos hoje como um imperativo a necessidade do desenvolvimento de uma história imediata, que aliada à Sociologia e ao Jornalismo, transforme a massa de informações posta em circulação pela mídia em uma unidade com *sentido*; portanto, no que se refere à História, em uma unidade em que estejam identificadas as raízes processuais do objeto, seu emolduramento no presente - com toda a riqueza e complexidade das relações possíveis -, e ainda em que esteja dada uma inteligibilidade suficiente para o seu exame no futuro⁴⁵.

Essa necessidade de *produção de sentido próximo* não está livre, evidentemente, de inúmeras questões de corte teórico e metodológico que são imediatamente suscitadas. Uma das mais centrais é a da reemergência do *acontecimento* - posto de lado como objeto de investigação histórica quando da estruturação teórica da Escola dos Annales, momento em que, em nome de uma história total, toda uma geração de historiadores passou a defender e praticar uma concepção de história em que o *econômico* e o *social* viriam a ocupar uma posição de centralidade, em detrimento do *político*.

A premissa básica dessa mudança era a de que "os fenômenos inscritos em uma longa duração são mais significativos do que os movimentos de fraca

⁴² Lacouture, obra citada, p. 216.

⁴³ É interessante notar que para Italo Calvino (1994), a passagem positiva de uma obra pelo crivo crítico de mais de uma geração constitui um dos elementos que lhe darão o estatuto de clássico - ou seja, um atestado de permanência, um indicativo de que as questões postas em pauta por aquela obra continuam *fazendo sentido*.

⁴⁴ Dias, 1995.

⁴⁵ Isto o diferenciaria da análise de conjuntura feita por certa extração de jornalistas, por exemplo.

amplitude, e que os comportamentos coletivos têm mais importância sobre o curso da história do que as iniciativas individuais."⁴⁶.

No entanto,

"[A história política] atribui, talvez, mais importância ao evento do que outras. (...) Se trabalhamos sobre um período curto ou próximo, somos levados a atribuir [ao acontecimento] uma parte mais importante do que sobre períodos afastados em que, pela força das coisas, os relevos se esfumam, e em que o olhar percebe conjuntos mais maciços e monumentais. Compreender bem o fato não é reduzi-lo a anedota. É necessariamente distinguir as duas noções: o fato não é o acidente e não se limita à superfície das coisas; ele introduz na nossa visão a contingência e isto é de grande importância." (Rémond, 1999, p. 55)

Esta noção recuperada do *acontecimento* - além de não implicar em que tomemos o acontecimento como objeto principal, e nele permaneçamos em registros estéreis - ainda consideraria, para René Remond, a idéia de que o historiador do presente teria de dar uma atenção necessariamente especial para o fato, e essa experiência pode ser útil a todos os historiadores - na medida em que não lhes deixa esquecer o "peso da contingência" na história.

Há um conto do argentino Jorge Luis Borges, em seu "Ficções"⁴⁷, denominado "Funes, o Memorioso", em que é imaginada a seguinte situação: um homem sofre um acidente em que lhe é atingida a cabeça, e passa, daí em diante, a lembrar de tudo o tempo inteiro - cada folha de cada planta, cada listra de cada camisa, cada palavra de cada diálogo, e assim por diante. Todas as ocorrências aparentes do mundo lhe estão presentes na cabeça ao mesmo tempo, e a consequência desse estado é que ele é incapaz de... pensar, uma vez que, mergulhado no evento, perdeu o

⁴⁶ Ferreira, 1992, p. 265.

⁴⁷ Porto Alegre: Abril Cultural, 1972.

atributo da abstração - pressuposto fundamental para a atividade do pensamento. Não é o caso, aqui.

"Costuma-se distinguir o historiador do jornalista pela diferença dos níveis de escuta. O primeiro, como o índio batedor, preocupa-se menos com o rodeio na superfície do que com os ecos vindos do solo, em que encosta o ouvido. (...) Mas [ainda assim] o acontecimento conserva seu valor específico, seu dinamismo próprio." (Lacouture, obra citada, p. 232).

Críticas como as realizadas por Kocka⁴⁸ ao que denomina "história das experiências", opondo-lhe uma "história estrutural" caracterizada por uma argumentação que trabalha fundamentalmente com perguntas e respostas, teses, dúvidas, tentativas de verificação, uso dos instrumentos do contraste e da analogia, etc., salienta que esta - a "estrutural" - não perde de vista ações, experiências, acontecimentos, indivíduos; ao contrário, os considera relevantes, ainda que para serem inscritos em categorias de antes e depois.

Emaranhado no retorno do *político*, então, reemergiu também o acontecimento, mas entendido como *estando em relação*, necessariamente, com camadas de significação mais "estruturais" - camadas de profundidades em cujo espaço são originados os ecos cuja escuta darão os subsídios para o bom trabalho, para o trabalho *com sensibilidade* em História do Presente. Remond considera que o fato modifica também em profundidade - e não somente na superfície - o destino dos povos e os destinos individuais.

"(...) O que perturbou mais a vida de milhares de franceses do que as duas guerras? Estamos aqui mais próximos do político do que de outra coisa. O acontecimento pode perturbar e mudar o curso das coisas. O retorno do político não é, pois, o retorno à narração no sentido tradicional do

⁴⁸ KOCKA, Jürgen. *Um Retorno à Narração? Em Defesa de uma Argumentação Histórica*. **Revista História: Questões e Debates**. Curitiba, v. 13, nº 24, p. 56-77, jul/dez, 1996.

termo, nem superestimação do acontecimento." (Rémond, 1999, p. 56 - grifo nosso)

Em termos metodológicos, um dos pontos frágeis desse tipo de investigação histórica seria o fato de o pesquisador, por falta de distanciamento temporal, não poder delimitar - senão de maneira muito precária -, um "teto" para seu trabalho: um historiador que escrevesse sobre a Guerra do Vietnã em 1974, por exemplo, não conheceria o fim da guerra - como nesta dissertação não sou conhecedor do fim do governo de Fernando Henrique Cardoso. Lacouture reconhece que esta limitação - ignorar parte da seqüência e o epílogo dos processos estudados - constitui uma fraqueza da História Imediata, mas relativiza sua importância:

"O 'imediatista' não é tão solitário, tão desarmado em sua ignorância do 'desenlace', já porque seu próprio trabalho é um dos atos do drama, considerando-se resolutamente isso e assumindo sua função de acompanhamento cego (...), já porque a matéria que ele escruta forma um bloco bastante delimitado para que as evoluções ulteriores transformem radicalmente seja a sua natureza, seja o seu sentido." (1990, p. 223).

Além disso, René Remond lembra que tal limitação não é exclusiva do historiador do presente, dado que os trabalhadores que trabalham períodos sobre os quais se pode licitamente pensar que o ciclo está quase fechado, arriscariam adotar uma atitude abusada (sic) da vantagem que lhes confere o fato de conhecer a seqüência do objeto que estudam. Para esse autor, poderia haver uma tendência à simplificação que os faria acreditar que as coisas deveriam necessariamente se passar como se passaram, e não de outra forma⁴⁹ - uma atenção sensível ao fato manteria um olhar específico para a realidade de que há sempre bifurcações e múltiplas

⁴⁹ Walter Benjamin já alertava para a necessidade de nuançar a idéia de que as coisas que se passaram de uma certa forma não poderiam ter se passado de outra. Recomendava que os estudiosos "passassem a história a contra-pêlo", de modo a enxergar as alternativas que não se realizaram mas que podem permanecer vivas em potência (Gagnebin, 1993).

possibilidades e relações.

Assim, este que seria um defeito estrutural da *História do Tempo Presente*, pode ser entendido precisamente como a sua melhor potencialidade, já que - além das injunções acima mencionadas - o historiador, não podendo esconder-se atrás de uma pretensa e muito discutível objetividade, seria convocado a esclarecer com a máxima precisão suas orientações e posição frente à história - o que, isto, sim, constituiria verdadeira condição para o desenvolvimento de uma obra qualificada. Em uma outra linha de raciocínio, pode-se verificar que apanhar a mudança, a história viva, em movimento, seria em grande parte a tarefa do historiador - de *qualquer* historiador - o que pode perfeitamente ser alcançado independente do desenlace do evento⁵⁰.

Outro ganho, este a meu ver, seria o da recuperação - agora em um novo patamar, de um engajamento por parte do historiador que parece ter sido perdido nas barricadas de 68. Lembremos que para Jean-Paul Sartre⁵¹ o intelectual deve estar *em relação* para com o seu tempo - ou terá falhado como intelectual (havendo aqui um traço de identificação possível com a idéia de Nora acerca da produção de esclarecimento *próximo*, de um jorrar luz sobre o presente).

Ainda em termos de ordem metodológica, Eric Hobsbawm nota que no que diz respeito à acessibilidade das fontes, o historiador do contemporâneo está em geral, em melhores condições que o historiador que - por exemplo - estuda o século XVI.

"Pelo menos sabemos o que poderia ser, e em muitos casos mais cedo ou mais tarde será, disponível, ao passo que as lacunas no registro passado são, quase com certeza, permanentes. **Em todo caso, o problema fundamental para o historiador contemporâneo em nosso tempo infinitamente burocratizado, documentado e inquiridor é**

⁵⁰ Lacoutoure, obra citada, p. 225.

⁵¹ Solal, 1985.

mais um excesso incontrolável de fontes primárias que uma escassez das mesmas." (Hobsbawm, 1998, p. 254)

Assim, pude encontrar eco - não solução ou encaminhamento de solução - em Hobsbawm para o problema da incontrolabilidade das fontes para a história do presente.

De resto, controlar e utilizar todas as fontes é algo que dificilmente ocorre em qualquer tipo de investigação histórica. Lacouture⁵² - trazendo à discussão um elemento que a *História do Presente* partilha com a *História Oral* - considera que para o historiador do presente se opera uma arbitragem misteriosa entre o conhecido e o "a conhecer": o uso de certas fontes poderão comprometer indivíduos ou instituições, e isso poderá fechar, ao pesquisador, portas que o levem a outras ou novas fontes.

Vemos, portanto, que há uma necessidade - produzir inteligibilidade histórica próxima, dando conta da complexidade do mundo em que vivemos -, muitas especificidades e algumas limitações. Obviamente, a existência destas não deverá implicar em um abandono do desafio que representa realizar uma história que seja uma história do *tempo presente*, que dialogue com as disciplinas afins mas que mantenha a sua identidade e o seu *dizer* único.

Os profissionais em história mais ciosos das fronteiras de sua disciplina costumam desqualificar os historiadores do presente, denominando-os "historiadores-jornalistas", ou insistindo em não perceber em que a História do Tempo Presente difere do ensaísmo ou da Sociologia. É interessante notar que, hoje como nunca - e principalmente na Europa - os historiadores, entre eles os historiadores "tradicionais" ocupam amplamente largos espaços na mídia, enunciando opiniões sobre absolutamente tudo - inclusive sobre o tempo presente, os homens do presente, a sociedade presente.

⁵² Obra citada, p. 227.

Ora, não vemos, em princípio, razão para que um intelectual seja mais rigoroso ao escrever um livro do que ao falar para milhões de espectadores em tempo real... De resto, à complexidade extrema do mundo neste final de século deve corresponder igual complexidade em termos do instrumental analítico de que o historiador dispõe - de modo que a resistência à História do Tempo Presente, ao tempo em que induz a perder a oportunidade de enriquecimento daquele material, parece trazer ainda um certo ranço pré-Annales, um ranço contra a interdisciplinaridade.

Afinal, a *História do Tempo Presente* pode e deve enriquecer a história tradicional na medida em que fornece elementos de *horizontalidade* - que, em princípio, seriam próximos da Geografia e da Sociologia - a serem compostos com o traço de *verticalidade*, de profundidade, de compreensão diacrônica e processual que é uma das características da história desde sua constituição como saber específico. A considerar que as razões que levaram o mundo a ser tal como é hoje devam se afirmar com muito mais força no futuro próximo - telecomunicações, informática, etc., aumentando a necessidade de inteligibilidade *histórica* do nosso tempo, mais razões terá a *História do Tempo Presente* para encontrar sua afirmação.

3. Quadro teórico geral de referência

O que aqui estamos denominando *quadro teórico geral de referência* são as teorias estruturalistas e cepalinas, envolvendo prioritariamente as teorias da dependência, as quais, ainda que em baixa no *mainstream* acadêmico em função da hegemonia alcançada pelo liberalismo redivivo, nos pareceu não apenas o ambiente mais adequado para refletir sobre os temas envolvidos no trabalho (inclusive em termos da bibliografia específica escolhida, encabeçada pela obra de Celso Furtado), como a

própria freqüentação de livros, autores e idéias constantes da bibliografia geral demonstrou que este é um universo perpassado pelo estruturalismo e por *teorias* da dependência. Além disso, e não menos importante, deve-se destacar que tais teorias são parte fundamental do conjunto de valores descartados na década de 1990.

De fato, em se tratando de bibliografia relativa a história econômica, essa linha - não fosse uma nossa escolha prévia - predomina. A literatura à sua esquerda - de orientação marxista, por exemplo - parece tão somente tangenciar a *especificidade* do esforço de industrialização da América Latina - o que é muito mais verdadeiro para o que diz respeito à abertura econômica da década de 1990; a literatura à sua direita, de cunho liberal... bem, esta foi encarada quase que como um *objeto*, ou como parte do objeto, na medida em que se constitui, o mais das vezes, em suporte filosófico para a negação do espírito do pós-1929 e para a composição das justificativas econômico-políticas que embasaram a inflexão liberal do Consenso de Washington.

A Teoria da Dependência, em particular, pode ser entendida como um conjunto de textos e livros que, sem constituir um sistema, é fruto do trabalho intelectual de diversos pensadores que da década de 1940 até meados da de 1970 trataram o tema de forma também diversa⁵³.

"O conceito de dependência (...) define uma relação de subordinação entre partes do sistema capitalista. Quer dizer: entre economias 'centrais' (países da Europa ocidental, EUA e Japão) e 'periféricas' (América Latina, parte da Ásia e África). Os países de economia dependente foram, em geral, colônias e tiveram um desenvolvimento industrial tardio. 'Dependem', para sua manutenção ou desenvolvimento industrial, de capitais e tecnologia comprados no exterior, no 'centro'. Tal financiamento e importação de máquinas e indústrias não é (não tem sido), em geral, bastante para gerar um desenvolvimento autônomo (que se autofinancie e

⁵³ É consenso, entretanto, que a principal síntese acerca do problema da dependência foi formulada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto em seu "Dependência e Desenvolvimento na América Latina", cuja primeira edição é de 1967.

desenvolva tecnologia) nem para criar uma economia exportadora suficientemente forte para pagar aquelas importações e empréstimos. Este vínculo de subordinação impediria o controle das decisões sobre a produção e o consumo nos países periféricos." (Freire e Silva, 1995)

Com efeito, observou-se que a idéia de *subordinação* - conceito mais abrangente que o de *dependência* - ocupa posição fundamental ou tem mesmo o caráter de premissa, entre outras, em *qualquer* análise econômica à esquerda do esquema explicativo liberal - daí haveremos tomado a perspectiva das teorias da dependência com um quadro teórico geral de referência, flexível o bastante para que a interpretação e a análise do texto/contexto do pós-1929/pós1989 não restem demasiadamente presas a um esquema teórico, e, de outro lado, suficientemente delimitadas para que não venhamos a incorrer em um ecletismo estéril. A idéia de *subordinação* econômica, para a realidade do pós-1929, é particularmente importante para a argumentação do trabalho, uma vez que será precisamente a *insubordinação* (ainda que limitada) à ordem internacional, implícita nas políticas econômicas de Vargas, Perón e Cárdenas e possibilitadas pela "vacilação" das economias centrais do sistema - ocupadas em vencer a situação de crise - que marcará a realidade de Brasil, Argentina e México no primeiro momento histórico a ser considerado.

É pertinente anotar neste momento, em uma pequena digressão, que a pluralidade do aparato teórico-metodológico mobilizado para o cercamento da temática do trabalho, e exposto nesta Primeira Parte - das posições teórico-metodológicas que envolvem História Econômica Comparada, Análise de textos e História do Tempo Presente até o quadro teórico geral de referência que conta com as formulações da Teoria da Dependência - não pode ser confundida com ecletismo ou relativismo, pois que cada um desses pontos refere-se a faces diversas do projeto que se complementam harmonicamente. Carlos Nelson Coutinho⁵⁴ fornece um bom exemplo para que estejamos esclarecidos a esse respeito: não podemos, a um só tempo - uma

⁵⁴ "Pluralismo: dimensões teóricas e políticas". In: Cadernos ABESS, 1991.

vez que constituem universos excludentes -, aceitar a teoria social de Marx e a teoria social de Freud. Se afirmamos ser verdade, como o faz Marx, que a história se explica pela luta de classes, não podemos afirmar também que a explicação da história tem de considerar, *ab initio*, a repressão sexual. Isso seria ecletismo. É legítimo e em princípio consistente, entretanto, aceitar a teoria social de Marx e a teoria freudiana da neurose, por exemplo - que diz respeito ao inconsciente psíquico individual⁵⁵. Isso é pluralismo.

A teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado, exposta - entre outros lugares - em "Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina" (1968) implica em uma impossibilidade estrutural da repetição, por parte dos países latino-americanos, da experiência dos países desenvolvidos, uma vez que teriam buscado o seu próprio desenvolvimento quando as economias centrais já estavam de todo estabelecidas. Para Furtado, "o modelo de substituição de importações (e a proteção à indústria local para desenvolvê-la) teria transformado parte das economias de origem colonial, mas estas não seriam capazes de criar sistemas capazes de gerar crescimento autônomo. A dependência continuada levaria necessariamente à estagnação."⁵⁶

O diagnóstico, todavia, que na última década tem se apresentado com maior expressão e aceitação é dado precisamente pelo esquema liberal de leitura do mundo. Reforçado ainda na década de 1970 pela contribuição teórica de W.W. Rostow⁵⁷, tal esquema sugere que as teorias da dependência, tomadas genericamente, teriam sido motivadas por um sentimento de "coitadismo" e de "vitimismo" que, atribuindo as causas do atraso e da pobreza ao colonialismo ou ao neocolonialismo, impediria a América Latina de compreender que sua situação de não desenvolvimento teria de ser explicada em termos de causas "internas" - raiz de uma ineficácia econômica intrínseca que de um lado paralisa o continente e de outro atribui essa

⁵⁵ Como o faz, aliás, Herbert Marcuse (1968).

⁵⁶ Freire e Silva (1995).

⁵⁷ Origens da Economia Moderna. São Paulo: Cultrix, 1975.

paralisia ao mundo desenvolvido. Assim, "a raiz do subdesenvolvimento estaria na incapacidade de assumir a consciência e a responsabilidade dos próprios males"⁵⁸.

Tais formulações interessam-nos muito estreitamente, uma vez que são a correspondência exata, em termos teóricos, da rejeição dos presidentes da década de 1990 a seus antecessores históricos. O ataque do liberalismo à Teorias da Dependência é a expressão, ao nível das idéias, do ataque político e econômico à orientação dada às nações em questão após a crise de 1929.

É evidente que as transformações ocorridas no curso da história, após a queda do Muro de Berlim, refletiram-se na história do pensamento - e a Teoria da Dependência não esteve livre de necessárias releituras e reformulações. Miguel Augusto Guggiana⁵⁹, considerando as origens cepalinas da teoria, e investigando seus desenvolvimentos inclusive nos anos 1990, quando muitos de seus formuladores a repensaram - é o caso de Celso Furtado e do próprio Fernando Henrique Cardoso -, argumenta que a mesma conserva um instrumental conceitual ainda válido, uma vez que o contexto de não desenvolvimento⁶⁰ e de desigualdades econômicas e sociais que a gerou não apenas persiste como se agrava. No entanto, as mudanças de ordem estrutural observadas na economia mundial no último quarto de século, e sobretudo na última década, fazem com que seja necessário um recalibramento de seus conceitos essenciais, de modo a fazer frente a fenômenos postos em realce pela Globalização e pela integração crescente de mercados físicos e financeiros.

⁵⁸ Freitas, Décio. *Idiotices do Manual do Perfeito Idiota*. Zero Hora, Porto Alegre, 27 de abril de 1997, p. 23. Um dos maiores exemplos brasileiros da divulgação desse tipo de pensamento é a obra "Lanterna na Popa", de Roberto Campos (1996).

⁵⁹ "Interdependência: Uma visão contemporânea da teoria da dependência". Teoria Econômica, Passo Fundo, v. 7, nº 13, p. 121-140, novembro de 1999.

⁶⁰ Evitou-se a expressão subdesenvolvimento, por considerar-se aceitável a argumentação de Charles Bettelheim (citado por Paulo Sandroni em seu Novo Dicionário de Economia, 1994, p. 339) de que "o termo está revestido de mascaramento ideológico na medida em que parece indicar um estágio necessário a ser percorrido por esse países para que atinjam o desenvolvimento." Para o autor, tratar-se-ia não de uma questão de tempo, mas de rompimento das relações internas e externas que vinculariam os países subdesenvolvidos aos centros hegemônicos internacionais.

Na introdução à Terceira Parte, "Brasil, Argentina e México diante da inflexão de 1989", tais revisões serão devidamente contempladas.

Segunda Parte

O discurso presidencial no pós-1929

1. Brasil, Argentina e México diante da inflexão de 1929 - o contexto

Uma vez que provocou o colapso do liberalismo econômico e das instituições políticas de cunho liberal - marcos sobre os quais vinham erguendo-se, desde a segunda metade dos anos 1700 e em um padrão de evolução mais ou menos seguro, as nações industrializadas do mundo - a crise de 1929 transformou profundamente o curso do século XX. Com efeito, muito poucos países atravessaram o período que se seguiu à crise - a *Grande Depressão* - sem sofrer e promover mudanças de grande envergadura, tanto internas como em seu modo de inserção na economia global. Enquanto as nações desenvolvidas dividiam-se essencialmente em dois caminhos⁶¹ - de um lado, a social-democracia, de que são exemplo o *New Deal* de Franklin D. Roosevelt, nos Estados Unidos, e o governo da Frente Popular, na França; de outro, regimes de caráter autoritário e fascista, como a Alemanha de Hitler (que perduraram somente até a Segunda Grande Guerra)⁶² -, os países do hemisfério não desenvolvido do planeta, compreendendo a América Latina, a África e a Ásia, conheciam movimentos nacionalistas e revolucionários que responderam à crise a sua maneira: menos conscientemente, no início do processo, no que se refere à economia; e mais deliberada e ativamente no que diz respeito às esferas social e política. De todo modo, as relações entre o Estado e a economia, entre o Estado e a sociedade, estariam para sempre transformadas... ou, no mínimo, configuradas *de um certo modo* até as transformações da década de 1990.

⁶¹ A União Soviética, praticamente não afetada pela crise, constitui um caso de extrema exceção.

⁶² Observe-se, em um registro ilustrativo da repercussão da crise nas mais diversas linhas de reflexão, que o pensamento de tradição marxista considera esses dois caminhos como a expressão de uma só e mesma realidade: a de burguesias defendendo desesperadamente os seus interesses de valorização do capital em uma conjuntura adversa, em contextos econômico-culturais diferentes, os quais requeriam medidas também diferentes. A esse respeito, ver Ohlweiler, Otto Alcides. *Humanidade e Lutas Sociais - Era do Imperialismo*. Porto Alegre: Editora Tchê!, 1987, p. 84.

Se de um ponto de vista histórico-cronológico e de seus efeitos a gestação e desdobramentos da crise são bem conhecidos, o mesmo não se dá quanto ao reconhecimento e análise de suas causas. A ortodoxia liberal largamente hegemônica até então - neoclássica ou marginalista, em uma referência dupla aos clássicos do liberalismo, como Adam Smith, e à *teoria do valor* específica, não smithiana, não-clássica, que postulavam⁶³ - considerava que a depressão e o desemprego que atingiram as economias capitalistas a partir de 1929... simplesmente não existiram⁶⁴, ou, se existiram, não passaram de um desajuste meramente temporário, a ser autocorrigido segundo o que preconizava a Lei de Say⁶⁵.

Enquanto a crise seguia "não existindo", a desconfiança geral quanto aos rumos da economia, que havia sido desencadeada pela quebra da Bolsa de Nova York, em 24 de outubro de 1929 (a "quinta-feira negra"), levava os empresários - nos Estados Unidos e em seguida em todo o mundo capitalista - a reduzirem drasticamente a produção e os investimentos, o que teve efeito imediato, *universal e profundo*⁶⁶, sobre o nível das rendas nacionais e sobre o emprego: entre 1929 e 1932, o comércio mundial caiu 60%⁶⁷, e em muitos países industrializados o desemprego chegou a atingir nada menos que um quarto da mão-de-obra. Em um primeiro momento, governos marcadamente liberais, como o do republicano Hebert Hoover⁶⁸, reagiram à crise dentro

⁶³ A esse respeito, ver o capítulo 11 de Hunt, E. K. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Campus, 2000, intitulado: "O triunfo do utilitarismo: a economia de Jevons, Menger e Walras".

⁶⁴ Sandroni, Paulo. Novo Dicionário de Economia. Círculo do Livro, 1994, p. 184.

⁶⁵ Coração e mente do liberalismo em sua leitura marginalista, pedra fundamental da teoria econômica neoclássica, a Ley de Say (referência ao industrial e economista clássico francês Jean-Baptiste Say, 1767-1832) estabelece que sempre e em todos os casos, em uma economia capitalista, a oferta cria a sua própria demanda, *não havendo portanto qualquer possibilidade de crise geral no sistema*. Como a soma de todas as mercadorias produzidas tem de necessariamente equivaler à soma de todas as mercadorias compradas, o sistema capitalista seria um sistema que se auto-regula constante e recorrentemente, dispensando por isso a presença do Estado.

⁶⁶ Hobsbawm, Eric. J. Era dos Extremos, p. 96.

⁶⁷ Idem ibidem.

⁶⁸ Que em seu discurso de posse, em janeiro de 1929, havia declarado: "Nós na América estamos mais próximos do triunfo final sobre a pobreza do que ninguém antes na história de qualquer país. (...) Não alcançamos a meta, mas, tendo oportunidade de prosseguir na política dos últimos oito anos, breve, com a ajuda de Deus, veremos o dia em que a pobreza será banida desta nação." Campos, Raymundo. História da América, São Paulo: Atual Editora, 1992.

de parâmetros da ortodoxia vigente, reduzindo despesas para preservar o valor-ouro de suas moedas e alcançar o equilíbrio dos orçamentos. Para absoluta perplexidade dos liberais (empresários, governantes e teóricos), todavia, a conjuntura prosseguia em um padrão de agravamento crescente. O corpo de sua doutrina, não prevendo a possibilidade da ocorrência de doenças, não havia desenvolvido qualquer remédio.

Para além das muitas tentativas de explicação daquelas graves circunstâncias, e de seus eventuais méritos, a presença de John Maynard Keynes⁶⁹ - tanto efetiva, propositiva, e mesmo pragmática em termos político-econômicos (esteve na base do New Deal norte-americano), quanto teórica em termos mais propriamente econômicos (seus estudos foram pioneiros para o que hoje se conhece por Macroeconomia) - viria então a ser decisiva, seja para a superação da situação de crise em si mesma, seja para criar os fundamentos que orientaram a constituição do sistema capitalista nas seis décadas seguintes. Se no vácuo criado pelo retraimento do liberalismo três opções apresentaram-se, passando a competir pela hegemonia intelectual-política mundial⁷⁰ - o comunismo marxista, a social-democracia e o nazi-fascismo -, seria a social-democracia⁷¹ a alternativa que no ambiente das economias de

⁶⁹ Uma atenção mais detida aos postulados keynesianos tem sua razão de ser, aqui, não apenas porque tenham modificado o capitalismo após a crise de 1929 - inclusive no que diz respeito ao Brasil, ao México e à Argentina -, mas também porque são idéias diretamente atacadas pelo liberalismo, sobretudo em seu ressurgimento hegemônico após o Consenso de Washington. Preserva-se assim não apenas o aspecto mais descritivo e relacionado à América Latina, mas ainda o esforço comparativo - cerne deste trabalho.

⁷⁰ Hobsbawm, Eric J. Obra citada, p. 111 e capítulo seguinte.

⁷¹ A expressão "social-democracia", aqui, está sendo entendida em um sentido amplo, de modo a abarcar o aporte keynesiano - do qual são derivadas políticas econômicas que nenhuma nação no mundo capitalista absteve-se de adotar, em maior ou menor grau, e consideradas verdadeiramente heréticas em termos da ortodoxia liberal (assim como "heréticas" o são consideradas hoje). De fato, este sentido, que envolve o keynesianismo como "modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, com a qual não se atinge totalmente a autonomia da empresa privada, (...) [convertido em] ortodoxia a partir de 1945" (Sandroni, obra citada, p. 184), e como orientação fundamental, após 1929, do que mais tarde veio a ser conhecido como "Estado do Bem-Estar Social", ou ainda "Estado keynesiano", não pode ser confundido com "social-democracia" como a corrente política surgida em 1875 com a criação do Partido Social Democrata Alemão, e que historicamente propõe a mudança da sociedade capitalista por meio de reformas graduais, obtidas dentro das normas constitucionais da democracia representativa. Note-se que Keynes jamais considerou um modo de organização econômico-social que não o capitalista. Utilizamos o termo "social-democracia", então, para referirmo-nos ao capitalismo do pós-1929, keynesiano e de "Bem-Estar Social".

mercado capitalistas alcançaria vigência segura, com maior ou menor abrangência conforme as muitas e diversas realidades nacionais existentes.

Criticando - não, de todo, mas em uma parte extremamente significativa - os princípios neoclássicos⁷², Keynes percebeu que o nível de emprego em uma economia capitalista depende do que denominou *demanda efetiva*, ou seja, da proporção da renda que é efetivamente gasta em consumo e em investimento, e que, ao contrário do que postulava a Lei de Say, em uma economia monetária é possível, em tese e em dadas circunstâncias, receber sem imediatamente gastar o dinheiro - quer dizer, é possível vender sem comprar⁷³.

"Na análise keynesiana, as crises econômicas foram atribuídas a variações nas propensões a investir e consumir e ao aumento da preferência pela liquidez (o entesouramento). A economia pode encontrar seu nível de equilíbrio com uma alta taxa de desemprego, e assim permanecer, a menos que o governo intervenha com uma política adequada de investimentos e incentivos que sustentem a demanda efetiva, mantendo altos níveis de renda e emprego, de modo que, a cada elevação da renda, o consumo e o investimento também cresçam. Para isso, é preciso dotar o Estado de instrumentos de política econômica que permitam: regular a taxa de juros, mantendo-a abaixo da "eficiência marginal do capital" (a expectativa de lucros); incrementar o consumo por meio da expansão dos gastos públicos; expandir os investimentos por meio de empréstimos públicos capazes de absorver os recursos ociosos." (Sandroni, 1994, p. 184).

Estavam, assim, lançadas as bases para a recuperação do capitalismo no mundo desenvolvido: a Grande Depressão havia destruído o liberalismo econômico por meio século⁷⁴, e elas constituiriam agora o elemento de sustentação fundamental - dando-lhe novo caráter - do sistema capitalista, que entregava alguns anéis para não

⁷² Ver o capítulo 2 - "Os postulados da economia clássica" - de "A teoria geral do emprego, do juro e da moeda". São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

⁷³ Sandroni, Paulo. Obra citada, p. 184.

⁷⁴ Hobsbawm, Eric J. Obra citada, p. 99.

perder os dedos. *Tanto essas bases - sua proposição e adaptação às realidades nacionais - quanto a própria situação de crise, em si mesma, terão efeitos transformadores e duradouros sobre a da América Latina.*

A crise de 1929 significou um corte profundo na história da América Latina; uma reorientação de proporções gigantescas, só comparável à do momento das independências e da constituição dos estados nacionais. A dimensão essencialmente dependente das economias latino-americanas ficou como nunca evidenciada, ao entrar em colapso o secular - e eficaz - esquema de exportações de produtos primários (muitas vezes em termos de monocultura) e de importações de produtos industrializados. Afinal, sempre esteve garantido - a não ser em casos excepcionais, como o da grande crise internacional de 1873 e o da Primeira Grande Guerra - o elemento de vitalidade do esquema: a existência de um comprador externo, que a um só tempo demandasse as *comodities*⁷⁵ latino-americanas e produzisse excedentes industriais - de bens de consumo, intermediários e de capital - para atender às necessidades dos países latino-americanos⁷⁶. Sempre esteve garantido, mas agora havia desaparecido. A economia mundial reagiu defensivamente à crise, em um quadro que apresentou forte retração dos mercados nacionais: os Estados Unidos, principais compradores dos produtos latino-americanos, suspenderam suas importações, só retomando-as gradualmente à medida em que venciam a crise no decorrer da década de 1930, o mesmo ocorrendo com a Europa⁷⁷. Vendo-se em uma encruzilhada

⁷⁵ O uso do estrangeirismo se justifica. Trata-se de um desses termos bastante sintéticos que a língua inglesa por vezes apresenta: evita que tenhamos de dizer "um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, do chá, da lã, do algodão, da juta, do estanho, do cobre, etc." (Sandroni, Paulo. Obra citada, p. 62).

⁷⁶ No que se refere às importações, observa-se uma dupla causa: não apenas as economias centrais não produziam excedentes exportáveis, como a América Latina, sem as divisas provenientes das exportações, e necessárias para importar, não podia apresentar-se como compradora... de qualquer modo.

⁷⁷ Note-se que mesmo em um caso de recuperação gradativa das compras por parte de Estados Unidos e Europa, os preços dos artigos primários conheceram queda significativa - o que fez com que o problema adquirisse caráter permanente. "Só por ocasião da Segunda Guerra Mundial é que a América Latina teve chance de recuperar os índices de exportação de suas matérias-primas." (Lopez, Luiz Roberto. História da América Latina. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 118).

histórica, a América Latina obrigou-se a repensar a orientação econômica que lhe foi característica durante quatrocentos anos, e o fez em tal profundidade que o reordenamento subsequente - de modo nenhum tranquilo - apresentou conseqüências importantes na própria maneira como os diversos países do continente encaravam-se enquanto nação.

Apesar de ser um consenso (raro) em termos bibliográficos⁷⁸ a idéia de que a partir de 1929 a América Latina passou a apresentar um desenvolvimento "desde dentro", sustentado pelo modelo de industrialização por substituição de importações - em lugar de um desenvolvimento "desde fora", baseado nas exportações, como até então⁷⁹ -, faz-se necessária a ressalva: sendo incontestável o fato de que a década de 1930 fez surgir em muitos países latino-americanos forças econômicas, sociais e políticas que viriam a dar uma nova face ao modelo de desenvolvimento do continente, é verdade também que, não obstante as dificuldades da crise, teve permanência - em geral -, um compromisso⁸⁰ com a produção de produtos primários e com um padrão de desenvolvimento "desde fora", desempenhando as exportações, mesmo em um nível reduzido, papel importante em toda a região *durante a crise* e após - e, no limite, até os dias de hoje.

É preciso observar que mesmo naqueles países - notadamente Brasil, Argentina e México - que já haviam conhecido surtos de industrialização desde a segunda metade do século XIX⁸¹, e em que o novo esforço de industrialização obteve melhores condições de sucesso, destacando-os do conjunto das demais nações, o

⁷⁸ Bulmer-Thomas, Víctor. Las economías latinoamericanas, 1929,1939. In: Bethel, Leslie (org.). História de América Latina - Vol. 11, Economía y sociedad desde 1930. Barcelona: Crítica, 1997, p. 3-46.

⁷⁹ O que muda, isto sim, na bibliografia, é o diagnóstico quanto a essa mudança ter sido boa (estruturalistas) ou má (conservadores de toda ordem).

⁸⁰ Bulmer-Thomas, Víctor. Obra citada, p. 3.

⁸¹ Enquadrando-se portanto naquilo a que Celso Furtado denomina "primeira fase do processo de industrialização", a industrialização induzida pela expansão das importações, cuja característica principal é o fenômeno do estímulo dado pelos rendimentos advindos das exportações aos setores não exportadores - manufatureiros, por exemplo. Ver, a esse respeito, a primeira parte do capítulo X de "A economia latino-americana - Formação histórica e problemas contemporâneos". São Paulo: Editora Nacional, 1986 - 3ª edição.

processo de substituição de importações *não se completou*: a dependência no que diz respeito à indústria de bens de capital, por exemplo, sempre permaneceu, não obstante os investimentos específicos havidos nessa área⁸².

De todo modo, o novo horizonte de desenvolvimento proporcionado pela crise de 1929 teve o condão de elevar as perspectivas do continente como um todo, e sobretudo nos três países em exame as transformações a que se deu início foram de uma grandeza ímpar, alcançando muitos aspectos da vida nacional. Ainda que a década de 1930 *em si mesma* não deixe entrever a totalidade das dimensões históricas de tais mudanças - "los historiadores económicos, que tratan de detectar el período del siglo xx en que la política y el comportamiento económicos de América Latina se descarriaron seriamente, debe mirar más allá de los años treinta"⁸³ -, uma vez que em grande medida a própria reconstrução do setor externo (e portanto da saúde financeira das nações, cujos governos passariam a "keynesianamente" promover gastos para estimular o investimento) tornou exequível a implementação do modelo de industrialização por substituição de importações, o estudioso não deve subestimar a importância simbólica de marcos como esse. Se imaginarmos um historiador cujo objeto de estudo seja a América Latina no século XX, e que estivesse imbuído do mesmo espírito de Eric Hobsbawm ao buscar o "início" e o "fim" do século, as chances de encontrar o início em 1929 seriam seguramente de dez em dez.

No Brasil, o momento histórico da crise de 1929 coincide com o ambiente

⁸² Esta é considerada a principal contradição do modelo, havendo sido apontada por Maria da Conceição Tavares em um trabalho já clássico: "Da substituição de importações ao capitalismo financeiro". Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

⁸³ Bulmer-Thomas, Víctor. Obra citada, p. 46.

eleitoral preparatório para uma sucessão presidencial que se dará de modo não institucional e revolucionário, em um processo em que não apenas um presidente da República deixará o poder, mas toda uma geração de homens que, ligados à própria constituição daquela forma de governo e às oligarquias do café - representantes, estas, da atividade monocultora e exportadora do país. Com efeito, mais que um presidente - Washington Luís -, e mais até que toda uma geração de políticos identificados com o liberalismo econômico e com os interesses do setor cafeicultor, uma *idéia* deixava o poder.

Tentativas de organização de uma indústria capitalista, desde meados do século XIX, sempre ocorreram à revelia da esfera política, e à margem absoluta das preocupações que envolveram a principal direção econômica brasileira: a da monocultura para exportação. Surtos industriais houve - quase sempre, entretanto, como efeito secundário, e muitas vezes nem mesmo previsto, de medidas governamentais outras. Exemplo disso é a tarifa Alves Branco, que em 1844 - oportunidade em que expirou o tratado desigual firmado com a Inglaterra em 1810 -, estabeleceu tarifas alfandegárias em valores até então nunca praticados no Brasil *para alcançar certos objetivos de ordem fiscal*, favorecendo uma indústria incipiente⁸⁴ ao gerar um efeito lateral protecionista.

Afora eventos isolados⁸⁵ - como a campanha em favor de uma sistematização de políticas protecionistas que se expressou na criação, em 1880, de uma Associação Industrial que publicou manifesto contra os partidários de uma

⁸⁴ "Eram fábricas pequenas, usando poucas máquinas, que ainda eram muito caras, mas que apresentavam produtos de notável acabamento, embora fossem de âmbito apenas local, não se realizando quase intercâmbio de manufaturas entre as províncias." Morse, Richard. Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, p. 165.

⁸⁵ Os dois exemplos do parágrafo são ilustrativos do espectro do pensamento industrialista no Brasil de fins do Império e da República Velha: a Associação Industrial limitava suas reivindicações a políticas de cunho protecionista, ao passo que Rui Barbosa insistia que se escapasse a esses limites, os quais julgava estreitos e, no fundo, prejudiciais à economia como um todo, na medida em que trazia perturbações às relações comerciais com outros países. Heitor Ferreira Lima vê, nisto, a emergência de uma ideologia industrialista propriamente dita. Ver o capítulo "Protecionismo e industrialização", em sua "História político-econômica e industrial do Brasil". São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

orientação exclusivamente agrária para o país⁸⁶ - e a ocasionalidade de ministros como Rui Barbosa - declaradamente industrialista e havendo promovido o primeiro verdadeiro surto industrial no país⁸⁷, que sintomaticamente perduraria até o governo Prudente de Moraes, o primeiro a articular a política nacional em torno do café -, a "primeira fase" da industrialização brasileira (conforme a classificação de Furtado) esteve adstrita a conjunturas perfeitamente impoderáveis e absolutamente esporádicas, tais como a crise de superprodução do café em 1880-1886 e à Primeira Guerra Mundial.

É importante destacar aqui, entretanto - em direção a 1930 -, um outro elemento que, mesmo possuindo um status de efeito lateral, surgia em razão das políticas mesmas de apoio à economia cafeeira - apresentando por isso uma recorrência mais segura -, como uma sua contradição fundamental: as medidas de desvalorização da moeda nacional, tomadas freqüentemente durante a República Velha com a intenção de assegurar o padrão de renda dos cafeicultores - renda esta constantemente ameaçada pela tendência estrutural do produto à superprodução (desequilibrando os termos *oferta* e *demanda*, em favor da primeira) e à queda dos preços -, tornava mais caras as importações em geral, o que fazia com que, de um lado, aumentasse a procura por artigos nacionais, e, de outro, com que ficassem mais atrativas as atividades de tipo industrial - com mais e mais empresários para elas se movimentando.

Assim, temos que o processo brasileiro de industrialização anterior a 1930 - anterior portanto ao modelo de industrialização por substituição de importações - deu-se, em grande medida, nos espaços proporcionados pela própria política de apoio à economia do café, seja da forma acima descrita, seja em face de que são os próprios excedentes dessa economia - indireta ou diretamente - que formarão a base da indústria nacional - uma base restrita à criação de empresas de transformação primária de matérias-primas elas mesmas destinadas à exportação (refinarias de açúcar,

⁸⁶ Lacerda, Antonio Correa de. Economia brasileira. Editora Saraiva, 2000, p. 48.

⁸⁷ Lima, Heitor Ferreira. Obra citada, p. 308.

empresas de beneficiamento de algodão, etc.), ou de empresas que produziam mercadorias para a população com baixo nível de rendimentos (empresas têxteis, de calçados, fábricas de cerveja, etc.).⁸⁸

Ocorre, entretanto, que as medidas de proteção à economia cafeeira - a aquisição de estoques por parte do governo, mediante a obtenção de empréstimos internacionais, e o já mencionado mecanismo cambial da desvalorização monetária -, por outro lado, estimulavam ainda mais o plantio do café, o que agravava ainda mais o problema da preeminência da oferta - mais e mais elástica - sobre a demanda - estável. Quando a crise de 1929 sobrevém, coincide notavelmente com o maior desequilíbrio observado na história das exportações brasileiras: a produção de café atingiu mais que o dobro (28.941.000 sacas) da exportação (14.281.000 sacas)⁸⁹. Dependente em toda linha da exportação do café, a economia brasileira passa a conhecer, em paralelo com o resto do mundo, o seu colapso muito particular: não havendo exportação, não há divisas para atender às importações; não havendo importações, o país se vê necessariamente voltado ao desenvolvimento de suas próprias capacidades realizadoras internas. Criado um ambiente econômico, social e político profundamente adverso ao status quo político, o último governo da República Velha - ortodoxamente liberal - nem mesmo esboçará medidas contra a situação de crise. Cairá antes de qualquer reação.

A partir de 1929/1930⁹⁰, a indústria transforma-se no principal fator de crescimento do país. A espinha dorsal, o eixo da economia brasileira sofre um deslocamento histórico, e sua dinâmica passa a ser determinada internamente. Iniciou-

⁸⁸ Lacerda, obra citada, p. 57. Furtado salienta ainda que "o processo de urbanização, que ocorria paralelamente, criava novas exigências no setor da construção, abrindo o caminho a uma indústria de materiais de construção, os quais se substituíam em boa parte a produtos tradicionais de origem artesanal." Obra citada, p. 125.

⁸⁹ Furtado, Celso. Formação Econômica do Brasil. Pág. 212.

⁹⁰ Para uma caracterização da crise de 1929 como o momento de ruptura com o modelo primário-exportador da economia brasileira em favor de um modelo de desenvolvimento industrializante e voltado para o mercado interno, ver Celso Furtado (1995), Maria da Conceição Tavares (1973) e João Manuel Cardoso de Mello (1982).

se o que a literatura de tradição estruturalista e cepalina viria a denominar "processo de industrialização por substituição de importações", envolvendo em um primeiro momento uma indústria de bens de consumo não duráveis - como alimentos e tecidos, sobretudo - e evoluindo para a constituição de uma indústria de bens de consumo duráveis e de capital. Esgotado o desenvolvimento *reflexo* da atividade industrial - *reflexo* no sentido de vinculado à expansão das exportações -, o fenômeno da industrialização seria provocado exatamente pelo declínio, ou crescimento posterior insuficiente, das exportações⁹¹.

A idéia de substituição de importações compreende não apenas o início da produção interna de um bem que anteriormente tinha de ser importado, como implica também uma mudança qualitativa na pauta de importações do país⁹². À medida em que a produção interna de bens de consumo aumenta, eleva-se também a importação dos bens de capital e dos bens intermediários necessários para essa produção.

"[O modelo de industrialização por substituição de importações tal como apanhado por Furtado e Tavares] já havia sido delineado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), organismo da ONU, criado em 1948. Segundo a CEPAL, o relacionamento comercial dos países exportadores de matérias-primas com os países desenvolvidos era caracterizado pela deterioração das relações de trocas, conforme constatação do economista argentino Raúl Prebisch, grande impulsionador da CEPAL que havia ganhado notoriedade como dirigente do Banco Central argentino na década de 1930. Em outras palavras, os preços dos produtos primários normalmente se depreciavam com relação aos dos produtos industrializados, obrigando os países latino-americanos a exportar um volume cada vez maior de bens para fazer frente às suas importações. Assim, quando fatores externos como as Guerras Mundiais e a Grande Depressão prejudicavam esse relacionamento comercial, ocorria o desenvolvimento

⁹¹ Furtado, Celso. A economia latino-americana, p. 123.

⁹² Lacerda, obra citada, p. 73.

'voltado para dentro', com o avanço da industrialização." (Lacerda, obra citada, p. 74).

Em paralelo ao processo de industrialização por substituição de importações - e mesmo que de início não se apresente em moldes de um projeto nítido e premeditado -, começa a desenhar-se um modelo econômico de corte nacional-desenvolvimentista - o *getulismo*, ou *varguismo* -, apoiado em três elementos: a própria substituição de importações, a valorização do mercado interno e uma forte presença estatal. Um tal modelo, guardadas as peculiaridades brasileiras e latino-americanas, aproximará o Brasil das demais nações capitalistas do mundo no que se refere à relação entre o Estado e a economia.

Para Celso Furtado, o financiamento público da compra dos excedentes de café e sua destruição⁹³, promovido por Getúlio Vargas entre suas primeiras medidas governamentais - compra esta financiada tanto por impostos sobre a exportação de café (que jamais foi completamente paralisada) como *pela expansão do crédito -, com o objetivo de manutenção do nível de emprego e da demanda agregada*, constitui exemplo acabado de um "keynesianismo intuitivo", ou de um "keynesianismo antes de Keynes" - sendo anterior mesmo ao New Deal de Roosevelt⁹⁴ -, tendo apenas antecipado toda uma série de medidas adotadas desde o Estado, em um padrão intervencionista de política econômica que seria seguido por Vargas até o fim, perpassando os diversos momentos por que viriam a passar este presidente e o Brasil.

É verdade que este padrão intervencionista pode ser lido como absolutamente desmedido, em relação ao grau relativamente limitado de planejamento

⁹³ A destruição do café - em geral, sua incineração -, muitas vezes tida como uma excentricidade irracional brasileira, de fato não o era - ao menos de um ponto de vista estritamente econômico. Jorge Caldeira lembra que "na época, também o Canadá queimava montanhas de trigo, a Austrália destruía estoques de lã, os Estados Unidos se desfaziam de vários produtos agrícolas. Embora houvesse muita gente morrendo de fome no mundo, ninguém dispunha dos recursos para transportar esses produtos até os potenciais consumidores." História do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 269.

⁹⁴ De fato, a renda nacional brasileira começou a crescer ainda em 1933, ao passo que a economia norte-americana só começaria a colher os efeitos do New Deal em 1934. Lacerda, obra citada, p. 70.

macroeconômico observado no mundo desenvolvido, mas o certo é que a partir da crise do liberalismo e do advento de uma proposta alternativa para a organização do capitalismo *dentro dos marcos de uma economia de mercado* - o keynesianismo -, a presença do Estado na economia já passava a encontrar justificativas sólidas inclusive em termos de teoria econômica - para além de algo muito mais próximo: a necessidade pragmática, imediata dessa presença. A maior presença do Estado no Brasil - Estado a quem caberia um papel econômico ativo, estruturante e estruturador - pode ser explicada em função de que, neste país, tudo estava por ser feito. Nos quadros da problemática de uma *industrialização retardatária*⁹⁵, ou o Estado moveria o processo, ou o mesmo não ocorreria. Os capitais privados nacionais simplesmente não tinham condições de arrostar tal empresa; e, caso tivessem, a natureza necessariamente de longo prazo do retorno para os investimentos dessa monta inviabilizariam o empreendimento. A realidade das multinacionais, por sua vez - uma alternativa possível, em tese -, somente viria a se impor como fenômeno amplamente difundido após 1945.

Já durante o período do Estado Novo (1937-1945), um novo "choque adverso" viria a dar novo impulso à industrialização brasileira: a Segunda Guerra Mundial. A situação de retraimento dos mercados físicos e financeiros do mundo reforçou a tendência à formação de uma indústria nacional de bens de consumo, não-duráveis e mesmo duráveis, e apresentou como novidade, ainda que de forma parcial - mas importante, em termos sobretudo qualitativos -, a substituição de importações de bens intermediários (metalurgia, siderurgia, etc.). Expressão disso são a criação da Companhia Vale do Rio Doce, a fundação da Usina de Volta Redonda, e o estabelecimento do Conselho Nacional do Petróleo.

Esses esforços históricos, no entanto, não foram suficientes para que o processo de industrialização por substituição de importações se completasse. O avanço

⁹⁵ Ver o capítulo 2 de Mello, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982.

da industrialização brasileira era obstaculizado por problemas crônicos de ordem cambial, que dificultavam ou impediam a importação dos bens de produção necessários ao desenvolvimento. Após o interregno liberal do governo Eurico Gaspar Dutra, o novo governo Vargas (1951-1954) representou uma tentativa consciente e deliberada de superação daquela limitação estrutural, com a implementação de um departamento de bens de capital⁹⁶ - o chamado *departamento I*.

Ao assumir um caráter eminentemente nacionalista ao restringir as possibilidades de financiamento externo ou de participação de capitais estrangeiros na forma de investimentos diretos - ao contrário, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e implementada a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), condicionando as importações aos interesses industriais nacionais -, Vargas passou a enfrentar inúmeras dificuldades políticas⁹⁷.

"A tentativa de Vargas de implantar o departamento I em nossa economia (...) enfrentou as dificuldades políticas típicas de um projeto nacionalista. Conforme transcorria o mandato presidencial, aumentavam as divergências políticas entre as classes que, em tese, sustentariam o governo, isto

⁹⁶ "A análise departamental está presente nas mais interessantes tentativas de interpretação dos rumos da economia brasileira. Paul Singer, por exemplo, especialmente em *Desenvolvimento e crise no Brasil* e em *A crise do milagre*, procura articular essa análise departamental no entendimento do crescimento da economia brasileira (...). O desequilíbrio departamental, com um desenvolvimento insuficiente do departamento I, resultaria em pontos de estrangulamento que limitariam e diminuiriam o ritmo de crescimento e conduziriam a economia à crise. Analogamente, Francisco de Oliveira, em *Crítica à razão dualista*, também elabora a sua clássica análise sobre o desenvolvimento industrial brasileiro a partir dos esquemas departamentais. Já a rica análise desenvolvida pela chamada Escola da Unicamp, liderada por Maria da Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga de Mello Belluzo, construiria sua interpretação da economia brasileira a partir da visão de Kalecki relativamente à articulação dinâmica entre os departamentos da economia produtores de bens de produção e consumo. Por articulação dinâmica, os autores entendem a forma de integração e interação recíproca entre os departamentos produtores de bens de capital e de bens de consumo." Lacerda, obra citada, p. 81.

⁹⁷ Para uma visão acerca da economia brasileira na crise do Estado Novo e após, ver Bernardo, Antonio Carlos. O Estado Novo e a reorientação econômica. Anais de História. São Paulo, nº 9, 1977, p. 25-42; e Braga, Sérgio Soares. Empresariado, sistema partidário e pensamento econômico na crise do Estado Novo e da redemocratização de 1945-1946. <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/autor/braga1.exe>. Curitiba, 1999. Sobre o Estado Novo em análises de caráter mais propriamente histórico, ver Pandolfi, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. São Paulo: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

é, os trabalhadores industriais e a burguesia nacional. Os trabalhadores, sua mais firme base de sustentação, aumentaram suas reivindicações, buscando participar dos banhos de produtividade decorrentes do avanço da industrialização. Os empresários, mesmo os beneficiados direta e indiretamente por Vargas, mostrariam o seu descontentamento com a Instrução 70, em função do aumento dos custos das importações que a desvalorização cambial provocava. A nova crise que enfrentaria a agricultura cafeeira também seria creditada ao governo, e seria capitalizada politicamente pela oposição. (...) A falta de sustentação política da burguesia industrial a Vargas e as limitações da acumulação financeira nacional, em uma economia que dependia em muito de financiamentos e de aportes de tecnologia externos, resultaram em transformações limitadas na estrutura produtiva, impedindo a abertura de caminhos autônomos para o desenvolvimento nacional." (Lacerda, obra citada, p. 83).

Uma breve visada para a história econômica do Brasil no século XX já seria o bastante para - como elaboraram os teóricos da dependência - perceber que o empresariado nacional, entre a estatização da economia e o capital estrangeiro, não escolheriam a primeira alternativa⁹⁸.

A Argentina, por sua vez, foi apanhada pela crise de 1929 também em um momento de grande instabilidade política - o qual, entretanto, apresenta uma particularidade toda própria: em 1930 (e até 1943) um golpe de Estado viria a dar início a uma série de governos os quais representaram um *reforçamento* dos interesses da oligarquia agro-exportadora, à sombra de cuja economia - como no Brasil e em termos

⁹⁸ Lopez, Luiz Roberto. História do Brasil Contemporâneo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

em tudo semelhantes - havia se dado a primeira fase de industrialização⁹⁹. Como os efeitos iniciais da Grande Depressão - forte retração no comércio internacional - eram os mesmos de outros instantes de crise no ambiente econômico mundial, como as já mencionadas crise de 1873 e Primeira Guerra Mundial, pretendeu-se na Argentina da década de 1930 adotar medidas que assegurassem a retomada das condições anteriores a 1929. O governo Agustín Justo, por exemplo (1932-1938), negocia com a Inglaterra um acordo - o Pacto Roca-Runciman, de 1933 - que implica em grande penetração de capitais ingleses na economia argentina, em troca de que aquele país permanecesse importando a carne que constituía a principal mercadoria do modelo agrário-exportador da Argentina. Assim, buscava-se politicamente, à custa de um favorecimento extremo ao capital estrangeiro, garantir aquilo que até então aparecia como natural e que a nova racionalidade econômica abalou: a existência segura de um comprador externo.

No entanto, a profundidade da crise em seguida veio a demonstrar que o conjunto de relações dentro das quais se havia desenvolvido o processo de integração da economia mundial desde a segunda metade do século XIX - e, no limite, *desde sempre* para a América Latina - estava transformado para sempre. Até 1930, também na Argentina, havia-se concluído a etapa da economia primário-exportadora¹⁰⁰. A despeito dos governos liberais e estreitamente vinculados aos *terratenientes* exportadores, e até mesmo *por causa* do atendimento aos interesses destes,

"[Na Argentina], nos anos 1930, realizou-se um esforço considerável para preservar o crédito externo, o que exigia

⁹⁹ Lopez (1986) lembra que Vânia Bambirra, em seu *El capitalismo dependiente latinoamericano* - Cidade do México: Siglo XXI, 1980 -, elabora uma tipologia segundo a qual Argentina, Brasil e México aparecem juntos - com Colômbia, Uruguai e Chile - no mesmo grupo de países: os de *tipo A*, quer dizer, aqueles cujo processo de industrialização se deu anteriormente à Segunda Guerra Mundial. Os de *tipo B* seriam países com industrialização posterior à guerra, e os de *tipo C* sem industrialização alguma. Observe-se ainda que a Argentina, na década de 1920, possuía a mais ampla e mais sofisticada (com exceção dos têxteis) indústria da América Latina. A esse respeito, ver Bulmer-Thomas, Victor. Obra citada, p. 35.

¹⁰⁰ Ferrer, Aldo. La economía argentina. Fondo de Cultura Economica: México - Buenos Aires, 1980, p. 153.

uma certa política de contenção interna. Tratou-se de substituir importações no setor agrícola - algodão e outras matérias-primas agrícolas - e de orientar a industrialização para os bens de consumo não duráveis. A preocupação de defender o nível de atividade interna nas fases de depressão cíclica levou a favorecer as indústrias de demanda menos elástica, que são as de consumo geral. Partia-se do princípio de que a demanda dos bens duráveis de consumo e dos equipamentos pode ser mais facilmente comprimida para fazer face a um declínio brusco da capacidade para importar. Em outras palavras, prevaleceu na Argentina a preocupação de adaptar-se às condições de instabilidade do mercado mundial de matérias-primas." (Furtado, 1986, p. 132-133).

Insinuava-se, assim, a nova fase de industrialização da Argentina, orientada pelo modelo de substituição de importações, *não obstante* a percepção política de que poderia ser possível promover a restauração do setor exportador. Em termos de médio e longo prazos, a crise de 1929 havia-se mostrado decisiva¹⁰¹ no que diz respeito a criar as condições para o grande esforço de industrialização das décadas de 1940 e 1950. De fato, um grau considerável de planejamento econômico e de intervenção desde o Estado é percebido mesmo nos anos 1930: Enrique Domenech¹⁰² entende que uma primeira etapa desta realidade pode ser identificada precisamente no período compreendido entre 1930 e 1939, definindo-a como de "intervencionismo defensivo do Estado" - expressão de um tipo de regulação da vida econômica que, ao pretender restabelecer o estado de coisas anterior à crise, ou no mínimo criar determinadas condições de aguardo de uma restauração da economia mundial, se quer eminentemente provisório.

A exemplo do que ocorre no Brasil com a criação do Conselho Nacional do Café (1931), a Argentina firma com a Inglaterra o tratado Roca-Runciman, acima

¹⁰¹ Dorfman, Adolfo. Historia de la industria argentina. Buenos Aires: Hispamerica Ediciones Argentinas, 1986, p. 373.

¹⁰² "Algunos comentarios sobre la planificación económico-social y sobre la planificación económico social en Argentina". Buenos Aires, 1968. *Apud* Oyuela, Juan Amadeo. "Polémica - Primera Historia Argentina Integral". Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1972, vol. 86, p. 146. As outras cinco etapas apontadas são: 1939 a 1946, 1946 a 1955, 1955 a 1963, 1963 a 1966 e 1966 em diante (observe-se que a obra é de 1968).

mencionado, e estabelece, em 1933, o *Plan de Acción Económica Nacional*, constituindo entre outras medidas - como a criação do Banco Central argentino - a Junta Nacional de Carnes. Ao contrário, entretanto, do que ocorre no Brasil - onde o espírito da Revolução de 1930 e a própria profundidade da crise econômica não permitiram que se alimentassem ilusões quanto a uma restauração do setor exportador em papel similar ao que antes lhe coubera¹⁰³, e onde o próprio tratamento dado à produção do café se dá em novos termos - na Argentina tais medidas "todas ellas no respondieron a una planificación preordenada y precisa, pero sí eran las manifestaciones de una idea muy definida"¹⁰⁴ - precisamente a da possibilidade de restabelecimento, ali ou adiante, das condições econômicas nacionais e mundiais do momento anterior ao da crise de 1929.

Contudo, nenhum regime que logrou sobreviver aos primeiros tufões¹⁰⁵ do pós-1929 teve muito longa duração. O advento Perón, que sobrevém no bojo de uma reação militar e nacionalista, em 1943 (aprofundada com as jornadas de outubro de 1945¹⁰⁶), à manifesta subordinação da Argentina ao capitalismo inglês - o vice-presidente Julio A. Roca havia declarado, dando o tom de toda a década de 1930, que "la Argentina es, por su interdependencia recíproca, desde el punto de vista económico, una parte integrante del Reino Unido"¹⁰⁷ -, encontra o país em um bom momento econômico. Os altos preços alcançados pela exportação agropecuária argentina em um mercado internacional em crescente recomposição - sobretudo a partir de 1945, ano da eleição de Perón -, bem como a espiral industrializante positiva, dada pela efetividade

¹⁰³ Furtado, obra citada, p. 133.

¹⁰⁴ Domenech apud Oyuela, obra citada, p. 146.

¹⁰⁵ Donghi, Tulio Halperin. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 211.

¹⁰⁶ De fato, o vértice *nacionalista* do movimento mostrou-se em sua plenitude com as jornadas de outubro de 1945. Ver Altmann, Werner. El proyecto nacional peronista (1943-1955). Cidade do México: Editorial Extemporaneos, 1979, p. 51. E ainda Barco, Ricardo del. Del gobierno militar al régimen peronista. In Historia Política Argentina - 1943-1982. Buenos Aires: Editorial del Belgrano, 1985, p. 13-15.

¹⁰⁷ Oyuela, obra citada, p. 46. A própria Convención y Protocolo, firmada em 1º de maio de 1933 e conhecida como Tratado Roca-Runciman, ainda que tratasse prioritariamente do negócio de carnes, assegurava que "(...) el Gobierno Argentino, valorando los beneficios de la colaboración del capital británico en las empresas de servicios públicos y otras, ya sean nacionales, municipales o privadas, se propone dispensar a tales empresas un tratamiento benévolo que tienda a asegurar la debida y legítima protección de los intereses ligados a tales empresas." Obra citada, p. 46.

do processo de substituições de importações - cujo aprofundamento em direção a uma economia industrial avançada, tal como no caso brasileiro, viria a encontrar sérios obstáculos a partir de meados da década de 1950 - colaboram para que

"En el periodo de Perón, las condiciones políticas, económicas y sociales estaban dadas de tal forma en Argentina que el papel económico del estado creció enormemente. Este crecimiento de poderío del estado se reflejará, desde luego, en el campo económico, donde el aparato estatal va a ejercer funciones incluso como fuerza productiva. En vez de limitarse a disciplinar y hacer respetar las normas de actividad económica, actúa directamente como agente económico. Es decir, el proceso iniciado en la época de los primeros gobiernos radicales no se detiene con la subida de Perón al poder, sino al contrario, el proceso tuvo a partir de entonces, un desarrollo más profundo." (Altmann, 1979, p. 47).

Aldo Ferrer¹⁰⁸ considera que durante o primeiro triênio do governo peronista (1946-1948) levou-se às últimas conseqüências a primeira fase - relacionada a bens de consumo - do modelo de industrialização por substituição de importações. Em 1949, havia-se concluído uma etapa da política econômica, em que *keynesianamente* foram formuladas e aplicadas políticas monetária, fiscal e salarial expansionistas¹⁰⁹. A oferta monetária aumentou 250%, o gasto público passou de 16% para 29% do Produto Interno Bruto, e os salários e benefícios sociais foram

¹⁰⁸ Obra citada, p. 234. Ferrer divide o governo peronista, em termos de sua política econômica, em duas fases: 1946-1948, e 1949-1955.

¹⁰⁹ Idem, p. 234-238. No triênio em questão, a oferta monetária aumentou 250%; o gasto público passou de 16% para 29% do Produto Interno Bruto; os salários e os benefícios sociais foram drasticamente aumentados (uma vez que esta primeira fase do processo de substituição de importações deu-se "en el marco de una redistribución de ingresos en favor de los sectores populares. (...) Las políticas expansivas y redistributivas del período 1946-1948 fueron acompañadas por una serie de reformas de la legislación social y la ampliación del área de control del gobierno sobre el sistema económico. En el primer aspecto deben computarse la aplicación de los convenios laborales por industria, la creación de los tribunales de trabajo y un régimen de asociaciones profesionales que sentó las bases del actual poder de los sindicatos. En el segundo aspecto, deben incluirse (...) la creación del Banco Industrial; la nacionalización de los depósitos bancarios y el control nacional del sistema de seguros.").

drasticamente aumentados. Concomitantemente, iniciou-se a nacionalização dos serviços públicos e das exportações¹¹⁰.

A partir de 1950, passam a evidenciar-se os problemas estruturais do sistema industrial dependente¹¹¹ que a Argentina havia gestado desde 1930 e que se consumou nas décadas seguintes. Sem alcançar o estabelecimento de uma indústria de bens intermediários e de capital, ou "de base", e portanto havendo mantido uma dependência externa de caráter estrutural, fragiliza-se o governo peronista de 1952 até o seu final - quando as políticas econômicas expansionistas, aliadas a problemas crescentes em termos de balanço de pagamentos¹¹², começam a redundar em inflação e em deterioração das condições macroeconômicas obtidas até então - as mesmas condições que haviam dado sustentação ao projeto político de Perón.

É notável que somente dois países latino-americanos não tenham sido abalados politicamente pela crise de 1929 (sendo que na grande maioria dos casos a mudança favoreceu a grupos que encontravam-se, absoluta ou relativamente, afastados do poder na ocasião): são eles a Venezuela, onde o governo de Juan Vicente

¹¹⁰ Fundamental para o financiamento de uma tal política econômica foi a criação do Instituto Argentino de Promoção do Intercâmbio (IAPI), encarregado de comprar a produção interna de carne e de cereais - as "exportações tradicionais" - , e de revendê-la ao mercado externo, realizando ainda as importações essenciais. Os capitais apurados mediante esse mecanismo serviam ainda para a realização de obras públicas - atividade que, como bem sabem os Estados Unidos do New Deal, absorve mão-de-obra em grandes proporções, garantindo renda e consumo.

¹¹¹ Idem, p. 235.

¹¹² "La industrialización tenía la característica de un coloso con pies de barro, por cuanto si bien había logrado la reducción de las importaciones de bienes de consumo en cifras que iban de una participación en el total de importaciones del 23,9% en 1945-1949 al 9,7% en 1955, había generado un crecimiento del 51,8% al 73,9% en materias primas y productos intermedios. Ese cambio en la estructura de las importaciones significaba un fuerte factor de endurecimiento del balance de pagos, por cuanto no se podía prescindir de las mismas, todo ello frente a un panorama harto negativo de las exportaciones." Portnoy, Leopold. Política económica - 1945-1962. "Polémica - Primera Historia Argentina Integral". Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1972, vol. 89, p. 241.

Gómez, iniciado em 1908, durou até a morte do presidente, em 1935¹¹³, e o México, onde o recém criado Partido Nacional Revolucionário dirigia um país que havia vivido uma genuína revolução social e política - a Revolução de 1910/11 - e que passara a década de 1920 a dar-lhe a configuração que convinha ao grupo vencedor - a burguesia revolucionária.

A primeira fase da industrialização mexicana, a exemplo de o que ocorreu com Brasil e Argentina, teve início no século XIX, conhecendo sua principal onda de inversões - estrangeiras, na quase totalidade dos casos - durante o porfiriato¹¹⁴. Passados os turbulentos anos da revolução e iniciada a década de 1920, novos e regulares investimentos em termos industriais ocorrem, mas em muito modesta escala¹¹⁵. Apesar de o desenvolvimento industrial declaradamente constituir, já, um projeto da nova burguesia¹¹⁶, o setor primário-exportador - agrário e mineral -, dominado por capitais estrangeiros, apresentava-se como o elemento dinâmico da economia mexicana.

"[Em 1929] la economía nacional se encontrara estrechamente ligada al capital extranjero, cuyas actividades se concentraban en los sectores primarios, de tal forma que el país presentaba una fisonomía marcada de productor de materias primas. A fines de los años veinte, [essa realidade] determinó el fortalecimiento de una pequeña clase empresarial nacional, que se refugió en los renglones de la industria de transformación, enfrentándose, a partir de entonces, a los intereses de la gran burguesía terrateniente e industrial, y a los monopolios extranjeros. **Este sector ascendente era, dentro de la sociedad mexicana de fines de la década, el más vigoroso indudablemente, y el que habría de impulsar con posterioridad la política nacionalista que siguió a la gran crisis de 1929 (...).**" (Palacios, 1977, p. 520).

¹¹³ Bulmer-Thomas, Victor. Obra citada, p. 15.

¹¹⁴ Designação que faz referência ao nome de Porfírio Díaz, ditador que governou o México de 1876 a 1910.

¹¹⁵ Bulmer-Thomas, Victor. Obra citada, p. 36.

¹¹⁶ Conforme Altmann, Werner. O marco histórico da ascensão do cardenismo, *O marco histórico de ascensão do Cardenismo*. In: **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, vol. 26, nº 117, maio/julho, 1990, p. 93-132.p. 95.

Quando a crise advém, seu impacto é profundo e *direto*: apenas o mercado norte-americano - centro do colapso - absorvia 70% das exportações do México, sendo ainda responsável por 70% das compras desse país¹¹⁷. O quadro de intensa recessão que se segue¹¹⁸ - um verdadeiro "choque adverso", na expressão cepalina - faz com que o próprio processo revolucionário mexicano, então em franca paralisação, ganhe um novo impulso: um genuíno vigor juvenil¹¹⁹.

Após os governos do maximato (Pascoal Ortiz Rubio, Emilio Portes Gil e Abelardo Rodríguez), que dirigiram o país de 1928 a 1934¹²⁰ e que apresentam em comum, desde o ponto de vista econômico, o uso ideológico da situação de crise e depressão para fortalecer ainda mais a tendência já acentuada de suspensão das reformas iniciadas após a revolução - houve importante diminuição dos gastos públicos, junto à redução dos investimentos, do emprego e dos salários, na contramão do "keynesianismo espontâneo" de então -, assume a presidência Lázaro Cárdenas. Cárdenas surge como a mais importante liderança de uma fração do grupo revolucionário vitorioso que na década de 1930 passa a ser hegemônico na política pós-revolucionária mexicana¹²¹ - grupo de extração nacionalista e disposto a retomar o curso de reformas estancado no período anterior -, e sua ascensão à presidência significou a entrada em cena da pequena burguesia nacional e nacionalista que vinha crescendo tímida mas seguramente durante a primeira fase de industrialização, e que durante a crise se beneficiara do aumento generalizado do preço das importações;

¹¹⁷ Palacios, Guillermo. *México en los años treinta*. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). América Latina en los años treinta. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1977, p. 524.

¹¹⁸ México recibió a la depresión de 1929 con los brazos abiertos y los ojos cerrados. La dependencia de un solo mercado en el comercio exterior provocó, al reducirse las tasas de las importaciones norteamericanas, el derrumbe de los precios de los productos agrícolas e industriales del país. (...) El efecto de la crisis en las exportaciones fue particularmente nocivo, si se toma en cuenta que este renglón era vital para los ingresos federales." Palacios, Guillermo. Obra citada, p. 525.

¹¹⁹ Expressão de Tulio Halperin Dongui. Obra citada, p. 215.

¹²⁰ A expressão *maximato* é referência à condição de "el Jefe Máximo de la Revolución", atribuída ao presidente Plutarco Ellias Calles (1924-1928); aos governos dos três presidentes em questão, a cultura política mexicana chamou depreciativamente *maximato*, em alusão a sua subordinação à orientação geral do período Calles.

significou ainda a formulação e introdução de novas idéias quanto ao desenvolvimento econômico do país - estimuladas, de um lado, pelo fracasso dos governos do maximato em fazer frente às conseqüências da depressão, e, de outro, mais *propositivamente*, pela consciência de que somente uma presença efetiva do Estado no ambiente econômico poderia levar ao duplo objetivo de dar ao país um novo encaminhamento no que se refere à sua posição na ordem mundial que se apresentava, e de libertar as forças econômicas nacionais dos obstáculos sufocantes representados pela presença excessiva de capitais estrangeiros.

Assim, e sobretudo após 1936 - posto que nos dois primeiros anos importantes cargos governamentais ainda eram ocupados por remanescentes do *callismo*, iniciou-se, como nunca antes na história do México, uma ação desde o Estado que se refletia em todas as esferas da vida econômica e social. O esforço de criar condições materiais reais de produção, em um momento em que a iniciativa privada capitalista mostrava-se incapaz ou meramente desinteressada em fazê-lo, constitui o cumprimento histórico "de algunas funciones relevantes del Estado ya consideradas clásicas"¹²². Com Cárdenas, o Estado não apenas intensificou as funções que já possuía, mas assumiu novas e outras, havendo-se convertido em um Estado ativo, envolvido diretamente na produção e na criação e disponibilização de infra-estrutura¹²³, e que amplia a estrutura institucional de acordo com a nova orientação e necessidades.

"A partir de 1936 se efectuó un cambio radical en la forma de financiar el gasto público. La política, en lugar de beneficiar directa y exclusivamente al capital privado, rectificó su orientación para favorecer las obras de infraestructura económica, la redistribución del ingreso, o el gasto social. Se desarrollaron, principalmente, las comunicaciones, las obras de irrigación; se llevó a cabo la reforma agraria y las consecuentes expropiaciones de tierras y de maquinaria

¹²¹ Altmann, Werner. Obra citada, p. 98.

¹²² Altmann, Werner. México: El Estado y la unidad nacional cardenista. México: el estado y la unidad nacional cardenista. In: **Revista de História**, São Paulo, FFLCH-USP, nº 115, 1983.

¹²³ Camín, Héctor Aguilar, e Meyer, Lorenzo. À sombra da Revolução Mexicana - História Mexicana Contemporânea, 1910-1989, p. 178.

agrícola; se incrementaron notablemente los créditos destinados al fomento cooperativo y al ejidal, se nacionalizaron los ferrocarriles y se produjo la expropiación petrolera." (Chávez, 1979, p. 190).

Todo um conjunto de leis sociais, criado em termos de uma evolução da primeira Lei Federal del Trabajo, de 1931, foi implementado, entretanto, mesmo no início do governo, quando tratou-se ainda de retomar o processo de reforma agrária¹²⁴ estancado na década anterior - ponto dos mais sensíveis no contexto da revolução, e identificado com o lado vencido a ser integrado: o camponês e indígena -, inclusive com a reativação dos *ejidos*, ainda que de modo diferente do ancestral sistema da terra comunal indígena. Até a ascensão de Cárdenas, a posição privilegiada dos grandes latifundiários havia sido mantida e sustentada em função não de um seu poder próprio - abalado pela revolução -, mas graças à tolerância dos governos da década de 1920. Com Cárdenas, essa tolerância chega ao fim, e a profundidade da reforma agrária realizada então altera para sempre a agricultura mexicana: "a grande propriedade herdada da Colônia e fortalecida ao longo do século XIX fora atingida em seu cerne."¹²⁵ Os novos *ejidos*, que ao findar o governo Cárdenas representavam praticamente a metade da superfície cultivada do México¹²⁶, passam a ser formados essencialmente por terras de propriedade da nação cedidas a camponeses e indígenas para uso "perpétuo e hereditário", conforme estabelecia a legislação que acompanha a reforma - a qual cria também, como forma de viabilizar financeiramente a tais propriedades - movimentando-as e sustentando-as, o Banco de Crédito Nacional Ejidal.

¹²⁴ A presença, aqui, de elementos da economia agrária mexicana - o que não foi feito quando da contextualização dos casos brasileiro e argentino - justifica-se. Naqueles casos, a economia agrária, ou seja, o setor primário-exportador, entra como um dado secundário, a impulsionar indiretamente o próprio processo de industrialização por substituição de importações na medida em que entra em crise, e a auxiliar, mais tarde, com a recomposição dos preços internacionais, a recuperação das economias nacionais. O caso do México, como se verá no capítulo 4 desta Segunda Parte, apresenta importantes peculiaridades: a nova estrutura agrária alcançada, parte importante das reformas promovidas na década de 1930, modifica e influencia o próprio pensamento econômico do governo Cárdenas quanto à realidade da industrialização do país - o que curiosamente não é percebido por Celso Furtado em "A economia latino-americana". Uma atenção especial a tais elementos justifica-se ainda no que diz respeito à própria composição do presente trabalho. As reformas (contra-reformas?) liberais promovidas pelos governos mexicanos da década de 1990 atingiram prioritariamente, em um primeiro momento, o sistema ejidal.

¹²⁵ Obra citada, p. 175.

Outro absoluto ineditismo, em termos de comparação com Brasil e Argentina, é a criação da Petróleos Mexicanos (PEMEX), em 1938¹²⁷ - a empresa estatal com controle monopolista sobre o petróleo. A magnitude da expropriação petrolífera mexicana, bem como a subsequente nacionalização/estatização das empresas que atuavam no ramo, só encontrava par na União Soviética, duas décadas antes. Auge do nacionalismo mexicano da década de 1930¹²⁸, e do próprio cardenismo, o processo esteve longe de ser tranqüilo, e, ainda que exitoso, resultou em um estremecimento em termos das relações internacionais do país, bem como em graves conseqüências econômicas, as quais - desde um boicote orquestrado pelas empresas petrolíferas expropriadas -, aliadas a diversos outros problemas, marcaram a sucessão de Cárdenas. A nova direção imprimida à economia com a reforma agrária e a industrialização controlada não pôde revelar imediatamente a sua eficiência¹²⁹.

No Brasil, na Argentina e no México, o modelo de industrialização por substituição de importações apresentou-se como um fenômeno específico da década de 1930, estendendo-se até o momento da Segunda Guerra Mundial. Neste período, a contração da capacidade para importar permitiu que se utilizasse intensamente um núcleo industrial surgido na fase anterior. Celso Furtado¹³⁰ argumenta que o fato de a industrialização ter-se intensificado durante a depressão do setor externo - em grande medida, portanto, como efeito colateral -, indica com segurança que políticas

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Note-se, todavia, que uma política petrolífera nacionalista constituía uma orientação do governo já desde o Plano Sexenal, de 1934.

¹²⁸ Luis González anota um elemento pedagógico do episódio de criação da PEMEX: "La expropiación petrolera pudo haber sacado a la sociedad mexicana de la actitud de 'no puedo'. História da Revolução Mexicana, 1934-1940 - Los días del presidente Cárdenas. México: El Colegio de Mexico, 1981, p. 172.

¹²⁹ Donghi, Tulio Halperin. Obra citada, p. 237.

¹³⁰ Obra citada, p. 134.

econômicas adequadas teriam obtido o mesmo efeito muito antes da crise, se assim se desejasse.

"A superação da primeira fase da industrialização exigia medidas econômicas visando a modificar a estrutura do núcleo industrial; não tendo sido tomadas em tempo oportuno, os setores industriais foram levados a uma situação de relativa depressão. A crise, ao criar condições para uma utilização intensiva da capacidade produtiva já instalada e ao ampliar a demanda de produtos intermediários e de equipamentos, tornou evidente que o processo de industrialização para continuar a avançar necessitava ganhar profundidade." (Furtado, 1986, p. 134).

A ação econômica por parte do Estado, conduzindo à criação de indústrias de base, viria a desencadear uma terceira fase no processo de industrialização latino-americano. Essa terceira fase, entretanto, que envolve sobretudo a constituição de uma indústria de bens de capital, já não apresentará tanto em comum a unir Brasil, Argentina e México em um mesmo feixe histórico de evolução econômica cujas características permitem pô-los em relação. Em maior ou menor grau, problemas relacionados a inflação, a esquemas de financiamento interno e externo, e a políticas econômicas adotadas nas décadas que se seguiram aos governos de Vargas, Perón e Cárdenas - em um novo contexto econômico e político mundial (a "era de ouro do capitalismo"¹³¹ e a Guerra Fria, respectivamente) - irão impor sérios obstáculos à consecução desta "terceira fase" da industrialização latino-americana, perpetuando uma situação de dependência estrutural.

O Brasil, em especial - não obstante apresentar problemas sociais mais agudos -, logrou alcançar a constituição de uma indústria importante de bens intermediários - principalmente - e mesmo de capital, ainda que em uma faixa limitada -

¹³¹ Ver Beaud, Michel. História do Capitalismo: de 1500 até nossos dias. São Paulo: Brasiliense, 1991 - 3ª edição, e Hobsbawm, Eric. J. Era dos Extremos, obra citada.

o que não acontece com Argentina e México, cujo desenvolvimento industrial não conhecerá nenhum progresso qualitativo importante na segunda metade do século¹³².

A década de 1980 inteira - uma década de crise fiscal do Estado, de crise da dívida externa, e de agravamento da já histórica inflação em níveis até então desconhecidos - será de estagnação econômica. Tanto no caso dos países em exame, como no da América Latina em geral, as questões econômicas todas estarão subordinadas às da dívida externa e dos planos anti-inflação. Havendo conhecido trajetórias econômicas plenas de particularidades - mesmo que em um quadro geral de largas semelhanças - desde o esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações, Brasil, Argentina e México, diante da nova realidade, parecem postar-se em um novo alinhamento histórico possível. Um novo paradigma mundial, hoje o sabemos, gestava-se.

¹³² O Brasil ainda passará por dois grandes esforços industrializantes após a Era Vargas - ainda que com concessões ao capital estrangeiro impensadas anteriormente. São eles o Plano de Metas, do governo Juscelino Kubitscheck, e o II Plano Nacional de Desenvolvimento - fortemente estatizante -, do governo Ernesto Geisel, durante o regime militar. A esse respeito, ver Lacerda, Antônio Correa de. Obra citada. Para efeito comparativo, observe-se que o regime militar na Argentina (1976-1983) caracterizou-se por implementar um verdadeiro choque de liberalismo na economia do país, liderado pelos teóricos e executivos da Escola de Chicago.

2. "A democracia liberal capitalista é uma velha árvore coberta de musgos": o caso de Getúlio Vargas¹³³

A percepção de Getúlio Vargas quanto à história do Brasil, manifesta no discurso de posse como Chefe do Governo Provisório, em 03 de novembro de 1930, encontra-se informada, em grande medida, pela Revolução e pelo que está em seu entorno, bem como pelas questões fundamentais que constituíram suas razões últimas: a economia organizada em torno da exportação do café - nos termos já vistos -, e a política que dava a essa realidade a sustentação para a sua preeminência sobre os demais aspectos da vida econômica nacional, e para a sua própria perpetuação no tempo - a política mesma da República Velha.

A idéia de que a crise em curso possuía razões internas e externas, e de que superá-la exigiria a consecução de um empreendimento com vistas à transformação estrutural da economia nacional e de sua forma de inserção internacional, não obstante presente, põe-se lado a lado com o elogio à cultura do café - o que apenas aparentemente constitui uma contradição. A conciliação de tais termos, entretanto, deve ser buscada não pela via demasiadamente simplificada da explicação

¹³³ Além dos discursos de posse propriamente ditos, enunciados em 1930 e em 1951, consideramos também, obedecendo ao espírito do critério adotado, aqueles pronunciados (1) quando da eclosão do movimento revolucionário de 30, datado de 04 de outubro de 1930; (2) quando da fixação das eleições para a Assembléia Constituinte, de 14 de maio de 1932 e do início da fase final de seus trabalhos (15 de novembro de 1933), discursos portanto relativos ao Governo Constitucional, de 1934 a 1937; e (3) o discurso-manifesto denominado "À nação", pronunciado em 10 de novembro de 1937, por ocasião da promulgação do Estado Novo. No texto, quando não houver menção específica, serão identificados simplesmente pelo ano. Todos os documentos encontram-se no *sítio* do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela) - <http://www.cebela.org.br/txtpolit/apresenta.html> -, em "Textos Políticos da História do Brasil" (organização de Paulo Bonavides e Roberto Amaral). Salientamos que os documentos, como em geral ocorre em se tratando de textos publicados na World Wide Web, não possuem número de páginas. O mesmo ocorre com os demais discursos.

psicológica que acentua a importância da personalidade de tipo conciliatório de Vargas¹³⁴, mas na própria razão discursiva que os orienta.

Em discurso sem datação precisa - mas que Bonavides e Amaral¹³⁵ localizam em "fins de 1929 ou início de 1930", portanto já um discurso de campanha para as eleições que se realizariam proximamente - pronunciado em São Paulo, Vargas refere-se ao café como "o regulador e o expoente de toda a economia nacional, elemento visceral da nossa existência econômica", salientando que "defendê-lo, ampará-lo, é amparar e defender o próprio Brasil", e que, por isso, "não pode haver brasileiro que não se orgulhe desse maravilhoso esforço dos paulistas, criando, desenvolvendo e mantendo a sua cultura cafeeira". Há, entretanto, uma crise, como há também um seu diagnóstico, o que permite o encaminhamento da idéia de que as coisas, como estão - ou *como são*, em uma perspectiva estrutural -, não poderão permanecer: é feito o anúncio da "remodelação da defesa do café", sem que, todavia, haja qualquer explicitação sobre de que modo se deverá dar essa remodelação - a qual, sabemos, envolveu políticas adotadas rapidamente e que retiraram aquela mercadoria da posição de centralidade absoluta que até então ocupava na economia brasileira¹³⁶.

O Vargas de 1930 não está, portanto, demasiadamente distante daquele que já em 1906, em discurso de recepção - extraoficial - ao presidente Afonso Pena na Faculdade de Direito de Porto Alegre, refletiu sobre

¹³⁴ Como pode ser inferido de obras biográficas como as de Peixoto (1960), Frischauer (1944), Silva (1980) ou Brandi (1983).

¹³⁵ Ver nota de número 133.

¹³⁶ "Seria obstáculo de difícil superação pelo governo, caso pretendesse tornar possíveis medidas visando a amenizar a solucionar a crise, não ter o pleno controle sobre a política econômica voltada ao café. Só uma vez esta centralização em suas mãos teria sentido a adoção de medidas em outras áreas e o uso de instrumentos (cambiais, fiscais, monetários), capazes de *direcionar* a economia nacional (ou, se quiser, simplesmente agir com eficácia de forma anticíclica)." Fonseca, Pedro Cezar Dutra. Obra citada, p. 151-152.

" (...) quantas causas de estagnação pesam sobre um país novo, exaurido pela capitação e fisco, sopeando o livre desenvolvimento das atividades industriais! Amarga resultante para quem se vê coato a comprar manufaturados no estrangeiro, os gêneros da própria matéria-prima que exporta."¹³⁷

Dados os elementos essenciais do que estava em jogo no período da República Velha, temos, todavia, em 1930 - diante da necessidade de legitimar o processo revolucionário -, uma inversão no que diz respeito à lógica do discurso: agora, a "desorganização econômica, a estagnação", aparecem como conseqüências do painel político da primeira república brasileira, caracterizado pelo "predomínio das oligarquias", as quais transformavam o país em "um infinito Saara moral, privado de sensibilidade e sem acústica". Estava-se, assim, agora, "ante uma contra-revolução para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano, para a reconstrução nacional."¹³⁸

De um lado, o êxito da Revolução estaria garantido pelo apoio da opinião pública, e, de outro - em uma referência velada aos tenentes¹³⁹ -, pelo fato de contar-se "com a simpatia das Forças Armadas e **a cooperação de sua melhor parte**".¹⁴⁰ Além disso, havia a convicção de estar-se diante de um momento de afirmação da Nação; não um qualquer momento, mas aquele que constitui "a afirmação mais positiva que, até hoje, tivemos de nossa existência como nacionalidade. Em toda a nossa história

¹³⁷ *Apud* Silva, Hélio. Vargas. Porto Alegre, Editora L&PM, 1980, p. 30.

¹³⁸ 1930, 04 de outubro.

¹³⁹ *Idem*. "Revoltas Tenentistas" são a denominação genérica que comumente se dá, em história do Brasil, aos movimentos de insurreição que eclodem no Rio de Janeiro, em 1922; em São Paulo, em 1924; e que continuam até 1927 com a marcha da Coluna Prestes pelo interior do Brasil. Tais movimentos expressam a insatisfação de setores militares com os governos e a República Velha, e manifestam os interesses da baixa e média oficialidade. Os tenentes, assim, tornam-se importante núcleo de oposição às oligarquias e ao sistema republicano vigente, pregando a moralização da política e a volta das liberdades públicas (suspensas durante a quase totalidade do governo de Arthur Bernardes - 1922-1926), defendendo o capital nacional e exigindo a restauração das forças militares. A própria Revolução de 1930, ao menos no que se refere aos primeiros anos do novo governo, aparece na historiografia como uma extensão do movimento tenentista, cujos agentes irão perdendo progressivamente a sua força, em função de novas acomodações de interesses. Veja-se, a esse respeito, Fausto, Boris. A revolução de 1930 - Historiografia e história. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982, p. 107.

¹⁴⁰ Grifo nosso.

política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante"¹⁴¹. O argumento essencial a fundamentar a peremptoriedade de tal manifestação é o de que

"(...) a Revolução foi, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas. **No fundo e na forma, a Revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes.** Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. (...) Realizamos, pois, um movimento eminentemente nacional."¹⁴²

Esse movimento eminentemente nacional, essa "marcha incoercível e complexa da nacionalidade", essa "torrente impetuosa da vontade popular", não instituiu por si só, entretanto, uma nova realidade. Ao contrário, tinha diante de si inúmeros obstáculos, os quais eram reconhecidos como possuindo um caráter fundamentalmente econômico. Assim, a reconstrução nacional a que se deu início - posto que o trabalho de estabelecimento de novas bases para o desenvolvimento da nação implicava, desde uma perspectiva histórica, em algo que deveria ser retomado, reencaminhado, *reconstruído* - envolvia sobretudo

"(...) o reajustamento econômico de todos os rumos até aqui seguidos. (...) No terreno financeiro e econômico há toda uma ordem de providências essenciais a executar, desde a restauração do crédito público¹⁴³ ao fortalecimento das fontes produtoras, abandonadas às suas dificuldades e asfixiadas sob o peso de tributações de exclusiva finalidade

¹⁴¹ 1930.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ Parte do "keynesianismo espontâneo" a que se refere Celso Furtado em Formação Histórica do Brasil. Obra citada.

fiscal."(1930)¹⁴⁴

É a natureza econômica dos principais obstáculos diagnosticados - largamente pensados durante a República Velha - que fornece o tom das medidas a serem tomadas, as quais devem preparar o país para independizar-se das amarras que entendia-se inerentes à forma da economia nacional imprimida pelas oligarquias ligadas ao café. O "reencontro com a soberania" possuía, portanto, uma face política, a qual veio com a Revolução. Sua face econômica, todavia, exigia a semeadura de um novo estado - um novo *Estado* - de coisas.

A palavra "novo" - percebe-se - não está em contradição, no discurso de Vargas, com os termos reconstrução, reencontro ou renovação. A Revolução de 1930, inobstante inaugurar em muitos, claros e sólidos sentidos uma nova fase na história do Brasil, nem é entendida como um evento completamente diferenciado no curso do desenvolvimento político nacional, e nem é percebida como um corte absolutamente vertical em uma paisagem sócio-político-econômica linear, sem acidentes. Há o discurso do novo¹⁴⁵, da ruptura, é verdade, mas também há o reconhecimento de

¹⁴⁴ Note-se a relativa despreocupação para com a natureza estritamente fiscal da tributação, em sugestão à necessidade de reinversão produtiva de parte da arrecadação do Estado - reinversão esta que é uma marca do Estado Keynesiano, e, em termos de Brasil e América Latina, do Estado desenvolvimentista. Com efeito, o item de número 14 do programa de governo veiculado quando da posse do Governo Provisório, em 04 de novembro de 1930, trazia a necessidade de "rever o sistema tributário, **de modo a amparar a produção nacional**" (grifo nosso).

¹⁴⁵ Nem tão presente assim em discursos presidenciais de posse, como veremos e como poder-se-ia apressadamente pensar.

continuidades - de continuidades cuidadosamente selecionadas¹⁴⁶; há novas idéias a contrapor-se ao liberalismo mais ou menos ortodoxo do pré-1929, mas também há uma forte dose de pragmatismo¹⁴⁷, o que faz com que os olhos do governo tenham de estar atentos, sim, às transformações de grande monta pelas quais o mundo passava, bem como à nova modelagem das idéias econômicas que se desenhava, e - de outro lado - voltados para a concretude mais imediatas dificuldades nacionais, sob pena mesmo de não se conseguir promover o *salto* que se ambicionava imprimir à vida nacional.

Assim,

" (...) a época de renovação e reconstrução que atravessa o País precisa ser encarada dentro da realidade brasileira, consultando as nossas tradições e experiências dos erros anteriores, considerados como lições para o futuro. Cumprenos fugir às seduções do puro doutrinário, às influências de ideais de empréstimo e das novidades perigosas. Semelhante atitude não implica, entretanto, em ficarmos

¹⁴⁶ Vargas filia a Revolução de 1930, bem como a si próprio e ao que denomina "aspirações vitais da nacionalidade" - no que se refere ao período imperial da História do Brasil, às forças derrotadas por D. Pedro I, quando do fechamento da Assembléia Constituinte de 1823; às revoltas regenciais, de uma maneira geral; e à campanha abolicionista. Quanto ao Segundo Império (1840-1889), declara: "O progresso da Nação, nesses cinqüenta anos de tranqüilidade, não foi fruto exclusivo do regime, como procuraram fazer crer alguns historiadores do tempo. Avançamos no terreno das realizações materiais, porque as forças criadoras da Nação nos impeliam para a frente, e por ser condição de vitalidade inerente aos povos jovens, ricos em recursos naturais inexplorados, progredir, ainda quando mal governados ou dirigidos. Enquanto a vida política do País se ajustava, desajeitadamente, a um modelo copiado, marchando e contramarchando ao ritmo do rotativismo fictício dos partidos desavindos em torno da coroa, continuaram a agitar-se subterraneamente as aspirações recalçadas da nacionalidade. A ação pessoal do Imperador, temperamento patriarcal e comedido no uso do poder, influiu, sobremaneira, no prolongamento do regime, subtraindo-o aos choques violentos com a opinião e condicionando-lhe a duração à da existência do Imperante. A decadência das instituições monárquicas era tão evidente, nos últimos anos, que generalizara a convicção de que não sobreviveriam à pessoa do monarca, impossibilitando, natural e fatalmente, o advento do terceiro reinado. Em 1930, temos que renovar-se, afinal, o dissídio clássico entre as aspirações vitais da nacionalidade e a organização do Estado, aberto desde a Independência, e que poderia ter encontrado solução no advento da República. A reação tinha de vir, inevitavelmente. Foram-lhe primeiras manifestações as revoltas de 22 e 24." (1933).

¹⁴⁷ O pragmatismo presente no discurso de Vargas, é importante registrar, não deixa de estar vinculado também, ao que parece ser uma reconhecida fragilidade do programa da Aliança Liberal, frente política que o levou a candidatar-se à presidência. Assim, "a reação pelas armas não antecipou programas para impor-se ao povo brasileiro, nem isso seria imprescindível. Movimentos desta natureza se orientam menos por cláusulas previamente assentadas do que pelo instinto da realidade posterior aos acontecimentos. (...) A exagerada importância que se pretende conferir aos programas é outra herança do formalismo oficial, caracterizador da primeira República."

inertes, comodamente apáticos, indiferentes às conquistas do pensamento político contemporâneo, sonhando, por preguiça mental, a volta automática ao passado. Os problemas nacionais exigem apurado exame, feito com critério próprio e sentido previdente, para que possamos resolvê-los com segurança e acerto. A visão incompleta dos fatos e dos acontecimentos conduz, quase sempre, a conclusões aparentemente exatas, cujas deficiências a aplicação torna evidentes, demonstrando a ineficácia das fórmulas, quando não correspondem às necessidades ambientes." (1932)

Vargas localiza essa distância entre um "puro doutrinário" e "as necessidades ambientes" - dando-lhe caráter de exemplo paradigmático - no que considera a República falida que a Revolução veio reformar. O regime republicano, federativo e presidencial, que em teoria deveria veicular as mais profundas aspirações nacionais - vindas da "neutralidade nacional" -, teria sido irremediavelmente "falseado" ao ser dominado por forças políticas e econômicas particularistas, expressas em "governos oligárquicos que exploravam em benefício próprio as posições e proventos materiais". Assim, a "perfeição teórica" das linhas gerais do regime não evitou o aparecimento de subterfúgios oligárquicos erigidos em sistema, de que são exemplo a Política dos Governadores e a Política do Café-com-Leite¹⁴⁸.

"Os governadores, em concílio, elegiam o Presidente da República, que, por sua vez, determinava sobre a substituição dos governos locais. (...) Em semelhante regime, assinalado pela irresponsabilidade, os Presidentes da República governavam, de fato, discricionariamente, contidos, a ocasiões, nos seus excessos, mais por escrúpulos de pudor pessoal ou contemporizações com a opinião pública, que pelos freios e contrapesos da máquina constitucional, sempre dóceis à chancela de seus atos." (1932)

¹⁴⁸ Expressões que, em História do Brasil e no contexto da República Velha (1889-1930), designam respectivamente a prática de auxílio mútuo entre as oligarquias dos Estados da Federação e o governo central; e a hegemonia das oligarquias dos estados de São Paulo (daí "café") e de Minas Gerais (daí "leite") quanto à indicação de nomes para os sucessivos mandatos presidenciais no período.

Em termos históricos, portanto, e desde um ponto de vista administrativo e financeiro,

"(...) reatamos a tradição do Império. A nova distribuição de rendas, resultante da descentralização, foi péssima, refletindo-se desastradamente na vida dos Estados, para deixar uns na opulência e outros na miséria. Proveio daí, em parte, o estabelecimento das oligarquias locais, tornadas endêmicas e voltadas para o centro, como no tempo da monarquia, e dele pedindo ordens e mendigando favores." (1933)

A contrapartida econômica de uma tal situação era a de que

"(...) as intervenções dos poderes públicos ressentiam-se da falta de planos adequados para a organização e amparo das culturas e indústrias nacionais, limitando-se a tentativas de valorizações efêmeras, num conjunto de operações e processos causadores de futuros desastres econômicos. (...) O esbanjamento sem medida, o favoritismo, as obras suntuárias acarretavam formidáveis déficits, cobertos, de modo nefasto e permanente, por empréstimos ao capitalismo estrangeiro, aumentando, de ano para ano, os onerosos encargos da dívida pública". (1932)

Isso, no entanto, não ocorria sem reações. Para Vargas, "os diversos movimentos de rebeldia que inquietaram o País durante os últimos quarenta anos, por mais díspares que fossem na aparência de suas causas imediatas, quase todos invocavam, como origem primária, a falta de cumprimento da Constituição de 1891"¹⁴⁹. Assim, a república brasileira, desde seu momento fundacional, conhecia uma luta surda, materializada das mais diversas maneiras, entre o que denomina *neutralidade nacional* - aquela mesma neutralidade que teria feito com que a Revolução de 1930 escapasse ao *exclusivismo de determinada classe* - e as forças oligárquicas, representantes de interesses particulares e "de propensão egoísta", marcadamente antinacionais, portanto. A dialética discursiva desenvolvida faz com que a Revolução

¹⁴⁹ 1933.

apareça como a síntese necessária que se apresenta como solução superior face a termos tornados definitivamente inconciliáveis pela crise econômica interna e externa. "A Revolução far-se-ia necessariamente, no momento em que se extremasse o conflito existente entre a neutralidade nacional e os interesses dos agrupamentos partidários, impossibilitando qualquer conciliação"¹⁵⁰.

A "crise cívica" estabelecida durante os quarenta primeiros anos da república, adicionada à crise econômico-financeira nacional e internacional que punha o país em uma espécie de encruzilhada histórica, viria a desembocar no processo revolucionário. "Fracassava o regime, e não apenas os homens e os partidos. A obra política criada deixara a Nação fora do Estado, e a reação anunciava-se inevitável"¹⁵¹. Deste modo, um duplo aspecto - material e moral - passaria a orientar a *obra saneadora* da Revolução. Assim é que o esforço inicial do governo "consistiu em firmar a ordem material para tornar possível a realização dos melhoramentos e reformas exigidas pela nova situação do País", uma vez que "o Brasil aproximava-se de inevitável colapso, assoberbado pela derrocada financeira, pela crise econômica e pela desordem administrativa"¹⁵². O mencionado "firmamento da ordem material", não o sabia Vargas, viria a constituir o marco inicial da constituição do tipo de Estado que vigoraria no Brasil até a emergência da década de 1990.

O discurso pronunciado por ocasião do anúncio do decreto de fixação das eleições para a Assembléia Constituinte, em 14 de maio de 1932, já apresenta sinais evidentes das reorientações econômicas promovidas no e pelo Estado, tanto em relação ao café quanto à realidade industrial.

"A indústria e a produção nacional, **depauperadas pela falta de estímulo e auxílios**, têm sido, na medida do possível, socorridas e revigoradas. As providências tomadas para o

¹⁵⁰ 1932.

¹⁵¹ Idem

¹⁵² Idem.

amparo e o desenvolvimento da indústria açucareira, do álcool-motor e do carvão nacional começam a produzir resultados animadores. O Governo Provisório encarou, com ânimo decidido, o problema do descongestionamento dos estoques de café, conseqüência do ruinoso plano de valorização, cujo fracasso culminou na queda do regime que o instituíra. (...) Ultimadas regularmente essas operações, teremos solucionado uma das maiores crises da produção nacional e restituído à lavoura cafeeira a sua liberdade de comércio, sem arruinar-lhe a economia." (1932)

Havendo logrado o encaminhamento de tais medidas sem recorrer a empréstimos estrangeiros - como faziam os governos da República Velha - e visando a reestruturar a economia nacional em novas bases, que não as primário-exportadoras - como não o fariam os governos da República Velha -, Vargas considera as forças vivas da nação desamarradas, livres de vícios "que lhe embaraçavam o desenvolvimento". Pode, assim, anunciar, ainda em 1932, a intensificação e a nacionalização da pesquisa e da exploração de minérios - em um prenúncio remoto do que virá a ser empresa estatal mineradora Vale do Rio Doce¹⁵³ -, e,

"(...) visando a vantagens de ordem econômica, a revisão tarifária, a que se procederá obedecendo a duplo critério: prevalecendo para certas mercadorias apenas o objetivo fiscal de produzir renda, e, para outras, provenientes de indústrias nacionais, somente a elas será aplicado regime moderadamente protecionista."(132)¹⁵⁴

¹⁵³ A questão da siderurgia também estava presente. O Governo esforça-se por estimular a fabricação de algum material no País, embora convencido de que o problema só poderá resolver-se cabalmente com a criação da siderurgia nacional. Ainda há pouco, enviou à Europa uma comissão incumbida de visitar os principais centros de indústria militar, com o fim de estudar-lhes os aperfeiçoamentos e melhorar a produção das nossas fábricas e arsenais.

¹⁵⁴ Note-se que o advérbio *moderadamente* não subsistirá por muito tempo. Ainda em 1933, no discurso perante a Assembléia Nacional Constituinte (ver nota de número 118, à página 98), temos que "(...) no terreno da tributação aduaneira, enveredamos por um caminho de franco e destinado protecionismo. Temos certamente numerosas indústrias nacionais, que merecem amparo, mas temos também numerosas indústrias artificiais, sem condições de resistência própria. O protecionismo, tal como se o praticava, favorecia a todas indistintamente. O aproveitamento industrial de matérias-primas do País é fator decisivo, sem dúvida, ao nosso progresso econômico. É justo, por isso, que se o estimule, mediante política tarifária, conduzida sem excessos. As tabelas das alfândegas devem refletir esse critério. Sem prejuízo da nossa economia, cumpre torná-las mais flexíveis, suprir-lhes as deficiências, expurga-las das velharias, enfim, atualizá-las".

Em paralelo ao aparecimento da figura da indústria não mais como um efeito colateral do sistema, surge, evidentemente, a do industrial - a do empresário. Em decorrência direta - estamos nos primeiros anos do governo provisório -, tem-se que "continuaremos a proclamar legislação apropriada de defesa e garantias às classes trabalhadoras"¹⁵⁵. Da mesma forma, uma vez que *capital* e *trabalho* são termos que, para bem conciliarem-se, exigem a presença mediadora do Estado, anuncia-se a criação de uma Justiça do Trabalho, "para dirimir os litígios de natureza individual que, de momento a momento, surgem das relações entre empregados e empregadores". A presença do Estado nessa área viria a "dar solução satisfatória a esses conflitos, que não encontravam amparo eficiente, tanto na organização judiciária federal, como na dos Estados. Era hábito, até bem pouco, encarar-se tais litígios como casos de polícia, resolvidos arbitrariamente e sumariamente pelas autoridades policiais"¹⁵⁶.

Tanto a situação revolucionária como o ambiente político da década de 1930, abalado em profundidade pela crise de 29, dão a Vargas a oportunidade de justificar a força do poder executivo na nova ordem institucional brasileira - e é então que seu discurso passa a recorrer a exemplos internacionais. Nos momentos iniciais do Governo Provisório, a urgência absoluta da adoção das primeiras medidas visando a estabelecer as bases para a reconstrução nacional parecem-lhe desculpar de todo a ausência de uma carta constitucional. "O período ditatorial tem sido útil, permitindo a realização de certas medidas salvadoras, de difícil ou tardia execução dentro da órbita legal"¹⁵⁷.

Já referindo-se ao Governo Provisório como Nova República¹⁵⁸, Vargas argumenta que aquilo a que denomina *medidas salvadoras* teriam de ser resolvidas "antes de qualquer acomodação entre as influências divergentes na esfera partidária", ou seja: enquanto ainda estava "falando" a voz da neutralidade nacional - força

¹⁵⁵ 1932.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Idem.

agregadora e progressista por excelência. Além disso, o governo afinava-se com o que ocorria no mundo.

"Em período de restauração financeira, a exigir, sem protelações, o emprego de medidas extremas, de efeito rápido, fazia-se necessário um governo armado de poderes especiais, para realizá-la. Em França assim ocorreu, quando foi da queda vertiginosa do franco, salvando-se esse país da derrocada iminente, com a ditadura financeira do governo Poincaré, em que as leis de emergência eram formuladas pelo gabinete sem passarem pelo Parlamento. Na tradicional Inglaterra, ainda recentemente, para fins semelhantes, operou-se uma revolução pacífica, estabelecendo-se novos rumos para satisfazer as exigências do momento de crise e abandonando-se a velha política dos partidos¹⁵⁹. Quando aos Estados Unidos, no momento difícil que atravessam, a colaboração do Congresso apresenta-se pouco expressiva com referência à aplicação das medidas julgadas indispensáveis ao restabelecimento do seu equilíbrio econômico, tomadas diretamente pelo chefe do governo. E isso ocorre em países considerados como padrões em matéria de constitucionalismo."(1932)

Vargas¹⁶⁰ entende o Governo Provisório, e a si mesmo - não há qualquer dúvida em relação a isto - como interpretando, exprimindo e defendendo os "superiores interesses nacionais", e como estando em "íntima e perfeita correspondência com as necessidades, os sentimentos e as apurações do País". A nação deve ser conduzida de modo a estar a salvo tanto de "influências anarquistas" como das "influências depressivas de suas energias" que durante o passado dela se aproveitaram, uma vez que suas classes dirigentes a mantinham - na defesa de seus próprios interesses e de interesses estrangeiros - indefesa. Essa condução, segundo

¹⁵⁸ A República Velha teve, portanto, um *batismo reflexo*.

¹⁵⁹ "A velha política dos partidos"... Essa expressão, claramente depreciativa, é consistente com a crença de que as medidas principais, estruturantes, de base, do Governo Provisório, deviam ser adotadas "antes de qualquer acomodação entre as influências divergentes na esfera partidária". Essa desconfiança em relação à política dos partidos, aqui confundida com o Legislativo, o Parlamento, pode ser explicada, em parte, pela própria crise do liberalismo, incluindo aí o liberalismo *político*, fenômeno universal no pós-1929. Em Vargas, no entanto, essa idéia é muito forte, e será retomada e ampliada no discurso-manifesto por ocasião da implantação do Estado Novo.

¹⁶⁰ As citações seguintes são todas do discurso de 1932.

Vargas, deve ser levada a efeito pelos *prudentes* e pelos *imparciais*; pelos que representam a *neutralidade nacional*. acima das competições partidárias ou facciosas, para não trair os compromissos assumidos com a Nação.

"Em movimento de tal envergadura, a autoridade constituída pela vitória não pode transformar-se em simples executora do programa de um partido; deve ser, apenas, uma expressão nacional. O mais que se lhe pode conceder, nesse terreno, é a função de coordenar as aspirações gerais, com o fim de estabelecer o equilíbrio das correntes que as representam. Essa função desempenhou-a o Governo Provisório com inteira serenidade, em constante esforço de acomodação das direitas e esquerdas revolucionárias. O desassossego dos extremados e a afoiteza dos ambiciosos foram fatores de perturbações e desentendimento, explorados para atemorizar o Governo e impor-lhe rumos exclusivistas." (1932)

A renovação nacional desencadeada, portanto, não poderá ser

"(...) uma restauração de institutos decrépitos, pela volta a velhos métodos e temas obsoletos, nem uma improvisação abstrata, sem base na realidade nacional; mas uma renovação que saiba equilibrar as lições da História e as soluções da época que atravessamos, os caracteres de um nacionalismo superior com as reformas e conquistas operadas mundialmente no campo das questões sociais e econômicas." (1932)

A consciência da gravidade da crise econômica internacional é plena:

"Como mais de uma vez tive ensejo de acentuar, o problema que a todos os outros se sobreleva, na tarefa de reconstrução a que nos dedicamos, é o econômico-financeiro; perspectivas inquietantes e excepcionais" são a moldura dentro de cujos limites será reformado "o arcabouço institucional da Nação"¹⁶¹. Para Vargas, a juventude do país - que eventualmente poderia ser entendida como uma sua fragilidade em comparação às nações européias, por exemplo, institucionalmente maduras -, somada à obra de reorientação econômica iniciada pela Revolução, constituíam uma força que

encarregar-se-ia de promover a expansão de suas potencialidades. A própria condição de lateralidade do Brasil nas relações internacionais fez com que não o atingissem "com a mesma intensidade os males que assoberbam outras nações". Para que o futuro não viesse a frustrar as expectativas da nação, entretanto, o Estado teria de posicionar-se diante da nova realidade interna e externa. De modo pragmático e enfático quanto ao respeito às virtuais originalidades da experiência nacional, uma definição é elaborada:

"O Estado, qualquer que seja o seu conceito segundo as teorias, nada mais é, na realidade, do que o coordenador e disciplinador dos interesses coletivos ou a sociedade organizada como poder, para dirigir e assegurar o seu progresso. Toda estrutura constitucional implica, por isso, a estrutura das funções do Estado. Ao empreender tão transcendente tarefa, devemos estar atentos às nossas realidades políticas e econômicas e sobrepor os ensinamentos das nossas experiências à sedução das idéias em voga entre outros povos, expressão, quase sempre, de fenômenos sociais especialíssimos, que se modificam de país para país, em intensidade e efeitos." (1933)

De todo modo, o Estado, qualquer que fosse sua conceituação, só não poderia furtar-se ao seu papel "de intervenção no campo social e econômico, regulamentando as relações entre o trabalho e o capital, fiscalizando as indústrias e o comércio, ordenando a produção, a circulação e o consumo e, finalmente, desenvolvendo providências de diversa natureza para prover o bem comum"¹⁶².

Quanto aos termos *capital* e *trabalho*, entretanto, Vargas julgará necessário fazer uma ressalva importante, no sentido de evitar que seu discurso aproxime-se do de uma tradição socialista já bem assentada no país. Assim, considera absurdo concluir que inspira sua idéia acerca do papel econômico a ser desempenhado pelo Estado a intenção de hostilizar as atividades do capital. O capital, pelo contrário, "precisa ser atraído e garantido pelo poder público".

¹⁶¹ 1933.

3. "*Mi empresa es alta y clara mi divisa; mi causa es la causa del pueblo*": o caso de Juan Domingo Perón¹⁶³

A exemplo do que ocorre com Vargas, o discurso de Perón está fortemente ligado à experiência recente - sua e do processo institucional mesmo do país -, ocupando papel análogo àquele desempenhado pela Revolução de 1930 no caso brasileiro, a jornada de 17 de Outubro. As intensas manifestações populares em apoio a Perón e a sua candidatura, bem como a sua eleição, como que legitimam, *ex post facto*, o processo revolucionário aberto em 1943: agora, uma vez "estabelecidas as bases da recuperação nacional" que pôs um ponto final à "década infame" - a dos anos 1930, até 1943 -, a presença "vivificante do povo" permite que "as armas de nosso exército voltem aos quartéis".

A fórmula [1946 = 1943 + *povo*] tem o condão de operar discursiva e dialeticamente diferentes níveis da realidade argentina e das intenções mesmas do presidente. Em primeiro lugar, o apoio popular que lhe é dado estende-se ao próprio movimento que levou o Grupo de Oficiais Unidos ao poder, três anos antes - dando-lhe novo fôlego -, ficando resguardada a linha de continuidade que liga o próprio Perón à inflexão histórica promovida então. Assim, o *povo* chancela a ação militar de 1943, havendo aquela fração do exército apenas se antecipado. Uma vez que há, portanto, apoio popular a 1943, não restam dúvidas de que as razões que sustentaram aquele

¹⁶² 1933.

¹⁶³ De Perón, foram analisados e interpretados (1) o discurso lido ante a Assembléia Nacional "com motivo de juramento como presidente de la nacion", em 04 de junho de 1946; e (2) o discurso pronunciado ante o povo ao proclamar-se sua candidatura, em 12 de fevereiro de 1946. Ambos os documentos - que formam um só corpo e que assim serão tratados neste trabalho - estão disponíveis no *site* da Universidade do Texas, em Digital Collection of Mexican and Argentine Presidential Messages - <http://lanic.utexas.edu/project/arl/pm/sample1/index.html>. Em determinadas citações, optamos por manter o original em língua espanhola, por considerarmos haver expressões que perdem parte de sua força ao serem traduzidas.

movimento - o afastamento das oligarquias vinculadas à economia primário-exportadora - identificam-se com as razões do povo. É o que faz com que Perón conclua que as conseqüência mais imediata de sua eleição seja a restauração da soberania nacional, já que representa ineludivelmente "o consenso de vontades que repudiam *'la presión ajena'*"; bem como "as forças ocultas que detinham o progresso econômico do país"¹⁶⁴.

Assim, as bases da recuperação nacional são dadas por um grupo que se destaca do conjunto das forças armadas (sua "melhor parte", como na referência de Vargas aos tenentes?); essa recuperação nacional remove os entraves que impedem o desenvolvimento das estruturas econômicas nacionais, abrindo espaço para um imenso, irresistível "despertar cidadão". O presidente - Perón ou Vargas, nesse sentido -, surge como a expressão acabada desse *despertar*. Em um caso como no outro, a chegada ao poder representa - sem prejuízo do reconhecimento de importantes *permanências* - o início muito claro de algo, a abertura difícil de porta mantida fechada por forças alheias à *verdade* nacional.

Não há em Perón, entretanto, nada sequer parecido com a idéia - um tanto inespecífica, diga-se - de *neutralidade nacional* defendida por Vargas¹⁶⁵. Ao

¹⁶⁴ "Em meio à crise do discurso liberal argentino, Perón se apropria das críticas ao liberalismo e as transforma em um discurso de confrontação; introduz câmbios, porém resgata continuidades com a tradição política argentina. Polemiza com os opositores e a cada passo calcula os efeitos ideológicos e políticos de sua ação discursiva." Girbal-Blacha, Noemí M. La pobreza vista desde arriba - Una interpretación histórica desde el discurso peronista (1946-1955). Sevilla: Publicaciones de la Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla. LVI-2, julio-diciembre, 1999, p. 620-621.

¹⁶⁵ Apesar de haver, no entanto, como em Vargas, o mesmo sentimento de que uma vontade popular de liberdade, permanente no tempo, vinha sendo reprimida desde a Independência. *Por nuestros hermanos de tierra adentro, por nosotros, por todos juntos, por nuestros hijos y los hijos de nuestros hijos debemos hacer que por fin triunfen los grandes ideales de auténtica libertad que soñaron los forjadores de nuestra Independencia y que nosotros sentimos palpar en lo más profundo de nuestro corazón*. Considere-se que a idéia de uma "neutralidade nacional", ou de um "lo que es nuestro" ligado ao que seria algo como a identidade nacional profunda, não é estranha ao pensamento político moderno. "Os planos econômicos e políticos são necessários, porém insuficientes para a constituição da entidade nação moderna. Por isso Renan fala em 'alma coletiva', Durkheim em 'consciência coletiva', outros em 'espírito nacional'. Os termos são significativos. Eles nos remetem para o domínio dos universos simbólicos. Basta olharmos a história das nações para percebermos a existência de uma mesma ordem de problema. Apesar de cada uma delas realizar-se no contexto de suas histórias específicas, todas respondem a uma mesma exigência estrutural." Ortiz, Renato. Anotações sobre a mundialização e a questão nacional. Revista Sociedade e Estado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, volume XI, nº 1, jan/jun 1996, p. 29.

contrário: onde Perón afirma encontrar as raízes da cidadania que vê despertar? Em lugares muito bem delineados, em sujeitos nada imprecisos.

"No tuve que escudriñar mucho para dar con ella, porque en cada tapera semiderruida; en cada arrial inculto; en lomas y quebradas; en los riscos andinos y en los vergeles de nuestras llanuras; en la selva, en las encrucijadas de los caminos sin fin de nuestras pampas y hasta en los sombríos callejones del más tortuoso suburbio, he podido entrever primero y contemplar nítidamente después **que el más modesto obrero de nuestras fábricas y el más olvidado peón de nuestros campos**, a pesar del aplastamiento en que le había sumido el abandono de muchos años, sabía erguirse firme y altivo al percibir que la Patria no estaba ausente de sus angustias y se acercaba la hora de serle reparados los agravios que le habían inferido y las injusticias que le habían prodigado".¹⁶⁶

Como em Vargas, todavia, a verdade da política pode estar... fora da política, quer dizer: fora do ambiente do fazer político dos partidos constituídos como tal. A "década infame" havia criado "uma atmosfera artificial à força de repetir que somos um país rico e calar que eram extraordinariamente pobres as massas trabalhadoras", situação não rara quando o terreno é propício ao desenvolvimento "de las malas artes políticas". A partir de 1943, e sobretudo de 1946 - este "43 renovado" -, a "verdade nua" passa a se impor, revelada pelas classes trabalhadoras¹⁶⁷ e tendente a abarcar a todas as classes sociais. A recuperação nacional assim encaminhada, nesses termos posta, mostra então o que há por trás de si: a redenção da identidade nacional, pois que encontra-se aí implicada uma volta

"(...) a lo nuestro, a lo que es esencialmente nuestro. (...) Volvemos al ser íntimo de esta alma nuestra que, a fuerza de querer dotarla de una "personalidad destacada", haciéndola asimilar culturas ajenas, se despersonalizaba, perdía sus características peculiares y quedaba sin los rascos que definen la reciendumbre de su potente individualidad."

¹⁶⁶ Grifo nosso.

As massas, redimida a identidade nacional, redimem também, no momento seguinte, a própria política, esclarecendo-a e oxigenando-a. Tão somente elas são capazes de "enxergar claro el porvenir", qualidade então emprestada ao governante eleito. Esse despertar popular, essa emergência, esse "triunfo de la ciudadanía"¹⁶⁸ não deve ser temido por ninguém: se ele representa a razão do povo, e essa razão está mais próxima da essência "de lo nuestro" - portanto da própria identidade nacional - que qualquer outra razão possível, quem haveria de temê-lo? A pergunta vibra no ar, e apanha em cheio aqueles que estiveram ligados aos governos da "década infame"¹⁶⁹ ou os que não estão de acordo - com motivos à direita ou à esquerda - com a chegada de Perón ao poder.

Segundo o discurso presidencial, a artificialidade política desmontada pela nova realidade não tinha outra razão de ser se não a de perpetuar ao longo do tempo uma outra situação artificial, qual seja, a de uma economia estruturada de alto a baixo para atender a interesses muito particulares, oligárquicos ou imperialistas. Para além do próprio problema de tipo econômico que isto representa, temos como resultado mais grave a desagregação de algo que é pensado como agregado em sua origem: a sociedade profunda argentina, base da identidade nacional. "Forças desnacionalizadas e desnacionalizantes tentaram introduzir a dissociação entre irmãos". A eleição de Perón, entretanto, e particularmente a jornada de 17 de Outubro, seriam momentos em que a presença política das massas se faz sentir para evitar aquela desagregação, produzindo nada menos que uma tripla salvação: a salvação da política, a da economia (portanto a do futuro, em um certo sentido), e a da nação. A soberania nacional, portanto, não aparece somente como uma *possibilidade* de condução da *res publica*, mas como a única carregada de verdade.

¹⁶⁷ Não mais simplesmente *povo*, note-se.

¹⁶⁸ Não deixa de ser curioso que o termo "cidadão" - o *citizen* da independência norte-americana, o *citoyen* da Revolução Francesa, esse sujeito moderno e republicano por excelência - esteja ausente do discurso de Vargas, em favor da assim chamada *neutralidade nacional*.

¹⁶⁹ Perón considera, também, os argentinos que "de boa fé venderam sua consciência aos oligarcas".

Somente após tais formulações Perón declara ser presidente de todos os argentinos. Isso é diferente, e não apenas em termos específicos da ordem do discurso, de encaminhar uma palavra nesse sentido *a priori* de qualquer coisa - e é diferente, também, de contrapor-se somente a um *status quo* anterior, relacionando-o a oligarquias ou a uma certa ordem econômica e institucional. Com isso, Perón começa em seu discurso a posicionar-se frente à questão das classes sociais, adiante desenvolvida. Ao dizer-se presidente de todos os argentinos, todavia, Perón deseja introduzir o assunto de sua prisão e dos acontecimentos que levaram à jornada de 17 de Outubro, sugerindo que o desfecho positivo do fato lhe dá um caráter apenas episódico, que não compromete a filiação de sua eleição ao movimento revolucionário de 1943.

A expressão "todos os argentinos" aparece também como reflexo da crença de que as diretrizes econômicas e sociais que virão, ao empreender uma ordem econômica completamente nova, deverão promover o bem-estar de todos, e não apenas de uma pequena parte da nação, formada pelas oligarquias *terratienientes* e comercial-exportadoras. Antes de enunciar o diagnóstico dos problemas econômicos argentinos e a apresentação de um caminho para superá-los, entretanto, Perón faz uma consideração que quer encontrar o mesmo interlocutor a quem foi dirigido o argumento de que "não se deve temer esse despertar da cidadania". Valores caros ao liberalismo - em muitos sentidos, valores que conformam *eles mesmos* o liberalismo -, como a livre iniciativa privada e a livre atuação do capital privado, serão mantidos se e somente se "a primeira respeite a liberdade dos demais e o capital não pretenda erigir-se em instrumento de dominação econômica".

Isto posto, e explicitada a intenção de prosseguir com o atendimento legislativo às reivindicações dos trabalhadores - "classe menos conservadora, no sentido usual da palavra" -, passa-se aos termos que se pretende imprimir à política econômica. Inicialmente, temos que

" (...) o dever imperativo que me atribui a Constituição, de promover o bem-estar geral, implica, antes de tudo, construir e manter em boa ordem uma sadia estrutura social e econômica. (...) Não devemos esquecer que o flanco mais vulnerável de nosso país é sua dependência do exterior quanto a certos aprovisionamentos industriais. A partir de então, e necessariamente, a consolidação das atividades básicas - agricultura e pecuária - irá acompanhada da industrialização conveniente, cujo desenvolvimento deverá ser levado, até o limite compatível com legítimos interesses, desde a intervenção do poder público na solução dos problemas relativos à proteção e ao fomento da indústria, aprovisionamento de recursos energéticos, incremento das vias de comunicação e regulação do transporte."

Uma vez que as forças que haviam "adormecido a cidadania" eram forças no fundo econômicas, o *despertar da cidadania* - que inspira a retomada da soberania nacional e de que Perón se diz intérprete¹⁷⁰ - devolve ao Estado

"(...) pelo comando sobre as responsabilidades de nosso desenvolvimento econômico. Fazendo-me intérprete de esta aspiración, não descansarei até vê-la satisfeita na medida e pelos meios que em cada caso e momento indicarem as reais conveniências do interesse nacional, **observadas as novas concepções mundiais sobre a organização econômica do futuro**".¹⁷¹

As condições dadas para a consecução das medidas envolvidas em uma tal atuação governamental guardam similaridades para com o caso brasileiro, quanto à necessidade de preeminência do poder executivo sobre o legislativo, e quanto ao pragmatismo já observado em Vargas¹⁷². "Darei sempre mais importância às realizações práticas imediatas que às discussões bizantinas sobre a estrutura dos

¹⁷⁰ Vargas se diz "delegado". (1930, posse)

¹⁷¹ Grifo nosso. Estaríamos próximos do abuso da interpretação se identificássemos - guardadas as peculiaridades latino-americanas - "as novas concepções mundiais sobre a organização econômica do futuro" com o Estado keynesiano? Não, se a única alternativa restante for o comunismo soviético.

¹⁷² Como veremos adiante, o pragmatismo aqui observado - em um certo sentido derivado, de um lado, do próprio tamanho do empreendimento industrializante, a demandar "mãos à obra", e, de outro lado, da percepção de que as soluções terão de ser encontradas a partir das próprias potencialidades do país - é em muito diferente do pragmatismo observado no pós-1989, mais relacionado a um espírito do tipo *laissez-fair, laissez-passer*.

organismos que tenham confiadas ou a que se devam confiar as tarefas executivas. Mais que bons projetistas, necessitamos decididos realizadores". Só assim será alcançado o bem-estar de todos os argentinos. Perón entende que, para além das formas que a política assume, *quase para além da própria história*, poderíamos dizer - uma vez que a tudo antecede e a tudo sucede -, está o problema da justiça social. "Porque a verdade verdadeira é esta: em nossa Pátria não se debate um problema entre "liberdade" e "tirania", entre Rosas e Urquiza; entre "democracia" e "totalitarismo". O que no fundo do drama argentino se debate é, simplesmente, uma partida de campeonato entre a justiça social e a injustiça social". Não serão "teorias nem métodos estrangeiros" que irão auxiliar a que a Argentina logre vencer esse embate; "nem as que têm fracassado nem as que hoje pretendem impor-se".

Conforme Perón, com o "pensamiento criollo, sentimiento criollo y valor criollo, estamos abriendo el surco y sembrando la semilla de una Patria libre, que no admita regateos de su soberanía, y de unos ciudadanos libres, que no sólo lo sean políticamente sino que tampoco vivan esclavizados por el patrón". Junto à classe trabalhadora, no entanto - e compondo aquilo a que denomina *ciudadãos livres* -, estão incluídos os patrões que não hajam assumido *compromisos foráneos*. A medida da soberania nacional, assim, está dada desde um critério identitário que exclui não apenas a estrangeiros ligados à organização econômica e política anterior à assunção do peronismo, e a argentinos vinculados àquela organização, mas também "uma certa classe de patrões, que acreditaram que a dignidade do governo podia corromper-se entregando-lhes a causa operária em troca de um cheque com menor ou maior número de zeros; pero se equivocaran de medio a medio". A esse equívoco Perón credita toda oposição - à esquerda e à direita - feita a seu mandato ministerial, iniciado em 1943, bem como a sua candidatura.

Termos como "plutocracia" e "opressão patronal", as quais não estão nem mesmo implícitas nos discursos de Vargas, constituem em Perón um alvo de dupla face, encontrado tanto interna - proprietários de terra e de gado, comerciantes ligados à exportação, banqueiros e financistas que especulam sobre o câmbio, e "patrões exploradores" em geral - como externamente - o imperialismo. Estabelecido o alvo, e desejando escapar às acusações que vinculam suas idéias a uma expressão "borrada" do totalitarismo recém derrotado na Europa, Perón amarra - explicitamente - a construção discursiva feita até o momento à experiência do Welfare State de Franklin D. Roosevelt. Assim, o que então está por ser construído na Argentina,

"(...) a vitória que com braços abertos nos aguarda, terá características análogas à que teve de conquistar o grande democrata norte-americano, que após quatro anos de batalhas com a plutocracia confabulada contra seus planos de reforma social, pôde excluir depois de sua primeira reeleição, no ato de prestar juramento em 20 de janeiro de 1937: "no curso destes quatro anos, democratizamos mais o poder do governo, porque começamos a colocar as potências autocráticas privadas em seu lugar e as subordinamos ao governo do povo. A lenda que fazia invencíveis os oligarcas foi destruída. Eles nos lançaram um desafio e foram vencidos."

Em Perón, a vinculação a uma experiência internacional que esteve na base da constituição de um novo paradigma para o Estado capitalista no pós-1929 - os dois governos Roosevelt e sua inspiração econômica keynesiana *direta* - soma-se, para afastar de si e de seu governo o epíteto *totalitário*, à crença de que não se deve guardar qualquer diferenciação ou distância entre suas razões e aspirações, e as razões e aspirações do povo. Assim, a acusação de totalitarismo, na verdade, é feita contra o povo, contra a classe trabalhadora; sendo contra a classe trabalhadora, as acusações só podem estar vindo da plutocracia que se vê prejudicada pela reorientação econômica anunciada e afastada dos canais políticos pelos quais sempre transitou. É por esse motivo que, para Perón, as acusações não devem ser levadas a sério; não se

pode acusar o próprio povo de totalitarismo... "Tachar de totalitarios a los obreros argentinos, es algo que se sale de lo absurdo para caer en lo grotesco".

Do outro lado do espectro posto sob as lentes presidenciais, temos que comunistas e socialistas, uma vez que não compreendem a natureza progressista do novo governo, criticam-no asserbamente e, assim... traem ao trabalhador argentino.

"Não deixa de ser significativo que os grupos oligárquicos disfarçados de democratas¹⁷³, unam seus alaridos e suas condutas aos mesmos comunistas que antes foram, pelo terror que lhes inspiravam, a causa de seus fervores totalitários, e a quem agora dedicam seus melhores sorrisos. Como é igualmente espetáculo curioso observar o afã com que os dirigentes comunistas proclamam sua fé democrática, esquecendo que a doutrina marxista da ditadura do proletariado e a prática da União Soviética (orgulhosamente exaltada por Molotov em discurso de há poucos meses) são eminentemente totalitárias. Mas o que vai-se fazer! (...) O contubérnio a que chegaram é sinceramente repugnante e representa a maior traição que se pode cometer contra as massas proletárias."

A razão de a verdade estar com Perón, portanto - segundo ele mesmo-, deve ser procurada no fato de o povo não conceder seu apoio e *presença* às oligarquias e ao imperialismo, e nem a comunistas e socialistas - mas a seu governo. A esse povo - até o momento deixado sob o **desamparo estatal** - deve ser dada liberdade econômica, algo que ele jamais teve. A posse dessa condição fará com que aflore completamente o *ser argentino*, que ali adiante, reformadas as estruturas que correspondem a uma economia que o asfixiava, passar a se autodeterminar. Liberdade econômica e identidade nacional, assim, aparecem como termos complementares e harmônicos.

¹⁷³ "Grupos oligárquicos disfarçados de democratas"; a formulação é referência a trecho anterior do discurso, em que Perón ironiza o fato de seus críticos à direita dizerem-se democratas, quando por diversas vezes na história, quando lhes conveio, não hesitaram em servir-se de instrumentos golpistas e ditatoriais.

Sendo o regime comunista totalitário - e Perón não o sendo -, trata-se de um regime considerado como não adequado. O regime de livre mercado capitalista, todavia, não deve ser aceito sem importantes reservas. A positividade de que pode estar dotado o sistema capitalista só emerge uma vez que haja intervenção estatal; ao Estado, e não às leis do mercado, compete separar joio e trigo, cuidando para que somente este último apresente-se à sociedade. Esse é o único modo, segundo Perón, de demonstrar a superioridade do capitalismo frente aos *regimes coletivistas*. Assim, voltamos a Roosevelt: "prefiro a idéia de Roosevelt¹⁷⁴ (...) de que a economia tem deixado de ser um fim em si mesmo para converter-se em um meio de solucionar os problemas sociais. Significa dizer que se a economia não serve para conduzir o bem-estar a toda a população, e não somente a uma parte, resulta coisa muito depreciável".

Assim, o capital privado terá sua ação estimulada desde que constitua um elemento ativo da produção e que contribua para o bem-estar geral. Será considerado útil e benéfico desde que se coloque em uma posição de *cooperação* e *colaboração* com as diretrizes dadas pelo Estado. As qualidades de cooperação e colaboração são tidas como essenciais para que o capital alcance sua humanização, sem a qual aparece como inimigo da classe trabalhadora; logo, inimigo do Estado; logo, mantenedor de um estado de coisas que constituiu, no passado próximo e remoto, um impedimento para o desenvolvimento das potencialidades do povo argentino.

Em uma situação historicamente criada em que se estabelecem as condições para que a economia venha a ter um tal fim - o do bem-estar (welfare) de toda a população -, aí tem-se uma situação verdadeira democracia. A exemplo do que ocorre com Vargas, Perón entende que a democracia, de *per si*, pode vir a não ser... democrática, na medida em que pode estar - nada garante, *a priori*, o contrário - assentada em privilégios de classe. E de fato o está, para Perón, a democracia

¹⁷⁴ Perón faz a interessante ressalva de que Roosevelt estava muito distante de ser um homem social e politicamente avançado.

capitalista; uma democracia *estática*. Quando "nossos inimigos falam de democracia", têm sob seu domínio

"(...) os órgãos do Estado, o poder do Estado, a organização da sociedade, seus meios coercitivos, seus procedimentos de propaganda, as instituições culturais, a liberdade de expressão de pensamento, a religião mesma; então, podem achar-se tranqüilos nos braços da democracia, pois sabem que a têm dominada e que servirá de tapume¹⁷⁵ a seus interesses".¹⁷⁶

Uma tal formulação, no entanto, não leva necessariamente a conclusões que mais propriamente estariam situadas em uma tradição socialista. Ao contrário, há uma chave especial para a correção dos rumos da democracia dentro dos marcos de uma economia de mercado capitalista; essa chave é a presença atuante do Estado na economia, presença que estende seus braços sobre as relações entre os termos *capital* e *trabalho*, articulando-os de modo a - como vimos - retirar o que há de melhor no primeiro. Uma presença forte do Estado na economia, conforme Perón, faria, sim, com que uma classe fosse privilegiada: a classe trabalhadora. Como privilegiar a esta, todavia, representa privilegiar, em última instância, ao povo - e sendo este o portador por excelência *da identidade profunda argentina*, daquilo que em essência é "lo nuestro" -, temos que isto significaria privilegiar a todos.

Acusação mais branda que a de totalitarismo, é a de demagogia - mais tarde subsumida, como veremos, na de *populista*. Perón considera que a liberdade econômica da classe trabalhadora, alcançada desde que o Estado equilibrasse a balança da relação entre capital e trabalho, é toda democracia que se pode desejar. "Se isto é demagogia, sintamo-nos orgulhosos de ser demagogos e joguemos-lhes ao rosto a condenação de sua hipocrisia, de seu egoísmo, e sua falta de sentido humano e de

¹⁷⁵ No original, "tapadera".

¹⁷⁶ Perón salienta que "precisamente nesta situação está baseado o conceito revolucionários marxista e a necessidade que assinalam de uma ditadura proletária. O argumento, entretanto, não é levado adiante em termos marxistas", havendo sido usado apenas instrumentalmente, como se vê no seguimento.

seu afã lucrativo, que desagrega a vida da Nação"¹⁷⁷. Assim, a defesa aos direitos dos trabalhadores - expressa na legislação trabalhista -, aparece como a motivação última dos que dão a Perón a qualificação de demagogo.

"Esta posição espiritual da autoridade é o não toleram os elementos destituídos da hegemonia que vinham exercendo, e essa é a chave de sua oposição ao organismo criado. A isso chamam demagogia. Que o empregador burle o empregado, representa para eles trabalho construtivo dos princípios democráticos; porém, que o Estado faça justiça aos trabalhadores, constitui pura anarquia."

A "verdadeira obra revolucionária" que para Perón está em curso encontra seu espírito, assim, na legislação trabalhista, posto que esta constitui a expressão concreta "da subversão das partes em conflito" - capital e trabalho - em favor do trabalho; constitui, mesmo, o instrumento concreto para a "libertação econômica" da classe trabalhadora, libertação esta que fará emergir a genuína identidade argentina. Perón entende não haver quaisquer tintas paternalistas na concessão, desde o Estado, de direitos trabalhistas, já que a classe trabalhadora, em um movimento de *feedback*, manteria o Estado arejado com o seu sempre renovado apoio. "Ao Estado, rejuvenescido pelo aporte de sangue trabalhador que nosso movimento injetará em todo o seu sistema circulatório, corresponderá a missão de regular o progresso econômico nacional (...)".

Há, portanto, somente duas idéias possíveis de justiça social: a das oligarquias, histórica e organicamente relacionadas a interesses imperialistas; e "la nuestra", quer dizer, a de trabalhadores e governo. Com trabalhadores e governos, uma vez que desejem, estarão proprietários de terra, industriais e comerciantes "não exploradores", cuja livre iniciativa a ação econômica governamental não deverá prejudicar. Afinal,

¹⁷⁷ Mais uma vez, aqui, temos uma relação direta entre economia - liberdade econômica - e nação.

"(...) conservando toda a liberdade de ação que os códigos fundamentais lhes outorgam, poderão ajustar suas realizações aos grandes planos que venha a traçar o Estado para alcançar os objetivos políticos, econômicos e sociais da Nação. Por isso afirmo que o Estado tem o dever de estimular a produção, **porém deve fazê-lo com tal tato que garanta o adequado equilíbrio entre as diversas forças produtivas**¹⁷⁸.

O ponto fundamental a ser contemplado para a superação de uma economia primário-exportadora e para a promoção de um desenvolvimento econômico dado *desde dentro* e visando à independência - o da industrialização do país -, está condicionado, ele também, para Perón, à legislação trabalhista.

"Não se pode falar em empreender a industrialização do país sem consignar bem claramente que o trabalhador há de estar protegido, antes que a máquina ou a tarifa aduaneira. (...) Assegurada a sorte do fator humano, estaremos em condições de prosseguir o plano de industrialização em seus mais minúsculos detalhes".¹⁷⁹

Além do encaminhamento *ativo* da economia, para Juan Domingo Perón a base da atuação do Estado teria de ser - corolário de todo o resto - a defesa da

¹⁷⁸ Grifo nosso. O equilíbrio econômico (o equilíbrio *entre as diversas forças produtivas*) é função do Estado, e não das leis do mercado atuando em liberdade - a "mão invisível" smithneana. Não se trata aqui, todavia, de identificar, automaticamente, as idéias econômicas de Perón com as do Estado Keynesiano, em um sentido amplo, e nem mesmo com as posteriormente teorizadas pela Cepal.

¹⁷⁹ Vale registrar o prosseguimento deste trecho, uma vez que é exemplificativo do grau de alcance econômico que se deseja para o Estado: "Inventário e classificação de matérias-primas, energia que produz e pode produzir o país; auxiliar o estabelecimento de indústrias, propulsando as iniciativas, estimulando as inversões de capital e fomentando a criação e ampliação de laboratórios de investigações científicas e econômico-sociais com ampla colaboração de técnicos e operários; sistematização de custos em benefício de produtores e consumidores; moderação das cargas fiscais que gravem toda atividade socialmente útil; estimular a produção para abastecer abundantemente as necessidades do país, sem limitar as possibilidades de produção e transformação, sem extirpar plantios e nem restringir a sementeira para evitar que se destruam os excedentes que poderiam reduzir o preço, mas que produziam lucros fabulosos aos capitalistas, ainda que condenassem a centenas de milhares de trabalhadores a não beber vinho e a não comer pão; permitir preços remuneradores ao capital que sejam firmes e estáveis, que sirvam de garantia a altos salários e asseguram benefícios corretos; incitar o desenvolvimento do livre comércio e do transporte econômico, terrestre, marítimo, fluvial e aéreo."

soberania argentina. Afastada a oligarquia proprietária de terras e comercial-exportadora - e fechados, portanto, os canais de influência imperialista; controlado o capital para que dele seja extraída somente *a parte boa*, sua dimensão cooperadora e colaboradora; resgatada em sua dignidade a classe trabalhadora - *o povo* -, através da própria refundação dos termos *capital* e *trabalho*, bem como através do estabelecimento de legislação trabalhista; dadas as condições para o afloramento da identidade nacional argentina, dado esse resgate; pavimentado o caminho para uma economia desenvolvida porque industrializada - e portanto não dependente; o que mais poderia o Estado fazer senão ser o guardião da soberania nacional, posto que tanto interna - reação das oligarquias - como externamente - recuperação do imperialismo no pós-Segunda Guerra Mundial, uma vez eliminados os efeitos da crise de 1929? Em Perón, são indistintos os termos *identidade nacional*, *libertação econômica da classe trabalhadora* e *soberania argentina*.

4. "A intervenção do Estado há de ser cada vez maior, freqüente e profunda...": o caso de Lázaro Cárdenas¹⁸⁰

Lázaro Cárdenas possui em seu horizonte próximo passado um evento histórico de imensa envergadura: a Revolução Mexicana. Apenas em termos de referência discursiva, é verdade, ela pode ser posta *em relação* com a Revolução de 1930, no Brasil, e com os fatos correspondentes à ascensão de Perón ao poder na Argentina, em 1946 e, em um nexos de extensão, 1943. A Revolução, contudo - e não obstante constituir um referente mais remoto para Cárdenas que os acontecimentos análogos no Brasil e na Argentina para Vargas e Perón¹⁸¹ -, ocupa uma posição de absoluta centralidade em seu discurso¹⁸².

Não se trata, todavia, de uma centralidade *direta*, uma vez que a preocupação de Cárdenas não é a Revolução *em si*, mas o estado em que, após a década de 1920 e após a crise de 1929, ela se encontra. A visão dinâmica que apresenta quanto à natureza da Revolução faz com que esta seja transportada de suas origens em 1910 para surgir em 1934 - viva mas trazendo em si esquecimentos, lacunas e uma cada vez maior tendência de separação entre suas intenções últimas,

¹⁸⁰ "Discurso del Gral. Lázaro Cárdenas, al protestar como Presidente de la República ante el Congreso de la Unión, el 30 de noviembre de 1934". Disponível no *site* da Universidade do Texas, em Digital Collection of Mexican and Argentine Presidential Messages - <http://lanic.utexas.edu/project/arl/pm/sample1/index.html>.

¹⁸¹ *Análogos*, e não *equivalentes*, percebe-se.

¹⁸² A peculiaridade do caso mexicano, condicionada pelo evento de sua revolução - bem como a mencionada distância entre a eleição de Cárdenas e o advento daquela -, faz com que o discurso presidencial assumira um caráter muito marcadamente pragmático. Trata-se de um pragmatismo, entretanto, que pouco tem que ver com o de Vargas e Perón (ver nota de número 144). Aqui, tal caráter está relacionado ao fato de não ser necessário elaborar a experiência revolucionária em si, a não ser em termos específicos, de continuação do fazer revolucionário, como se verá. Em Vargas e Perón, ao contrário, a explicitação dos termos e razões de sua chegada ao poder é parte constitutiva do discurso.

plasmadas na carta constitucional de 1917¹⁸³, e os efeitos reais que pudesse lograr surtir.

"A Revolução Mexicana tem seguido desde sua origem e através de sua história um desejo de justiça social, e com esta orientação tem procurado vencer as múltiplas resistências de caráter econômico, político e moral que toda revolução encontra. Porém, esta consideração não deve ocultar-nos a realidade permanente em que se desenvolve a vida da República e na qual perduram muitos aspectos de exploração (...). Tenho presentes de uma maneira indelével as impressões que durante minha campanha eleitoral¹⁸⁴ pude recolher: profundas desigualdades e injustiças a que estão submetidas grandes massas de trabalhadores e muito particularmente os núcleos indígenas que devem constituir, para nós, uma funda preocupação.

Em formulação consistente com idéia defendida anteriormente, nesta dissertação¹⁸⁵, no sentido de que a crise de 1929 deu à Revolução Mexicana um novo e juvenil vigor, Cárdenas sustenta desde logo que a tarefa de seu governo é a de expandir as conquistas revolucionárias, tanto no que diz respeito a uma *reforma* de rumos e à recuperação de caminhos desviados, quanto no que se refere ao estabelecimento de uma trajetória plenamente renovada. O instrumento e o critério privilegiado para essa dupla tarefa deverá ser o de implantar "nos campos e nas cidades um tipo de vida econômica superior, (...) de acordo com as aspirações que tem o proletariado, as quais já estão contidas no Plano Sexenal que servirá de norma a meu

¹⁸³ A qual pode ser compreendida como a pioneira tentativa de implementação do Estado do Bem-Estar Social. Nesse sentido, ver. Moraes, José Luis Bolzan de. As crises do Estado contemporâneo. Revista Vidya, Santa Maria, v. 14, nº 24, julho/dezembro de 1995.

¹⁸⁴ "O novo presidente trouxe consigo um conceito de revolução como força de ordem, que ao longo de sua administração caracterizaria as funções governamentais. Sua campanha presidencial havia deixado claro desde o princípio sua crença de que só a intervenção estatal progressiva seria capaz de lograr a reacomodação da situação nacional às necessidades que impunham tanto a revolução como a crise de 1929. O Estado, assim, assumiu já desde as primeiras declarações presidenciais, funções administrativas e empresariais, de distribuidor de riqueza e, em certos momentos do início, de protetor de determinados estratos - como o dos pequenos proprietários sem que, por outro lado, isto significasse a ausência da tese tão largamente ouvida desde 1910 sobre o governo *nacional*, indiscriminado, que não governa para uma só classe, mas, ao contrário, toma conta dos interesses de todos." Palacios, Guillermo. Obra citada, p. 535-536.

¹⁸⁵ Ver o contexto escrito para o caso mexicano, ponto número 1 desta segunda parte.

governo". A influência das idéias de Keynes, bem como da experiência do New Deal norte-americano estão presentes de maneira direta¹⁸⁶ - bem como o apontamento de *sua insuficiência* -, uma vez que aos descaminhos da Revolução vêm somar-se as dificuldades da crise econômica mundial; assim, a clareza do discurso faz com que nem seja necessário extrair das entrelinhas o papel a que o Estado se reservará em termos de ação econômica.

"A **única maneira** ¹⁸⁷ de combater a irregularidade [do trabalho] e a miséria, é criar novas oportunidades de trabalho. As obras públicas que o governo desenvolverá intensamente facilitarão essas oportunidades; porém, estarão muito distantes de ser suficientes para concluir o problema da desocupação e dos baixos salários."

A união entre povo - "trabalho e entusiasmo" - e governo - "planejamento e criação de empresas constituídas por organizações de trabalhadores" - deverá assegurar o êxito das tarefas a serem empreendidas. É a partir dessa (re)união que será potencializada a positividade da Revolução e da nacionalidade mexicana; a partir dela, segundo Cárdenas, ter-se-á como conseqüência "uma poderosa economia nacional e a positiva revolução econômica e social do México".

Uma vez que a reivindicação última da Revolução é o atendimento do *interesse geral* da nacionalidade; que a raiz dos problemas enfrentados é eminentemente econômica; e que somente o Estado pode refletir, em termos de coordenação da coletividade, esse interesse geral, a lógica de Cárdenas leva a que quanto maior o grau de comprometimento com a nacionalidade, maior e mais presente deve ser o Estado.

"É fundamental ver o problema econômico em sua integralidade, e perceber as conexões que ligam cada uma

¹⁸⁶ "A solução adotada pela administração de Cárdenas foi prosseguir o desenvolvimento da inflação, à semelhança da política do New Deal estabelecida por Roosevelt nos Estados Unidos, e aplicada no México com bastante aproximação." Palacios, Guillermo. Obra citada, p. 543.

¹⁸⁷ Grifo nosso.

de suas partes com as demais. Só o Estado tem um interesse geral, e, por isso, só ele tem uma visão de conjunto. **A intervenção do Estado há de ser cada vez maior, cada vez mais freqüente e cada mais profunda.**¹⁸⁸

Em razão de ter a agricultura, à época, ainda a maior participação na composição do Produto Interno Bruto mexicano, mas especialmente porque desde essa atividade "ganham seu sustento três quartas partes de nossa população, e porque é a única riqueza que não está quase integralmente em mãos de mexicanos, faz-se necessário concluir a transformação do sistema de propriedade da terra". Está anunciada a *revolução ejidal* dos anos subseqüentes: "simultaneamente a educação e **o crédito**¹⁸⁹ conduzirão à etapa final", sendo resgatada aquela que é reconhecida como a maior dívida da Revolução.

"A Administração a meu encargo prestará especial atenção à resolução deste importante problema que é um dos temas mais apaixonantes da Revolução Mexicana; devemos apressar sua resolução para seguir construindo sobre novas modalidades, novas fontes de produção econômica e de bem-estar social. (...) A crítica dos dissidentes contra o ejido nos obriga a advertir que o Governo continuará sua política de dotação de terras aos povos (...), pois deseja lograr, desde logo, uma produção eficiente e abundante para as necessidades e evolução de nosso povo e contestar assim as objeções dos inimigos que asseguram a incapacidade dos camponeses para uma função de verdadeiros produtores, quando é a única que representaram como servos e é lógico que saibam representar melhor como homens livres."

As transformações relacionadas à economia industrial, no entanto, exigem, maior atenção, maior vagar, maior investimento. Terra e trabalho são fatores que estão dados; o parque industrial - incipiente dado o paradigma do segundo quartel do século XX -, não. É preciso construí-lo, e a ação do Estado será decisiva, sobretudo em termos de crédito. Também no que se refere

¹⁸⁸ Grifo nosso.

¹⁸⁹ Idem.

"(...) ao intercâmbio e à circulação da riqueza, há de contribuir em grande medida o crédito. O Governo tem fundado instituições nacionais para atender às necessidades que não pôde ou não quis atender a iniciativa privada. Além dos recursos com que agora contam, haveremos de concedê-los cada vez maiores; e para que sejam aproveitados ao máximo, as instituições nacionais estabelecerão maior contato com o Banco do México, para que neste encontrem maior apoio, e que juntos e estreitamente unidos, realizem, com uma noção clara de seu caráter de Instituições Nacionais e Estatais, os planos traçados pelo Estado, sempre com vista ao interesse nacional do País."

O planejamento estatal quanto às importações e exportações está relacionado à questão industrial na medida em que uma sua racionalização tem efeitos indiretos sobre esta; as exportações, em razão de que geram uma renda que, tributada, proporciona inversões estatais; as importações, porque deve-se evitar que sejam adquiridos do exterior bens industrializados produzidos - de forma crescente, a partir do governo Cárdenas - internamente.

Ao contrário do que parece ocorrer nos casos de Vargas e Perón quanto ao grau de participação ativa dos trabalhadores na elaboração da legislação que lhes diz respeito - uma coisa é fazer maior ou menor eco às reivindicações trabalhistas, outra é efetivamente abrir espaço às organizações dos trabalhadores *no corpo* do próprio Estado - Cárdenas reconhece a existência de uma dupla luta com que tem de se haver a classe trabalhadora. De um lado, "aquela que levam a cabo em defesa de seus interesses como classe"; de outro, a que se desenvolve entre as organizações operárias, feita "ao calor de paixões e egoísmos e que só debilita suas fileiras e retarda a realização de suas aspirações". Com base em tal formulação, é proposta a formação de uma Frente Única,

"(...) não para que se desconstituam as organizações que existem em separado; penso que, sendo as necessidades

dos trabalhadores idênticas, bem podem eles mesmos, respeitando a personalidade de sua agremiação, integrar uma só frente com um programa geral no qual estejam contempladas as justas demandas com relação às quais meu Governo há de preocupar-se fundamentalmente.

Para Cárdenas, isso simplificaria - tornando-o mais eficaz, dada a multiplicidade de vozes a serem ouvidas - o diálogo entre governo e trabalhadores, além de ser uma

"(...) conseqüência natural de melhoramento econômico preconizado, mediante um trabalho legislativo, para os trabalhadores do campo e da cidade, a participação ativa destes elementos na administração do País (...). **A participação dos trabalhadores na consecução dos destinos da nação, seja desse modo mais direto, seja através do voto, representa para Cárdenas nada menos que a doutrina nacional mesma para a evolução cultural e econômico do México.**"

Sendo assim - e temos mais uma vez identificados os termos *economia e nação* -, o próprio sistema educacional deve ter como finalidade última a identificação do alunado com as aspirações do proletariado, com os valores vinculados à emancipação deste. O alunado mexicano formará a classe trabalhadora no futuro, e uma vez criados e fortalecidos laços de solidariedade neste nível, estará assegurada, para o México, "a possibilidade de integrar-se revolucionariamente dentro de uma firme unidade econômica e cultural". Ao contrário de uma educação liberal "cuja finalidade era preparar os indivíduos para lutar contra seus semelhantes", a nova escola proposta deveria promover "a transformação pacífica das normas sociais que havemos de esgrimir para chegar ao terreno de bem-estar econômico e moral que ambicionamos para o México".

O melhor exército - em um sentido diverso daquele de "melhor parte do exército", que aparece em Vargas (os tenentes) e em Perón (o Grupo de Oficiais

Unidos) - será aquele que proteger e salvaguardar o desenvolvimento econômico e que estiver vigilante quanto a

"(...) bastardos interesses contrários às aspirações populares. (...) Nosso exército seguirá identificado com os núcleos operários e camponeses em suas atividades sociais e nas diferentes fases de sua luta de classes; ambos os grupos proletários são a matriz de onde apanha o Exército seus mais valiosos elementos e, unido a camponeses e operários, constitui as reservas de energia com que se renova constantemente a força nacional".

Cárdenas quer que o mundo compreenda ser o México um país que propugna "acabar com a sobrevivência de um regime de exploração e que está construindo os fundamentos de uma sociologia mais justa e mais humana, que venha a remediar as misérias das classes trabalhadores e muito especialmente das classes indígenas". Não são apenas aos países cuja interlocução o discurso de posse supõe os únicos que devem compreender tal intenção, no entanto. A natureza profundamente reformadora da trajetória tomada pela Revolução revela-se quando afirma serem as leis - ainda que se resguarde a ordem institucional da República - perfeitamente passíveis de reformulação uma vez que as exigências nacionais, e a *marcha da Revolução*, assim o determinem.

Terceira Parte

O discurso presidencial no pós-1989

1. Brasil, Argentina e México diante da inflexão de 1989 - o contexto

"Não se pode ensinar novos truques a um velho dogma"

Dorothy Parker

A queda do Muro de Berlim - aliada à dissolução da União Soviética e ao fim do que se convencionou chamar "socialismo real", e conseqüentemente ao fim da Guerra Fria - assumiu muito rapidamente o status de símbolo de uma inflexão histórica de imensa envergadura e importância, assentando-se no imaginário cultural erudito do fim do século XX como um acontecimento comparável às revoluções burguesas do século XVIII, às guerras mundiais, ou à própria crise de 1929 - quer dizer: como um destes momentos que trazem consigo forças poderosas que realinham o curso da história, dando-lhe nova configuração e sentido. Eric Hobsbawm, ainda em 1992, tomou a queda do Muro de Berlim como marco final do que chamou "o breve século XX", em uma das formulações mais citadas da década de 1990, em todos os quadrantes das ciências sociais.

Para além da força retórica do argumento, entretanto, e independentemente da confirmação de sua validade efetiva em termos de conhecimento histórico no futuro, enquanto marco realmente representativo - afinal, passaram-se apenas pouco mais de dez anos -, o certo é que o realinhamento histórico observado na passagem da década de 1980 para a de 1990 encontrou no ressurgimento do liberalismo a orientação filosófica necessária para (1) libertar os fundamentos do capitalismo das amarras que lhe haviam sido impostas no pós-1929, (2) dar um rosto à nova ordem mundial que emergia e (3) encaminhar o fenômeno da globalização de uma certa maneira, e não de outra: a maneira de melhor atender aos interesses de um sistema que se pensou tão euforicamente vitorioso que pôde levar suas características econômico-políticas à condição de vértice final para onde a própria

história confluiria, esgotando-se a democracia liberal capitalista¹⁹⁰. Um liberalismo temperado, é verdade, pela ocorrência, na década de 1930 e após, da consistente crítica keynesiana, e ainda décadas de Guerra Fria e pela existência de economias centralmente planejadas inquietantemente desenvolvidas. Em uma palavra, um novo - *neo* - liberalismo. Porém, de todo modo e *no essencial*, o mesmo liberalismo formulado pelos "pais fundadores" clássicos e neoclássicos, mais estruturante e configurador das idéias-força que subjazem às realidades econômica, social e política que nunca¹⁹¹. Novamente hegemônica no mundo - os casos de exceção ainda socialistas são isto mesmo: casos de exceção -, a economia de mercado capitalista conciliava-se novamente com sua doutrina original e secular.

Em uma formulação original e especialmente pertinente para os termos desta dissertação - "*Keynes versus Hayek*"¹⁹² -, Voltaire Schilling apanha os dois nomes fundamentais da história do pensamento econômico do século XX e representa simbolicamente, situando-os em pólos antagônicos, o grande arco das idéias econômicas desde o final da década de 1920, incluindo o *turnover* (em favor de Hayek) ocorrido a partir de 1979. O nome de Keynes, como vimos, está associado a forte crítica ao liberalismo e à resposta "social-democrata" à crise de 1929, resposta esta que assenta raízes no *New Deal* norte americano e que alcança vigência mais ou menos segura – não obstante desdobramentos pouco ortodoxos e ataques frontais por parte do redivivo pensamento liberal - até o final da década de 1970. Dado o aporte keynesiano, o sistema capitalista havia passado a contar com um relativo grau de planificação que, passados cinqüenta anos - e após intensa aplicação no mundo

¹⁹⁰ Nesse sentido, a obra de Francis Fukuyama - "O fim da história e o último homem" (Rio de Janeiro: Rocco, 1992) -, baseada em artigo do mesmo autor escrito ainda em 1989, antes *da queda do Muro de Berlim*, intitulado "O fim da história?" e publicado em uma revista norte-americana sintomaticamente denominada "The National Interest", tem hoje o caráter de um genuíno documento de época, muito mais que o de mera bibliografia. É de notar que o título do artigo é interrogativo - interrogação que se perde, todavia, na peremptoriedade da afirmação ostentada na capa do livro de 1992.

¹⁹¹ Para uma abordagem do tema que não apenas o relaciona com a nova ordem mundial e com a globalização, mas que o historia e ainda assimila as importantes críticas de Perry Anderson e E.D. Peters, ver Paulani, Leda Maria. Neoliberalismo e individualismo. Economia e Sociedade, Campinas (13): 93-114, dez. 1999.

¹⁹² Artigo publicado no jornal Zero Hora, 28 de junho de 1995.

ocidental do pós-2ª Guerra -, inicia um período de questionamento acirrado e levado a um grau máximo com o fim da União Soviética e dos regimes socialistas do leste europeu. Se após sua maior crise - a de 1929 - o capitalismo havia "cedido os anéis para não perder os dedos", após 1979, e sobretudo na década de 1990, passa a ambicionar a "retomada dos anéis". Afinal, desaparecido o nazi-fascismo e o comunismo, resta evanescido também - em termos de sistema - o sentido da alternativa social-democrata¹⁹³ e o conjunto de concessões ao universo do trabalho que configuram o Estado do Bem-Estar Social e os regimes que dele se aproximam ou se aproximaram. Friedrich Hayek, que também desenvolveu sua teoria tendo como referência importante a crise de 29 e a depressão que a ela se seguiu, formulou um pensamento antagônico ao de Keynes, e que está na base do novo liberalismo¹⁹⁴ - sobretudo no que diz respeito à problemática do papel do Estado.

A conjuntura internacional da virada de década em questão, no entanto - trazendo as idéias de Hayek para o centro do debate econômico mundial -, teve início, em termos de referência geral, pelo menos dez anos antes, com os governos liberais, anti-keynesianos e anti-Welfare State de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan¹⁹⁵, nos Estados Unidos - não por acaso, os esteios do mundo anglo-saxônico onde um liberalismo mais próximo da ortodoxia doutrinária havia se refugiado no pós-2ª Guerra Mundial, - cujos valores e elementos essenciais são reunidos e sistematizados em *novembro de 1989*, no que veio a ser conhecido como *Consenso de Washington*. Expressão cunhada pelo economista norte-americano John Williamson, e que se refere

¹⁹³ Ver os termos da nota de número 71.

¹⁹⁴ Perry Anderson (obra citada, p. 9-10), informa que em 1947 "Hayek convocou aqueles que compartilhavam de sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pelérin, na Suíça. Entre os célebres participantes, estavam não somente adversários firmes do Estado do Bem-Estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Aí se fundou a Sociedade de Mont Pelérin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinante e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras, para o futuro."

¹⁹⁵ Que declarou, no discurso de posse de seu primeiro mandato, que com sua chegada à presidência "a Era Roosevelt estava acabada."

a um decálogo de medidas liberalizantes e de ajustes sugeridos para reformas nos países em desenvolvimento¹⁹⁶, concebido no âmbito de organizações sediadas ou vinculadas a Washington, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, o *Consenso* apoiava-se em três grandes linhas - todas elas desdobramentos de uma raiz liberal e recebidas como verdadeiros dogmas na América Latina -, a saber: a adoção de uma política macroeconômica direcionada prioritariamente para a obtenção de baixos níveis de inflação, para a contenção ao máximo dos déficits orçamentários dos Estados, e para o equilíbrio das contas externas; a abertura comercial e financeira, sobretudo das nações em desenvolvimento; e a privatização e desregulamentação das economias nacionais, criando um ambiente geral de promoção das leis do mercado e de redução do papel e do tamanho do Estado. Durante a longa década de 1990, em muitos e em não banais sentidos, foi como se retornássemos - e os vivêssemos como a um tempo presente altamente concentrado e aparentemente infinito - aos anos anteriores à crise de 1929. E sem o contraponto representado pela existência da União Soviética, o que faz larga diferença.

"O segundo surgimento do laissez-faire tem múltiplas causas. Em parte, reflete o tropeço do crescimento econômico na década de 1970, na observação keynesiana. Reflete, também, uma relativa fraqueza das forças políticas que apóiam uma economia mista (...), **assim como a reversão da economia formal a verdades pré-keynesianas.**" (Kuttner, 1997 - grifo nosso)

Mesmo possuindo um caráter informal e acadêmico, de modo nenhum deliberativo, o fato de suscitar - às portas de um novo mundo altamente favorável ao avanço capitalista -, uma oportunidade para coordenar e reunir, em um conjunto coerente, elementos de um caminho que vinha sendo claramente traçado (e já aberto, na América Latina) desde os mencionados governos Thatcher e Reagan, o *Consenso*

¹⁹⁶ O título do encontro promovido pelo Institute for International Economics que deu origem ao Consenso de Washington refere-se diretamente à América Latina, e não obstante ser em tudo propositivo para o futuro, dizia respeito a uma espécie de balanço do já ocorrido: "Latin American Adjustment: How Much Has Happened".

assume não somente uma significação simbólica, mas a de uma criação concreta de condições efetivas para uma ampliação agora estrutural dos ajustes recomendados - posto havia muito o que *desconstruir*, dados os novos objetivos, no continente.

Assim, na trilha dos ataques intensos e sem trégua ao keynesianismo e a tudo o que em torno desta orientação econômica gravitou, partiu-se, no que se refere à América Latina, para uma campanha de desmoralização teórica do modelo de desenvolvimento inspirado nas reflexões levadas à efeito no âmbito da Cepal, o qual "se havia montado (...) sobre a base de capitais privados nacionais e estrangeiros e de uma participação ativa do Estado, como regulador e até empresário."¹⁹⁷ Em concomitância, portanto, com a desconstrução do Estado desenvolvimentista e do tipo de economia que a ele corresponde, houve um embate, ao nível das idéias e certamente não desinteressado, e nem meramente acadêmico - e também nem sempre honesto¹⁹⁸ - contra o conjunto de idéias, genuinamente latino-americano e dotado de originalidade incontestada, que o pensou. Isso, em geral, se deu muito menos por um debate direto do que pela própria afirmação histórica do liberalismo do pós-1989.

É uma empresa extremamente difícil, se não impossível, aferir, diante da extensa bibliografia disponível, o quanto as teses estruturalistas e cepalinas, incluindo o modelo de industrialização por substituição de importações e as teorias da dependência, esgotaram-se *em si mesmas* enquanto teoria - e enquanto formulação político-econômica passível de ser resgatada - , e o quanto foram simplesmente derrotadas politicamente. Ou seja: o quanto de razão possui o argumento liberal de que o Estado keynesiano conduziu à crise fiscal e a falência... do Estado, e o quanto há de pura ideologia nesta assertiva. Por outro lado, também não é simples a verificação de,

¹⁹⁷ Batista, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington - A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: PEDEX, 1994.

¹⁹⁸ Veja-se a vulgaridade aberta - reconhecida mesmo em rodas liberais - do debate proposto por obras como o "Manual do Perfeito Idiota Latino-americano", de Plínio Apuleyo Mendoza, Carlos Alberto Montaner e Álvaro Vargas Llosa (Rio de Janeiro: Bertrand, 1997), em formulações no sentido de que "o fracasso histórico da América Latina provém de uma ingênua idiotice coletiva, geração após geração."

assumindo-se o esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações como havendo realmente existido, o quanto isto se deu por *desde dentro*, ou seja, por *insuficiências intrínsecas*, ou por injunções exógenas. Maria da Conceição Tavares, uma autora integrante daquela tradição e mesmo central em seus desenvolvimentos a partir da segunda metade da década de 1960, escreveu recentemente¹⁹⁹ que as bases do pensamento estruturalista e cepalino permanecem válidas, mas que frente ao fenômeno da financeirização do sistema capitalista - realidade radicalmente nova - novos encaminhamentos em termos de reflexão teórica devem ser realizados.

"Temos tentado retomar a tradição de análise histórico-estrutural de nossos mestres com apoio nas lições monetárias de Keynes (e não nos neo-estruturalistas e neokeynesianos bastardos), (...) [levando em conta] o caráter neomercantil dos desenvolvimentos recentes do capitalismo mundial, no qual é central o papel do Dinheiro como instrumento tanto de acumulação da Riqueza Financeira quanto de Dominação Imperial." (Tavares, 1999)²⁰⁰.

A meio caminho entre essa reflexão e o liberal-monetarismo hegemônico - posto que para o liberalismo ortodoxo as teorias em questão constituíram desde sempre um equívoco²⁰¹ -, a década de 1990 produziu obras - como "Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil", de Luis Carlos Bresser Pereira²⁰², que analisando os casos de Brasil, Argentina e México nos anos 1980, apresenta como uma das causas

¹⁹⁹ "50 anos do 'Manifesto Latino-americano'. Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, 26 de setembro de 1999, p. 2. 'Manifesto Latino-americano' é a designação pela qual ficou conhecido o ensaio clássico de Raúl Prebisch "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus principais problemas", de 1949.

²⁰⁰ Esta temática está desenvolvida por José Luis Fiori e Maria da Conceição Tavares em "Poder e Dinheiro - uma Economia Política da Globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. Trata-se, portanto, de uma retomada teórica da tradição estruturalista em face da globalização financeira - de um sopro de vitalidade em uma teoria que era apontada em sua evolução desde a década de 1970. Artigo de Renato Baumann, diretor do escritório brasileiro da Cepal, intitulado "A Cepal e as crises externas" (Folha de São Paulo, 25 de outubro de 1998, p. 3), é demonstrativo de o quanto as preocupações do organismo estavam voltadas para a problemática da dívida externa - assim como a própria economia brasileira.

²⁰¹ Economistas como Gustavo Franco, por exemplo, atribuem o próprio problema da concentração de renda no Brasil e na América Latina à industrialização por substituição de importações. Ver, a esse respeito, "O Plano Real e outros ensaios". Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

da alegada - verdadeira premissa - "crise do Estado", o modo de intervenção deste na economia, que teria levado ao esgotamento das formas protecionistas de industrialização, tornando inevitáveis medidas tais como reformas orientadas para o mercado, liberalização comercial e financeira e privatizações. Ou seja, o Estado de tipo desenvolvimentista teria não apenas levado o Estado à crise - crise fiscal, sobretudo -, como seria a própria *causa* das reformas liberais.

É em relação a este ponto - o da crise do Estado keynesiano²⁰³ em paralelo com a reemergência do liberalismo - que interessa, a este trabalho, o tema correlato da Globalização. Tomando o conceito de Fonseca²⁰⁴, o qual, considerando o contexto mais amplo de reestruturação do sistema capitalista desde a orientação de fundo dada pelo liberalismo, compreende que a Globalização seja um fenômeno que resulta da conjugação de três forças poderosas - transformações científico-tecnológicas estruturais, sobretudo em termos de telecomunicações e informática (a "Terceira Revolução Industrial"); a formação de grandes blocos econômicos; e a crescente interligação dos mercados físicos e financeiros -, temos que as economias da América Latina foram apanhadas por um "choque tecnológico" que as distanciou em muito das economias desenvolvidas. Note-se que no pós-1929, as mudanças que ocorreram - também profundas, também estruturais -, deram-se em um quadro tecnológico estável - aquele da Segunda Revolução Industrial²⁰⁵ -, o que favoreceu a substituição de importações e tornou factível, em médio e longo prazos, pensar-se em completá-la em

²⁰² São Paulo: Editora 34, 1996.

²⁰³ Para um balanço das diversas teses acerca da crise do Welfare-State, ver Draibe, Sônia, e Henrique, Wilnês. "Welfare State", crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: Vértice, 1988 número 6, vol. 3, fevereiro de 1988. No sentido de uma argumentação de que esta crise tem uma natureza não somente econômico, mas "político cultural", ver Cittadino, Gisele. Ressocialização da política e repolitização do social - Algumas considerações sobre o Brasil. Ciências Sociais Hoje, 1987. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, ANPOCS, 1987. Para o tema da crise do Welfare State especificamente na década de 1990, ver Esping-Andersen, Gosta. O futuro do *Welfare State* na Nova Ordem Mundial. *Lua Nova*, Revista de Cultura e Política, nº 35, 1995.

²⁰⁴ Obra citada, 1997.

²⁰⁵ "Nos anos 1970, o padrão de industrialização era liderado pelos complexos metal-mecânico e químico. Na década de 1980, passou a ser condicionado pelas novas tecnologias da microeletrônica, informática, telecomunicações, pela automação, pela busca de novos materiais e de energias renováveis e pela biotecnologia." Lacerda, obra citada, p. 186.

termos de bens de capital. Não havendo isto sido possível, e dada a nova realidade que a década de 1980 apresentava, entendeu-se que - esgotado o modelo de substituição de importações -, a abertura econômica em geral, e a erradicação das legislações de proteção às economias nacionais fariam com que, de um lado, o acesso livre de capitais internacionais aos mercados latino-americanos trariam consigo as novas tecnologias, catapultando os países do continente a uma condição de *modernidade* que os equipararia às nações desenvolvidas - *este o sentido estrito* da ocorrência da palavra "modernização" nos discursos presidenciais do pós-1989; e, de outro lado, teríamos que as empresas nacionais, postas frente-à-frente com a realidade da concorrência, obrigaram-se a elevar sua condição econômica para que pudessem competir com as empresas estrangeiras e multinacionais. Vemos, assim, o nexo direito entre os termos esgotamento do modelo de substituição de importações/crise fiscal do Estado; e Globalização/Terceira Revolução Tecnológica/liberalismo/abertura econômica.

Quanto ao aspecto fundamental do padrão de financiamento da nova economia, no marco anti-keynesiano em vigência, procurou-se assentá-lo sobre a liberalização para a entrada de capitais estrangeiros - medida, aliás, consistente com o abandono deliberado da idéia de promoção do desenvolvimento *desde dentro* - implicada no modelo nacional-desenvolvimentista em suas diversas versões; com a situação de crise fiscal do Estado; e, final, com a histórica inexistência de poupança interna na América Latina.

Assim, a passagem da década de 1980 para a de 1990, na América Latina - em paralelo à passagem de um paradigma de matriz keynesiana para outro liberal, anti-keynesiano, no mundo - passou da chamada "década perdida" - os anos

1980²⁰⁶, de estagnação econômica e inflação - à já conhecida como "década das reformas estruturais", realizadas com base na orientação geral do Consenso de Washington²⁰⁷. No Brasil, Fernando Collor de Mello deu início ao processo, que se estendeu sob os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Na Argentina, toda a década de Carlos Saúl Menem foi de reformas. No México, o prazo é semelhante: foram de reformas intensas as gestões de Carlos Salinas de Gortari e de Ernesto Zedillo, em um contexto econômico e político em que ganhou força de dogma a idéia de que as reformas apresentavam-se como a única alternativa depois da "década perdida", em função do esgotamento do modelo anterior, o de substituição de importações.

O Brasil inicia a década de 1990 como uma democracia que, capitalista, buscou dar-lhe o segundo e complementar adjetivo exigido pelo "espírito da época": o adjetivo *liberal*. Os planos econômicos elaborados nesta década, tanto os Collor I e II²⁰⁸ como o Plano Real²⁰⁹, devem ser entendidos menos como elementos de uma linha de continuidade que envolve os muitos planos econômicos anti-inflação formulados na

²⁰⁶ Sobre a visão liberal acerca da realidade econômica da América Latina na década de 1980, Petras, James. "Mitos e realidades: os mercados livres na América Latina", capítulo de "Ensaio contra a ordem" (São Paulo: Scritta, 1995). Sobre a política do continente nesta mesma década, ver Altmann, Werner. "A América Latina na década de 80: uma avaliação histórica". São Paulo em Perspectiva, 4 (1): 81-91, jan/mar, 1990.

²⁰⁷ Para uma abordagem ampla sobre o alcance da abertura econômica da América Latina, ver o capítulo "Desempenho e políticas no novo paradigma", de Thorp, Rosemary. Progresso, pobreza e exclusão - Uma história econômica da América Latina no século XX. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2000. A obra conta com um apêndice estatístico que apresenta gráficos e tabelas raramente encontradas em um único trabalho.

²⁰⁸ Oficialmente, *Plano Brasil Novo* (1990) e uma sua segunda versão (1991). O governo Collor, empossado em 15 de março de 1990, decreta imediatamente a troca do nome da moeda de cruzado novo (NCz\$) para cruzeiro (Cr\$) e confisca das contas correntes e poupanças valores superiores a Cr\$ 50 mil (cerca de US\$ 1.200 no câmbio oficial). No ano seguinte é lançado o Plano Collor 2, que aplica uma política de juros altos para conter a inflação - sem o conseguir -, além de congelar preços e salários.

²⁰⁹ 1994. Concebido durante o governo de Itamar Franco (1992-1994), o plano cria, em 1993, o cruzeiro real (CR\$), em substituição ao cruzeiro (Cr\$). Em março de 1994, é estabelecida a URV (Unidade Real de Valor), indexador que serviria de base para a criação de uma nova moeda, o real (R\$), implantada em 1º de julho do mesmo ano, em paridade com o dólar. A inflação começa a cair, e Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda que coordenou a criação do plano, é eleito presidente.

década de 1980, e mais como uma primeira providência de alinhamento com o que estabelecia o Consenso de Washington: de fato, o controle da inflação (alcançado com o Plano Real) constituía uma premissa sem a qual as demais medidas reformistas deixariam de surtir efeito - afinal, a estabilidade dos preços cria condições para que sejam realizados cálculos econômicos de longo prazo, estimulando e mesmo viabilizando o investimento privado; investimento privado que no novo paradigma apresentava-se como genuíno motor da história.

A idéia de *linha de continuidade* acima aludida, aliás, pode ser perfeitamente aplicada aos governos Fernando Collor de Mello, Itamar Franco (breve interregno proporcionado pelo acidente institucional representado pelo *impeachment* de Collor, mas que foi responsável pela estabilidade política necessária para a preservação e aprofundamento das reformas) e Fernando Henrique Cardoso. Mesmo não havendo mostrado eficácia no que se refere ao controle da inflação, o governo Collor deu início à abertura comercial e financeira e às privatizações. A abertura comercial - à qual mais tarde, com o Plano Real, foi agregado o mecanismo da valorização cambial, "amplificando extraordinariamente os efeitos da abertura"²¹⁰ -, ao implicar em um aumento das importações, imporia "disciplina competitiva" ao empresariado nacional, forçando-o a realizar ganhos substanciais de produtividade - forçando-o, em uma palavra, a "modernizar" sua estrutura produtiva a partir de sua própria capacidade empresarial, uma vez que passaria a contar menos e menos com a proteção do Estado. Os investimentos estrangeiros e as privatizações, por sua vez, atuariam no sentido de superar insuficiências históricas observadas na oferta industrial e na infra-estrutura, além de refletirem-se em redução de custos e melhoria na eficiência - já que passadas, as empresas, ao controle da iniciativa privada, considerada intrinsecamente mais apta, em relação ao Estado, segundo a doutrina

²¹⁰ Tavares, Maria da Conceição. A economia política do Real. In: Mercadante, Aloizio (org.). O Brasil pós-Real - a política econômica em debate. Campinas, São Paulo: Unicamp, Instituto de Economia, 1998, p. 111.

liberal, para gerenciar a economia e orientar o desenvolvimento.

O processo de privatizações - que na década de 1980 havia se caracterizado pela reprivatização de empresas absorvidas pelo Estado em momentos anteriores, devido a dificuldades financeiras - teve início de fato, no que diz respeito à constituição de uma política econômica deliberada e integrada aos valores do novo paradigma, com a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), em 1990, o qual assumiu um caráter de prioridade e importante intensificação a partir de 1995 - quando praticamente concluiu-se a privatização das estatais que atuavam em atividades industriais²¹¹.

"Na década de 1990, e até junho de 1999, o Brasil privatizou 119 empresas estatais, com a geração de US\$ 70,3 bilhões em receitas e a transferência para o setor privado de dívidas públicas no montante de US\$ 16,6 bilhões. Esses valores fazem da privatização brasileira uma das maiores em todo o mundo (...). Mas não é apenas a magnitude das empresas envolvidas que torna o programa digno de nota. Igualmente importante é o fato de que em apenas cinco anos o Estado vai ter se retirado quase inteiramente de setores que gerenciou com exclusividade por várias décadas. Até 1996, o setor privado estava quase ausente dos setores de infraestrutura no Brasil, com exceção dos serviços de transporte rodoviário. Ao final de 1998, os investidores privados controlavam todo o setor de telecomunicações e ferrovias, os maiores portos do país, algumas de suas principais rodovias, dois terços da distribuição e uma grande parte da geração de eletricidade e uma parcela pequena mas crescente do setor de água e saneamento. A maior parte do que permaneceu no setor estatal deve ser privatizada em 1999-2000. **Há apenas 10 anos, nem o mais otimista dos liberais poderia prever um resultado tão favorável.**" (Pinheiro, 1999, p. 178 - grifo nosso).

A temática das privatizações não é representativa apenas da

²¹¹ Lacerda, obra citada, p. 196.

mudança ideológica em curso²¹², mas de o quanto uma reorientação desta natureza em termos de pensamento econômico é capaz de produzir efeitos "reais" na economia, desconstituindo o que havia sido erguido no contexto do pós-1929: um contexto de evolução política que apresentou os mais diversos matizes, do governo provisório de Vargas ao regime militar de 1964-1985, e que, dando ao processo de industrialização um novo rosto a cada momento - crescente participação de capitais estrangeiros a partir do governo Juscelino Kubitschek, por exemplo -, manteve não obstante uma linha claramente reconhecível - a de um desenvolvimento conduzido pela industrialização e pelo crescimento de um mercado interno, nos marcos do Estado-nação clássico, vestisse ele uma roupagem nacionalista e desenvolvimentista, ou autoritária e estatista.

O financiamento geral - e sentido último, dada a crise fiscal do Estado e o alegado esgotamento do modelo de substituição de importações - deste ambiente econômico reformado seria dado pela atração de capitais internacionais (de poupança externa, portanto), os quais teriam a função de complementar o esforço - insuficiente - de investimento interno, e de financiar os déficits em conta corrente. O eixo do desenvolvimento, portanto, passa inteiramente para a iniciativa privada - nacional ou não -, em um padrão de acumulação que tem origem nos centros desenvolvidos.

Ao que parece - posto que nenhuma formulação de tipo acadêmico para além do jargão liberal é feita na literatura (eficiência, competitividade externa, etc.) - assiste-se à emergência de uma economia interdependente, cujo eixo central - agrário ou industrial (e se industrial, em que termos) - *será definido por decisões de tipo microeconômico tomadas fora do país* e cujo sucesso está ligado a políticas macroeconômicas favoráveis - *não por acaso, aquelas preconizadas pelo Consenso de*

²¹² Lembremos, com o objetivo de marcar a radicalidade das alterações ocorridas - aqui em termos ideológicos - que para as teorias estruturalistas e cepalinas, as economias latino-americanas - "periféricas" em relação ao centro desenvolvido - não superariam sua condição de não desenvolvimento sem contar com um Estado forte e interventor. Sobre essa relação específica - CEPAL e Estado forte e interventor -, ver Tolfo, Rogério Vianna. O desenvolvimentismo e a teoria da CEPAL: auge e crise na economia brasileira (1951-1964). Análise, Porto Alegre, v. 6, nº 1, p. 41-63, 1995.

Washington. Este é, sem dúvida, o significado maior da inflexão de 1989, posto que consistente em profundidade com o liberalismo econômico - aquele mesmo liberalismo cuja crise havia proporcionado uma história que agora é julgada e, mais que corrigida, erradicada²¹³.

Números e séries estatísticas são esgrimidos de todos os lados, para defender, para reencaminhar ou para criticar em toda a linha o processo. Estudiosos vinculados à tradição estruturalista e cepalina dão-lhe a denominação de *período de contra-reformas*²¹⁴, em uma alusão evidente à Era Vargas; outros, alinhados ideologicamente com o liberalismo, chamam à época que compreende 1930 a 1980... *ancién-regime*²¹⁵.

Ao tempo em que o Brasil realizava o seu último esforço industrial-estatizante - o II Plano Nacional de Desenvolvimento, no governo Ernesto Geisel (1974-1979), considerado uma decorrência lógica do processo de substituição de importações²¹⁶ -, o regime militar argentino (1976-1983) implementa uma política econômica com vistas a promover uma reorganização profunda na economia do país, cujos problemas econômicos, mais de vinte anos depois da queda de Perón, são ainda atribuídos ao nacionalismo econômico peronista.

²¹³ Além do fenômeno da desnacionalização da indústria nacional - consequência direta dos termos em que se reorganizou a economia brasileira e latino-americana -, tem-se falado em *desindustrialização*: a esse respeito, ver Cano, Wilson. Soberania e Política Econômica na América Latina. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 175-278.

²¹⁴ Ver Tavares, Maria da Conceição. Estado, economia e sociedade. Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, seção "Lições Contemporâneas", 30 de julho de 1995, p. 2.

²¹⁵ Ver Moreira, Maurício Mesquita. Estrangeiros em uma economia aberta: impactos recentes sobre a produtividade, a concentração e o comércio exterior. In: Giambiagi, Fabio, e Moreira, Maurício Mesquita. A economia brasileira nos anos 90. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999.

²¹⁶ A esse respeito, ver Barros de Castro, Antonio, e Souza, Francisco E. P. de. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Assim, encaminha-se a desestruturação de um modelo que desde a década de 1930 - à revelia dos governos da "década infame" -, apresentava a industrialização como o principal objetivo das políticas econômicas, e, em contrapartida, adotam-se medidas de abertura da economia e de liberalização dos mercados - as quais têm efeito limitado em face do insucesso no sentido de controlar os índices de inflação. Esta, aliada à da crise dívida externa, comporão um quadro de crise que perdurará por toda a década de 1980²¹⁷, criando um hiato entre aquelas primeiras medidas liberais e o início da década de Menem²¹⁸.

"El empresario Julio Ramos fue el primero en decir, en 1989, que sólo un presidente peronista podría lograr la legitimidad política necesaria para un plan de ajuste económico neoliberal. Mariano Plotkin agrega: "Pareciera que un gobierno peronista por el hecho de serlo adquiere una legitimidad inercial que le permite hacer cosas que otros gobiernos aún con una base electoral mayor no pudieron realizar (tampoco los militares, para el caso)". Si a eso le sumamos la dramática situación socio-económica en que Menem asumió su mandato, se explica la fuerza y el campo de manobras que tuvo su gobierno para imponer dichas políticas" (Glagovsky, 2000).

Como no caso brasileiro, o início do governo²¹⁹, no que se refere à gestão da economia, é marcado por medidas anti-inflacionárias e a imediata aplicação de reformas estruturais.

"O plano econômico anunciado combina medidas estabilizadores e reformas estruturais. (...) Entre as medidas estruturais, são enviadas e aprovadas pelo Congresso a Lei

²¹⁷ Acerca da década de 1980 na Argentina, ver Perdia, Roberto Cirilo, e Narvaja, Fernando Vaca. Plano Austral - Nova estratégia do FMI. Porto Alegre, Editora Tchê!, 1986.

²¹⁸ Expressão usada por María Fernanda Arias em "Aproximaciones al estudio del menemismo". Estudios interdisciplinarios de America Latina y el Caribe. Volumen 9, nº 2, julio-diciembre 1998.

²¹⁹ O presidente Carlos Saúl Menem, extraordinariamente, assumiu a presidência com antecedência de seis meses em relação ao previsto - no dia 8 de julho de 1989 -, em razão da crise econômica, política e institucional por que passava o governo Alfonsín.

de Emergência Econômica, que suspende a maior parte dos subsídios ao setor privado, os regimes de promoção industrial, subsídios regionais e à exportação, e a Lei de Reforma do Estado, que outorga maior poder ao Executivo para decidir sobre a reestruturação do setor público, incluindo as privatizações." (Ayerbe, p. 89)

A fluência do ritmo das reformas, no entanto - tal como no caso brasileiro até o Plano Real - esteve obstruída pela persistência do processo inflacionário até o mês de março de 1991, quando é elaborado o *Plan de Convertibilidad*²²⁰, cuja principal medida foi a chamada "ancoragem cambial": o câmbio foi fixado institucionalmente na razão 10.000 austrais = 1 dólar, tendo como resultado a já conhecida dolarização da economia argentina²²¹. Os efeitos gerais do plano são semelhantes aos do *Real* no Brasil. Reduz-se a inflação e inicia-se um período de reativação que aumenta a capacidade de compra dos salários, estimulando a demanda e os níveis de atividade econômica²²². Cano²²³, todavia, salienta que os problemas trazidos não demoram a surgir, apresentando-se como de natureza verdadeiramente estrutural: o câmbio e a abertura comercial estimularam as importações, com o que o saldo do balanço em transações correntes passa a ser deficitário - devendo ser coberto com parte das entradas de capitais estrangeiros, os quais, como no caso do Brasil e segundo o ideário liberal, devem tornar-se o elemento dinâmico da vida econômica e do desenvolvimento.

Em 1992, o governo privatiza o sistema energético e a empresa estatal de petróleo, e ainda em 1993 - como um recado para os mercados internacionais no sentido de que os déficits nas contas externas decorrentes do saldo negativo da balança comercial e dos compromissos com o serviço da dívida externa não abalariam a vontade política de levar a efeito as reformas estruturais -, a Argentina praticamente

²²⁰ Também conhecido como "Plano Cavallo", em alusão ao nome do ministro da Economia, Domingo Cavallo.

²²¹ Para uma visão detida sobre este assunto em específico, ver Nieto, Raul Daniel. A origem da dolarização na Argentina. Análise, Porto Alegre, v. 2, nº 6, p. 125-134, 1991.

²²² Ayerbe, Luis Fernando. Neoliberalismo e política externa na América Latina - Uma análise a partir da experiência argentina recente. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 113.

²²³ Cano, Wilson. Obra citada, p. 139.

conclui o seu processo de privatizações, "com um saldo para o governo de quase 10 bilhões de dólares em dinheiro, redução de 9,6 bilhões sobre a dívida e 13,5 bilhões de resgate de passivos"²²⁴.

A partir de então - e em um aprofundamento da desregulamentação da economia e das reformas estruturais extra-econômicas, como a flexibilização da legislação trabalhista -, a Argentina viveu momentos de melhor ou pior conjuntura de acordo com a menor ou maior liquidez internacional, posto que o modelo criado era completamente dependente da entrada de capitais internacionais. Até 1994, a existência de juros baixos nos Estados Unidos estimularam investimentos em todo o mundo, e a Argentina se beneficiou dessa realidade. A crise do México, em 1994, sobretudo, e também a da Ásia, em 1997, e a da Rússia, em 1998, entretanto, resultaram em forte diminuição da onda de investimentos globais que, no que diz respeito às economias latino-americanas, buscavam as empresas estatais e as taxas elevadas de juros. A solução para a Argentina - solução fortuita, ocasional, a demonstrar a impossibilidade de saídas criativas *desde dentro* -, então, foi a de voltar-se para o Brasil, que com o Plano Real havia sobrevalorizado sua moeda e encontrava-se portanto em condições de importar mercadorias argentinas²²⁵. A desvalorização da moeda brasileira em janeiro de 1999, no entanto, fez com que essa "solução final" sustasse os seus efeitos paliativos - e a partir de 2000, como sabemos, a Argentina passou a enfrentar a maior crise econômica e social de sua história.

Uma vez afetada gravemente a entrada de capitais estrangeiros no país (e tendo a depreciação dos produtos agropecuários no mercado internacional como um problema absolutamente central, como no pré-1929), apresentou-se com todo o vigor uma realidade que nos primeiros anos da década apenas se desenhava - realidade

²²⁴ Ayerbe, Luis Fernando. Obra citada, p. 132. Comparem-se os números da privatização argentina com a brasileira (página 124), os quais por si só demonstram a magnitude das duas economias.

²²⁵ Cano informa que entre 1994 e 1998, 98% do aumento das exportações argentinas (em bilhões de dólares destinou-se para o Brasil. Obra citada, p. 43. Esses números representam 30% do total das exportações daquele país (Zero Hora, Caderno de Economia, 30 de maio de 1999, p. 6).

esta em grande medida compartilhada com o Brasil e com o México, e diretamente proporcional à profundidade de suas reformas: desestruturação do sistema produtivo nacional, desarticulação de complexos produtivos estratégicos, degradação da infraestrutura da economia, e fragilização das finanças públicas derivadas da opção pela âncora cambial (no Brasil, até janeiro de 1999) e pelos juros altos - estes, após as privatizações, o último atrativo para aqueles capitais.

"Olhando deste lado da fronteira, os Estados Unidos são vistos como um colosso, com o dedo em riste, marcando a rota."

Paula Urien

A entrada do México na década de 1990 se dá sob o signo de algo que é uma marca estrutural desta década²²⁶: em 1988 - ano da eleição do presidente Carlos Salinas de Gortari, que inicia as reformas econômicas liberais -, é realizado o primeiro passo para a criação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), tratado assinado por Estados Unidos e Canadá. A previsão, ainda em 1988, de adesão pelo estado mexicano é estabelecida para 1993, e o início da vigência real do bloco econômico fica para 1º de janeiro de 1994.

O governo de Salinas encaminha imediatamente uma reforma constitucional - finalizada em 1992 e estabelecida como uma condição *sine qua non* para a entrada do país no NAFTA - que permite a venda dos *ejidos*, as terras comunais

²²⁶ Fonseca, 1997.

camponesas e indígenas)²²⁷ a empresas agrícolas; a grande maioria das estatais é privatizada²²⁸, e é levada a efeito a missão de concluir e aprofundar a abertura e a desregulamentação da economia, e de consolidar a integração desta à dos Estados Unidos. Internamente, o presidente Salinas intensifica o processo de encolhimento do Estado; em termos de política externa, deveria criar condições objetivas *exemplares* para que os Estados Unidos impusessem ao restante da América Latina a Associação de Livre Comércio das Américas - ALCA. Internamente, intensificou o processo de enxugamento do Estado.

Em seu "A Trajetória Contemporânea do México", Werner Altmann - escrevendo em 1992 - pondera que

"(...) uma pergunta que se impõe, de imediato, diz respeito à possibilidade mexicana de inserção, se não igualitária, pelos menos não subalterna, neste bloco econômico [o NAFTA].

²²⁷ "Para atrair os investimentos estrangeiros, todas as terras, inclusive as indígenas, deveriam ser transformadas em mercadoria, eliminando assim qualquer entrave legal à mais ampla e selvagem exploração do solo. No caso do estado de Chiapas, o capital tinha uma razão a mais para apressar este processo: ao pesquisar novos poços de petróleo, os Estados Unidos haviam descoberto abundantes jazidas de urânio na região. Diante das novas possibilidades de lucro... índios e camponeses não passavam de um empecilho." (Gennari, 1998) A nova legislação, assim, "cerró la posibilidad de futuros repartos agrarios; legalizó la privatización de las tierras ejidales y comunales, que en adelante podrán venderse, comprarse o usarse como garantía de créditos; y facilitó la compra en bloque de parcelas, tierras y bosques por empresas privadas de accionistas. (...) Además, facilita a los caciques locales y ejidales estrechar alianzas con las empresas y avanzar en la compra de tierras a su vecinos más pobres, con el consiguiente ahondamiento de las divisiones dentro de las comunidades." (Gilly, 1998). Para uma análise detalhada do processo de desmonte dos *ejidos*, ver Davis, Benjamin. Las políticas de ajuste de los ejidatarios frente a la reforma neoliberal en México. Revista de la Cepal, nº 72, diciembre 2000, p. 99-119. Davis sublinha que "El meollo de las reformas del sector agrícola fue la reforma del artículo 17 de la Constitución, dictada en 1992, que formalmente ponía término al proceso de reforma agraria en México. Esta reforma disponía un proceso legal, denominado Procede, en virtud del cual se delimitan derechos territoriales dentro del ejido y se emiten títulos de dominio, de modo que los ejidos, siempre que sus asambleas los autoricen, pueden privatizar las parcelas o, con el tiempo, alquilarlas o venderlas. El objetivo declarado de las reformas era fomentar un sector agrícola modernizado y eficiente. Se esperaba que los agricultores incapaces de competir abandonarían la producción agrícola." Obra citada, p. 103.

²²⁸ "O período de Salinas (bem como o de Zedillo) é o da privatização *dura*, representada pelas maiores empresas, mais complexas, estratégicas e de maiores dificuldades políticas, como as de infra-estrutura, bancos, siderurgia, petroquímica básica, telecomunicações (...), transportes, estradas, eletricidade (...), gás natural, portos e aeroportos." Cano, obra citada, p. 435. Observe-se que ainda em 1991 - muito cedo, portanto, em relação ao Brasil e mesmo à Argentina, o número de estatais caiu de 1.155 para apenas 124. A esse respeito, ver Gimenes, Régio Marco Toesca. O programa de estabilização econômica do México: uma proposta para a América Latina. Akrópoles, nº 2, abril-junho, 1993.

Para os EUA, o México oferece um enorme mercado potencial (1/3 da população norte-americana), o que significa consumidores e mão-de-obra, além de suas enormes reservas petrolíferas. Para o México será, certamente, importante verificar os custos e benefícios desta integração. Neste particular, é de fundamental importância verificar, igualmente, a quem, e a que grupos, internamente no México, interessará tal integração, ou melhor, quem dentro do México se beneficiará mais ou menos com este processo. (...) Vê-se, então, desde logo, que para o México, ao contrário dos Estados Unidos, esta é uma questão vital." (Altmann, 1992, p. 85).

Em 1993, o México ingressa no Nafta e atrai centenas de maquiladoras²²⁹, montadoras americanas, principalmente de eletroeletrônicos, que cruzam a fronteira em busca de mão-de-obra barata e subsídios mais altos.

O início da administração de Ernesto Zedillo (1994-2000), marcado pela crise cambial que redundaria em uma desvalorização da moeda mexicana de 120% entre dezembro de 1994 e março de 1995, e ao retorno de altos índices de inflação, deu-se em um quadro de grande instabilidade macroeconômica. Em meio a essa conjuntura, e nos marcos do auxílio financeiro por parte dos Estados Unidos - temeroso de uma crise mundial de liquidez - para a superação da crise, o governo aprofundou as políticas de restrição de crédito e fiscal, e prosseguiu com o ajuste estrutural da economia, incluindo a desregulamentação e a privatização do setor de transportes, um dos poucos segmentos estatais ainda intocados.

Em 1999, a análise de Wilson Cano permite verificar que "as condições do comércio com os EUA não trouxeram os esperados benefícios: foram mantidas ou

²²⁹ "É sabido que o aumento dos manufaturados mexicanos está associado em grande parte às indústrias maquiladoras (cerca de 45% das exportações, segundo a Organização Mundial do Comércio). O número de maquiladoras cresceu de 620 para 3.717, entre 1980 e 2000. Após a entrada no Nafta, o aumento foi de 80%." Valls, Lia. Ligações perigosas - Dependência da economia americana é o maior problema do México. Rio de Janeiro, Conjuntura Econômica, Revista da Fundação Getúlio Vargas, julho de 2001.

criadas regulamentações (...) que restringem as vendas de vários produtos mexicanos (...)²³⁰."

Com um crescimento do Produto Interno Bruto considerado baixo - 2,2% ao ano na década de 1990 - e com indicadores sociais muito parecidos com aqueles apresentados pelos países latino-americanos de um modo geral,

"[O México tem mostrado efeitos de] desnacionalização, com tomada das decisões mais importantes sobre investimentos, produção e comércio, pelas empresas transnacionais; expansão de importações de insumos e máquinas pelos setores líderes exportadores; quebra ou baixo grau de inserção externa das pequenas e médias empresas e reduzido número delas inseridas nas novas linhas de montagem terceirizadas. No caso da automotriz mexicana, seu índice de nacionalização era de 60%, e com a abertura do NAFTA passou a 34% em 1995-98, cairá para 29% até 2003 e para zero em 2004." (Cano, 1999, p. 450-451).

A vitória nas eleições de 2000 de Vicente Fox (do Partido da Ação Nacional, considerado de centro-direita) e o fim do regime do PRI (Partido Revolucionário Institucional, que estava no poder há 71 anos) não deve trazer qualquer mudança em termos de orientação econômica para o México. "Fox proclama sua vontade de reforçar os laços com os grandes vizinhos do norte"²³¹, e, de resto, "não há mais grandes reformas a serem feitas, a não ser a privatização do setor do petróleo, mas esse é um problema politicamente delicado."²³²

²³⁰ Obra citada, p. 449. Cabe anotar - para efeito das expectativas que se pudesse vir a ter acerca do NAFTA -, que os blocos econômicos classificam-se em Zona de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum e União Econômica e Monetária. Na Zona de Livre Comércio - caso em questão - há tão somente a redução ou a eliminação das taxas alfandegárias que incidem sobre a troca de mercadorias dentro do bloco. Não garante a livre circulação de pessoas, serviços e capitais, como o Mercado Comum (caso da União Européia antes da adoção do Euro, a moeda única; agora, trata-se de uma União Econômica e Monetária).

²³¹ Touraine, Alain. As vias abertas da América Latina. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 de novembro de 2000. Caderno Mais!, p. 17.

Para Wilson Cano, as perspectivas para o futuro do México não são boas. Os problemas se resumiriam em três pontos básicos, e a reversão da situação - para um futuro promissor, com crescimento econômico, aumento do emprego e justiça social - teria de passar necessariamente e em primeiro lugar, pela reconstrução da soberania nacional perdida em um processo que iniciou ainda na década de 1980 e que avançou rápida e profundamente nos anos 90. Uma primeira questão é a do petróleo. De "um ponto fundamental em torno do qual se poderia barganhar"²³³, passa a um peso relativo na economia mexicana crescentemente diminuído. Além de pairar sobre o setor do petróleo a sombra da privatização- dentro de uma lógica liberal exercida praticamente sem freios durante dez anos -, os grandes investimentos feitos em outros lugares do mundo, como Venezuela e Rússia tendem a aumentar a oferta mundial, "gerando com isso um panorama de continuidade de preços deprimidos."²³⁴

Em segundo lugar, o México estaria cada vez mais atrelado à dinâmica de crescimento da economia norte-americana, o que condicionaria negativamente os determinantes macroeconômicos principais, assim como os da distribuição da renda e do emprego.

E, por fim, uma terceira formulação - esta estrutural e inteiramente afinada com o sentido das transformações mundiais ocorridas nos últimos anos (o grifo é nosso):

"O terceiro ponto decorre de que o modelo de reestruturação produtiva *adotado* implica, num primeiro momento, em desestruturar partes das cadeias produtivas, eliminando empresas ou mesmo linhas de produção. Num momento seguinte, a reestruturação feita sob o comando do capital internacional substitui, com importações crescentes, o que antes era fornecido pela produção interna. Entretanto, [temos

²³² Em entrevista dada por Adrián Garza, professor de Problemas Sociais do México na Universidade Autônoma do México (UNAM), ao Jornal Folha de São Paulo (02 de julho de 2000, Caderno Mundo, p. A18).

²³³ Altmann, Werner. Obra citada, p. 85.

²³⁴ Cano, Wilson. Obra citada, p. 453.

a] insustentabilidade dos crescentes déficits comerciais e de contas correntes externas, que lançam o país a uma crise cambial profunda. Se as circunstâncias internas (...) ou externas (...) impedirem a continuidade do modelo, interrompendo aquelas importações, **não é mais possível substituí-las por produção interna, tanto porque esta não mais existe, quanto porque a nova estrutura produtiva não está mais tecnicamente vinculada com aquela produção.**" (Cano, p. 453-454).

Sendo o caso do México paradigmático para a inserção de países não desenvolvidos mas relativamente industrializados na ordem econômica internacional - como de resto o são Brasil e Argentina (esta havendo aprofundado ainda mais o processo de desnacionalização da economia, que encontra-se *dolarizada*), temos que "os caminhos tendenciais da América Latina neste final de século revelam um refluxo conservador que se sobrepõe à base de mobilizações e de lutas populares. (...) Frente à integração colonizada imposta, a reação necessária é a da integração, da autonomia, da independência, e, agora, mais do que nunca, do conhecimento da realidade própria, do estabelecimento dos caminhos próprios, da democracia plena, enfim."²³⁵

Trata-se de fato de um outro paradigma, dentro do qual observa-se uma nova estratégia de desenvolvimento cuja coerência interna está na conjugação dos elementos *abertura comercial e financeira* e *absorção de recursos externos*, os quais constituíram a base das reformas brasileira, argentina e mexicana. Não era desconhecida, ainda na década de 1970, a direção a ser seguida uma vez que se desejasse superar o esgotamento do modelo de substituição de importações, e encaminhar um padrão de desenvolvimento que não significasse um seu abandono: a formulação de uma política econômica que (1) criasse elementos e instituições de mobilização da poupança doméstica, particularmente para suportar o financiamento de longo prazo; (2) reestruturasse e modernizasse a grande empresa de capital nacional e

²³⁵ Altmann, Werner. Obra citada, p. 21-22.

suas relações com o Estado; e (3) constituísse um núcleo endógeno de inovação tecnológica²³⁶. Optou-se, entretanto, diante da significação e do peso histórico da inflexão de 1989, por um caminho construído a partir do traçado do que propugnava o Consenso de Washington - sendo que as diferenças, de país para país, no que se refere ao ritmo e ao alcance das reformas, devem-se muito mais a injunções internas e à própria maior ou menor segurança dos fundamentos do nacional-desenvolvimentismo da etapa anterior.

A própria linguagem utilizada em cada paradigma permite poucas zonas de intersecção: aquilo que as tradições estruturalista ou cepalina, e mesmo a tradição marxista, denunciam como abjeta subordinação - a aplicação em toda a linha das reformas preconizadas pelo Consenso de Washington -, o liberalismo hegemônico entende como simples bom senso.

Assim, não apenas Brasil, Argentina e México, mas o conjunto dos países latino-americanos estaria, hoje, confrontado com questões realmente de fundo, as quais não apenas constituem óbice para a recuperação de uma política econômica decidida *desde dentro*, como aparentemente trazem em si - fruto de uma dialética às avessas - a própria *impossibilidade* de sua superação. Wilson Cano²³⁷ aponta os principais problemas e suas características:

- *A sustentabilidade do modelo*, uma vez que este encontra-se calcado nos fluxos de capital internacional - o que é fator de não autonomia e de perpetuação da situação de dependência -, é uma incerteza. Nada está a garantir a continuidade de sua entrada ou um seu eventual crescimento. Ao contrário: qualquer ocorrência financeira negativa, em qualquer lugar de um mundo já completamente integrado, pode sustar o processo... sobre o qual as economias nacionais estão assentadas.

²³⁶ Belluzzo, Luiz Gonzaga. Indústria e finança. Folha de São Paulo, São Paulo, 04 de abril de 1999. Caderno Dinheiro, p. 2.

²³⁷ Obra citada, p. 64-75

Os dados colhidos permitem ao autor a conclusão de que, mesmo quando os referidos capitais apresentam menos volatilidade, a retomada do crescimento econômico - seqüência "natural" da fase de estabilização monetária e saneamento fiscal, segundo o receituário liberal - exige um aporte cada vez maior dos mesmos, o que aumenta o endividamento externo e agrava o estado das demais variáveis econômicas a ele vinculadas. De outro lado, a fuga de capitais deixa atrás de si um rastro de desequilíbrio cambial, desaceleração ou recessão da economia e a conseqüente quebra de empresas e bancos. Resta evidente o pouco espaço para uma atuação autônoma em termos de política econômica;

- Quando há crescimento econômico, este mostra-se débil ou sem solução de continuidade. O caso da Argentina é paradigmático: bom crescimento entre 1991 e 1994, forte recessão em 1995, crescimento modesto em 1996 e 1998, alto em 1997²³⁸;
- As políticas de estabilização, rápida mas apenas temporariamente exitosas, teriam criado inúmeros problemas, entre os quais está o de que, para estimular a entrada de fluxos cada vez maiores de capital estrangeiro, os juros foram desmedidamente elevados, causando (novamente) aumento da dívida externa, dos juros sobre o balanço de pagamento e sobre as contas públicas, e ampliação crescente da dívida externa. Tais efeitos, aos quais deve-se acrescentar as privatizações e a especulação, teria acelerado o aumento e a concentração da riqueza de tipo financeiro, desencadeando pressões crescentes por outros e maiores mecanismos de valorização do capital;

²³⁸ Sabemos hoje que, após 1998, a Argentina vem passando por gravíssima recessão econômica, acompanhada, após dezembro de 2001, de profunda crise política e institucional. São as vicissitudes da História do Tempo Presente...

Advertindo para o fato de que a continuidade das reformas ora (e ainda) em marcha conduzirão os Estados nacionais latino-americanos a níveis ainda menores de capacidade de intervenção na economia, o autor indaga:

"Que pensar do futuro destes países? Ele é incerto, mas penso que o agravamento desse processo forçará os rumos de sua superação, que somente poderá ser buscada com a restauração da soberania nacional, hoje entregue ao imperialismo. A crise social atinge hoje níveis inusitados e se estende por todos os países. A classe média alta e as elites gozam as delícias das importações e das viagens internacionais baratas, mas são incapazes de atinar para o fato simples que decorre do aumento do desemprego, que é o aumento da contravenção e do crime, que inclusive se volta contra elas. Os conservadores apelam para paliativos antigos e novos, seja a construção de mais cadeias (...), seja em modificações sutis no abrandamento das penas ou na mudança de suas formas, pois já não há dinheiro público para construir e manter mais cadeias, hoje hiperlotadas." (Cano, p. 75).

2. "O Brasil na vanguarda de um processo histórico de escala inédita": o caso de Fernando Collor de Mello²³⁹

O passado recente que informa o discurso presidencial no pós-1989 possui, em Brasil, Argentina e México, um elemento econômico em comum - como o havia sido, no pós-1929, o da necessidade de superação da economia primário-exportadora. É o tema da inflação, e, exceto no caso mexicano, o da consolidação de de uma institucionalidade democrática após o fim dos regimes militares (1964-1984/85, no Brasil, e 1976-1983, na Argentina). Isto é o que permite a Fernando Collor de Mello intitular seu discurso "Projeto de Reconstrução Nacional"²⁴⁰, e também o que explica o tom elogioso para com a Constituição e *os outros poderes da República* com que dá início ao mesmo - e que permeará todo o texto. Verdadeira eglia à democracia, as primeiras palavras do discurso visam, certamente, a atender às expectativas nacionais relacionadas ao primeiro presidente eleito por voto direto desde 1961.

O que justifica o termo *reconstrução*, entretanto, diz respeito à inflação, à *reforma do Estado* e à *modernização econômica*, bem como à *posição do Brasil no mundo contemporâneo*²⁴¹. A ordenação argumentativa imprimida ao discurso autoriza que venhamos a concluir estarem o problema da inflação, a reforma do Estado e a modernização econômica *subordinados* à "posição do Brasil no mundo contemporâneo", quer dizer: aqueles movimentos - eliminação da inflação, reforma e

²³⁹ "Discurso Pronunciado por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor, Presidente da República Federativa do Brasil, na Cerimônia de Posse no Congresso Nacional. Brasília, 15 de março de 1990". <http://www.collor.com/pres90.htm>, "Discursos durante a presidência".

²⁴⁰ Na Terceira Parte desta dissertação, veremos que a palavra "reconstrução" possui um sentido especialíssimo.

²⁴¹ Estes são os pontos verdadeiramente essenciais do discurso de Collor, uma vez que os demais - *democracia* e *cidadania*; *preocupação ecológica*; e *o desafio da dívida social* - aparecem como por demais vagos, prestando-se a francas generalizações, assemelhando-se assim a expediente bastante encontrado em discursos políticos de natureza e responsabilidades diversas. É verdade que tal característica - não fosse a preocupação central com os termos escolhidos - poderia constituir ela mesma objeto de análise e interpretação.

modernização - são condição fundamental para que o Brasil esteja melhor posicionado no concerto das nações, em um mundo em plena mudança. O nexos buscado por Collor entre o elogio feito à democracia e as novas questões introduzidas, é o de que haveria uma coincidência curiosa, surpreendente e carregada de bons auspícios, no fato de o Brasil estar "reatando sua melhor tradição de direito, liberdade e justiça" no exato instante - virada da década de 1980 para a de 1990²⁴² - em que o mundo inicia uma

"(...) era de democratização, um tempo em que um a um vão ruindo os autoritarismos; em que por toda parte vão assomando as liberdades. O Brasil, uma das maiores democracias do mundo, não pode senão figurar à frente desse movimento universal de libertação da humanidade e de generalização da inestimável prática do autogoverno, do estado de direito e da estrita observância dos direitos humanos. (...) Assistimos ao triunfo da idéia republicana em pleno ocaso da política de tipo messiânico. Não se pretende mais salvar o homem pela política, nem alcançar a miragem de paraísos sociais pela hipertrofia voluntarista das funções do Estado. O socialismo como visão utópica bate em retirada."

É preciso, entretanto, eliminar a inflação da economia brasileira para fortalecer a nação²⁴³. Uma vez que a nação nada mais é que "o coletivo da cidadania, e que esta constitui o direito do indivíduo na convivência republicana", temos que, com inflação, resta diminuído, enfraquecido o cidadão, e portanto a república... e portanto a nação. "A virtude republicana, o espírito de cidadania, pressupõem determinado clima moral. Requerem determinado capital de confiança e de estabilidade. Essa confiança, essa estabilidade, inexistem na atmosfera de inflação crônica em que o Brasil vive há anos". Afirmando o propósito imediato, primeiro, inadiável de liquidar a inflação - essa resultante histórica "**de nossa velha indulgência com a fúria emissionista e o déficit público**"²⁴⁴ -, Collor anuncia que a estabilização monetária e financeira será "prioridade

²⁴² Referência velada mas óbvia à queda do Muro de Berlim e à atmosfera que a ela se seguiu, em um ambiente de início da dissolução da União Soviética - consumada em 1991 - e dos regimes comunistas da leste europeu.

²⁴³ Vemos que a relação entre *economia* e *nação* permanece - mais explícita que nunca - no pós-1989.

²⁴⁴ Grifo nosso.

absoluta de todos os primeiros passos deste governo. A guerra contra a inflação será uma luta incondicional, porque, justamente, se trata de um combate condicionante de tudo o mais" - e sobretudo da retomada dos investimentos -, e porque tem um significado histórico que justificaria qualquer governo e qualquer presidência.

Uma vez liquidada a inflação, passar-se-ia à próxima tarefa, qual seja, a de sanear as finanças do Estado.

"É imperativo equilibrar o orçamento federal, o que supõe reduzir drasticamente os gastos públicos. Para atingir o equilíbrio orçamentário, é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita. Mas isso não basta. É preciso, sobretudo, acabar com a concessão de benefícios, com a definição de privilégios que, independente de seu mérito, são incompatíveis com a receita do Estado. No momento em que lograrmos esse equilíbrio - o que ocorrerá com certeza - teremos dado um passo gigantesco na luta contra a inflação, dispensando o frenesi das emissões e controlando o lançamento de títulos da dívida pública."

Tais medidas, entretanto, não têm um fim em si, mas possuem como premissa maior uma "estratégia global de reforma do Estado, uma vez que este não somente comprometeu suas atribuições, **mas perdeu também sua utilidade histórica como investidor complementar**"²⁴⁵. Além disso, o Estado, por seu comportamento "errático e perverso, passou a inibir o investimento nacional **e estrangeiro**"²⁴⁶. É preciso, portanto, que seja promovida uma redefinição urgente do papel do aparelho estatal.

"Meu pensamento, neste ponto, é muito simples. Creio que compete primordialmente à livre-iniciativa - não ao Estado - criar riqueza e dinamizar a economia. Ao Estado corresponde planejar sem qualquer dirigismo o desenvolvimento (...). Entendo assim o Estado não como produtor, mas como promotor do bem-estar coletivo. Daí a convicção de que a economia de mercado é forma

²⁴⁵ Grifo nosso.

²⁴⁶ Idem.

comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado."

Temos então, como próximo passo lógico e conteúdo mesmo da intenção de modernização econômica, a proposição do binômio *privatização e abertura* - "a esperança de completar a liberdade política, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica. A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica" - portanto, "abertura em um sentido amplo -, o que incentiva a economia de mercado". Para Collor, até então o Brasil havia errado socialmente porque "procurava enfrentar a pobreza com políticas distributivistas irresponsáveis, baseadas num populismo primário, incapaz de reconhecer o verdadeiro bem-estar coletivo". Afirmando-se um "democrata moderno", e não um "demagogo populista" - e por isso, deduz-se, um verdadeiro conhecedor de o que seja o "verdadeiro bem-estar coletivo" - Collor declara que, para fazer desenvolver-se o país, "impõe-se primeira a estabilização financeira para que o Investimento volte a irrigar nosso aparelho produtivo".

Havendo findado a Guerra Fria, e portanto toda uma fase na história das relações internacionais, caem no mundo inteiro as "estruturas dirigistas"²⁴⁷.

"Diante dessas transformações que aceleram o tempo histórico, é preciso buscar fórmulas novas de inserção do país no mundo. A riqueza e a complexidade do momento não são motivo para timidez e recuo; ao contrário, requerem sensibilidade nova, propostas de ação que sejam claras, que tornem a política externa sintonizada com os objetivos de reconstrução nacional."

Em um mundo extremamente dinâmico, aumentam os riscos de cair-se em uma situação de "confinamento e marginalização" - daí a necessidade de dar ao projeto de reconstrução a máxima clareza possível, "abdicando do discurso estéril e

²⁴⁷ Note-se que Collor, retomando o tema da realidade mundial, passa de *socialismo*, em particular, a *estruturas dirigistas*, termo imensamente mais genérico.

irrealista do pseudo-nacionalismo que induz ao isolamento, da desconfiança, da ilusão míope de autosuficiência".

A "disposição de abertura", associada ao fim da inflação, deverá "garantir a quantos desejem investir no Brasil um padrão de estabilidade e confiança". Afinal, "país de posse de um parque industrial já completo e integrado, pode o Brasil marchar tranqüilo para a experiência de abertura de sua economia". Um tal programa deverá assegurar que os anos 1990 não apenas restaurem mas acentuem a trajetória de crescimento da economia brasileira, posto que irá "desentravar as energias econômicas do nosso país", limpando o terreno para que o mercado possa atuar livremente, promovendo o desenvolvimento e o crescimento econômico e social, desde as bases recriadas pelo governo.

Uma vez que as causas do apequenamento da cidadania no Brasil - e portanto da república e da nação, como vimos -, estão relacionadas à baixa auto-estima decorrente da inflação crônica, temos que o objetivo profundo, bem como o resultado necessário de tais reformas, será o pleno resgate da cidadania, da república, e da própria nação.

3. "A Revolução de 30 acabou; a Era Vargas está esgotada": o caso de Fernando Henrique Cardoso²⁴⁸

Fernando Henrique Cardoso abre seu discurso de posse afirmando uma idéia que está ligada à de fim das ideologias - idéia, esta, que não pode deixar de ser associada à de fim da História, divulgada por Francis Fukuyama em "O fim da história e o último homem"²⁴⁹ e paradigmática do *estado de coisas* fundado em 1989.

"Os exemplos de espírito público que tive a felicidade de colher [no Senado Federal] foram tantos, e de tantos lados, que só fizeram fortalecer em mim a certeza de que a devoção à busca do bem comum não é monopólio de ninguém; não conhece fronteiras de partidos, nem de ideologias, nem de interesses regionais ou de classe. Exige apenas generosidade para pensar no que é melhor para o País como um todo, e discernimento para julgar o que é melhor²⁵⁰. Discernimento que provém muito mais da experiência no trato da coisa pública do que de qualquer saber teórico." (1994)

²⁴⁸ "Discurso de despedida do Senado Federal - Filosofia e Diretrizes de Governo. Presidência da República, Governo Fernando Henrique Cardoso. 14 de dezembro de 1994"; "Discurso de posse Presidência da República, Governo Fernando Henrique Cardoso. 1º de janeiro de 1995"; "Pronunciamento do Presidente da República. Posse no Congresso Nacional. 1º de janeiro de 1999." Os documentos encontram-se no *site* da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, <http://www.scs.df.gov.br/>. Evitamos a utilização bibliográfica de trabalhos do próprio Fernando Henrique Cardoso, uma vez que, caso o fizéssemos, teríamos de contemplar também a obra intelectual - existente - de todos os demais presidentes. É evidente, contudo, que esse critério não invalidaria a ocorrência de citações pertinentes, se as tivéssemos encontrado para o contexto deste trabalho. Esse não foi o caso, entretanto. Para uma visão do trabalho intelectual de Cardoso em articulação com a tradição sociológica brasileira, ver Reis, José Carlos. *As identidades do Brasil - De Varnhagen a FHC*. São Paulo: Editora da Fundação FGV, 2000. Para uma análise de sua campanha eleitoral, ver Suassuna, Luciano, e Novaes, Luiz Antônio. *Como Fernando Henrique foi eleito presidente*. São Paulo: Editora Contexto, 1994.

²⁴⁹ Ver nota de número 190.

²⁵⁰ Cardoso, no discurso de posse do primeiro mandato, lembra Joaquim Nabuco, que em sua causa abolicionista manifestava-se somente "em favor da liberdade dos escravos e em favor do Brasil. Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a Nação. Quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos".

Cardoso inicia, assim, com uma formulação geradora de paradoxos, e paradoxal ela mesma. Se a finalidade última da política - a promoção do bem comum - independe de qualquer coisa que não qualidades como a generosidade e o discernimento para julgar, temos que aquela finalidade... prescinde da própria política, estando variáveis como *diferenças ("fronteiras") partidárias, ideologias, interesses regionais* e mesmo *classes* relegadas a domínios outros que não o da promoção do bem comum. O paradoxo está, também, em que a vasta complexidade do fazer político contemporâneo é reduzido a algo do tipo "*tenhamos boa vontade, e o resto virá naturalmente*"²⁵¹. De todo modo, Cardoso lamenta que "até com algum atraso o colapso das fronteiras ideológicas no mundo repercute na política doméstica, arrefecendo os ímpetos sectários à esquerda e à direita".

Diante desse cenário acéptico, livre de velharias como fronteiras partidárias e ideologias, celebra-se - como o faz Collor - o fim da transição democrática, lamenta-se "*deficiências conhecidas*"²⁵² da carta constitucional²⁵³, e anuncia-se "a retomada das reformas estruturais que o País demanda"²⁵⁴. Antes dessa retomada, entretanto, é preciso fazer algo que em Collor está apenas subentendido: é preciso anunciar, com todas as letras, o fim da Era Vargas.

²⁵¹ Hipótese perfeitamente defensável é a de que esteja a simplificação menos em Cardoso e mais no próprio objeto, quer dizer: será o próprio universo político pós-1989 não tão complexo assim? Não estaria caracterizado, esse universo, por uma complexidade apenas aparente? É por este caminho que seguem, por exemplo, obras como as de Agustín Cueva, ao referirem-se a uma "direitização do mundo". (ver nota de número 1).

²⁵² 1994.

²⁵³ Contumazes críticos da Constituição de 1988 sempre foram os liberais ortodoxos, como Roberto Campos. Não é razoável afirmar, somente a partir das mencionadas "conhecidas deficiências", que o pensamento de Cardoso aproxime-se do de Campos neste particular. Entretanto, a contextualização feita por Cardoso, pondo lado a lado Constituição e reformas estruturais, aproxima-os, sim. "As 'reformas' que o Congresso está votando não são mais que o desfazimento da 'contra-reforma' utópica e social da Carta Magna de 1988, intervencionista no econômico e híbrida no político." Campos Roberto. *A Constituição libertada*. Revista Veja, 02 de dezembro de 1998, p. 26.

²⁵⁴ A passagem é interessante, pois liga Cardoso a Collor. O presidente refere-se ao fato de Itamar Franco (vice-presidente de Collor que assumiu o governo após o afastamento daquele e antecedeu a Cardoso) haver *estendido uma ponte* para a retomada das reformas estruturais. Ora, uma ponte é a ligação entre dois pontos, dando um intervalo de espaço (aqui, em termos metafóricos, um *intervalo de tempo*). Os pontos são... Collor e Cardoso.

"Acontece que o caminho para o futuro desejado ainda passa, a meu ver, por um acerto de contas com o passado. (...) Resta um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade²⁵⁵. **Refiro-me ao legado da Era Vargas - ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista**".(1994)²⁵⁶

Cardoso entende necessário superar o modelo varguista de Estado em razão de que, sobretudo desde a década de 1980, "a manutenção dos padrões de protecionismo e intervencionismo estatal [observados naquele modelo] sufocava a concorrência necessária à eficiência econômica e distanciava cada vez mais o Brasil do fluxo das inovações tecnológicas e gerenciais que revolucionavam a economia mundial"²⁵⁷.

A contrário de Collor, para quem os valores associados ao Estado que deseja reformar são ruins *em si mesmos* - o que o aproxima sobremaneira da ortodoxia liberal, que prefere sempre reportar-se a teses, em prejuízo das realidades econômicas e políticas -, Cardoso põe a Era Vargas sob perspectiva histórica²⁵⁸, reconhecendo o papel que desempenhou, havendo *à sua época* assegurado o progresso e a industrialização brasileira. O que para Collor é intrinsecamente mau, para Cardoso somente perdeu relevância histórica. As inovações tecnológicas e gerenciais citadas, associados a um *novo ciclo de desenvolvimento* desencadeado ainda na década de 1970, tornariam inevitável a formulação de uma agenda de reformas. A realidade do pós-1989 teria apenas acentuado o processo²⁵⁹.

²⁵⁵ Com sentido em tudo semelhante, o presidente norte-americano Ronald Reagan, em seu discurso de posse em 1980, declarou *estar encerrada a Era Roosevelt*.

²⁵⁶ Grifo nosso.

²⁵⁷ 1994.

²⁵⁸ Sendo também verdade, após esse "dar nome aos bois", passa a referir-se ao "velho modelo" em termos tão genéricos - e sempre depreciativos - quanto aos de Collor. Assim, "Era Vargas" passa a ser sinônimo de clientelismo, corporativismo, corrupção e termos do mesmo jaez.

²⁵⁹ Caso único dos discursos do pós-1989, Cardoso faz referência indireta à Terceira Revolução Industrial, ao mencionar - em termo que se tornou célebre - os *inempregáveis da indústria*.

No discurso de posse de seu primeiro mandato, entretanto, Cardoso empreende um breve e pontual balanço da história do Brasil desde a Independência, mencionando, em uma cronologia rigorosa, o Abolicionismo, o Tenentismo, o governo Juscelino Kubitschek, os "anos sombrios" do regime militar, e a década de 1980. Vê-se aí (vale o oxímoro) a presença tremenda da ausência do período que compreende os anos de 1930 a 1955...

As dessemelhanças em relação ao discurso de Collor, porém, cessam aí. O mundo mudou, e "não podemos, por mero saudosismo, dar as costas à história"²⁶⁰. Dizendo ser ele mesmo "não o messias que se imagina portador de alguma missão inédita"²⁶¹, mas instrumento de uma agenda de reformas"²⁶², Cardoso inicia a exposição dos motivos justificadores dessa agenda pelo tema da inflação,

"(...) esse mal que exauria a sociedade, minava a confiança nas instituições e bloqueava a retomada do desenvolvimento. (...) Portanto, o primeiro ponto é a continuidade e aprofundamento do processo de estabilização econômica - não como um fim em si mesmo, mas como condição para o crescimento sustentado da economia e para o resgate da dívida social." (1994)

Ainda a exemplo do que ocorre em Collor, passa-se do tema da inflação e da estabilidade da moeda ao da disciplina fiscal, uma vez que

"(...)a agenda da modernização nada tem em comum com um desenvolvimentismo à moda antiga, baseado na pesada intervenção estatal, seja através da despesa, seja através dos regulamentos cartoriais, e que a retomada dos investimentos tem como seus pilares a confiança na estabilidade econômica do país." (1994)

²⁶⁰ 1994.

²⁶¹ Vale anotar que estamos em 1995; mesmo que "messias", não haveria de fato qualquer "ineditismo"...

²⁶² 1994.

A lógica - bem como as semelhanças entre os discursos - é cristalina: "neste ponto a política de estabilização cruza com outro item da agenda para um novo modelo de desenvolvimento. Trata-se de levar adiante a abertura da economia brasileira - incluindo, no que couber - os setores financeiro e de serviços - e sua integração ao mercado mundial"²⁶³.

O ambiente das reformas redundava no reconhecimento da pertinência do estabelecimento de uma nova relação do Estado com o mercado.

"No ciclo de desenvolvimento que se inaugura, **o eixo dinâmico da atividade produtiva passa decididamente do setor estatal para o setor privado**²⁶⁴. (...) O Estado produtor direto passa para segundo plano²⁶⁵. Entra o Estado regulador, (...) no sentido de criar o marco institucional que assegure plena eficácia ao sistema de preços relativos, incentivando assim os investimentos privados na atividade produtiva." (1994)

Essa idéia, por sua vez, leva a que se proceda a uma

"(...) revisão nas regras relativas aos mercados de trabalho e de capitais, posto que a abertura da economia implica a eliminação de restrições anacrônicas ao investimento estrangeiro, e requer regras claras sobre a movimentação de capitais do exterior e para o exterior. (...) **A remoção destes entulhos do velho modelo aumentará enormemente a eficiência global da economia brasileira**²⁶⁶. Introduz-se, então, a questão das privatizações, as quais devem ser aceleradas e ampliadas. (...) O Brasil tem pressa, e nós, seus mandatários, temos prazo. (...) Mesmo reconhecendo as dificuldades, penso que não deveríamos restringir de antemão a pauta das discussões. É preferível ser ambicioso no ponto de partida." (1994)

²⁶³ 1994. "Exportar para importar: esta é a regra que deve presidir ao novo ciclo de crescimento. Importar equipamentos e insumos (...). Importar bens de consumo, sim."

²⁶⁴ Grifo nosso.

²⁶⁵ Idem

²⁶⁶ Idem

O que temos, com Collor e Cardoso, portanto, é nada menos que uma genuína *refundação* do Brasil.

"Rapidamente, no ritmo veloz das comunicações e da abertura da economia brasileira, estamos deixando para trás atitudes xenófobas, que foram mais efeito do que causa do nosso relativo fechamento no passado. Nada disso implica renunciar a uma fração que seja da nossa soberania, nem descuidar dos meios para garanti-la. (...) A realização de um projeto nacional consistente de desenvolvimento deve nos fortalecer crescentemente no cenário internacional. (...) Temos identidade e valores permanentes²⁶⁷. (...) O rumo está certo. Com a estabilidade da economia [a geração a que pertenço] percebeu que recuperamos os instrumentos para edificar um Brasil melhor. (...) Hoje não há especialista sério que preveja para o Brasil outra coisa que um longo período de crescimento." (1999)

Trata-se, como se vê, de novas bases, de um novo rosto, de um novo mundo.

²⁶⁷ 1995. Apenas em Fernando Henrique Cardoso o tema da identidade nacional não aparece ligada a questões de ordem econômica, mas culturais. "Num mundo em que a comunicação é global e instantânea, e ao mesmo tempo os públicos se fragmentam e especializam-se, a identidade cultural torna-se o cimento das nações". (1995).

4. "A Argentina tem que tornar-se o país dos grandes negócios": o caso de Carlos Saúl Menem²⁶⁸

O caso de Carlos Saúl Menem guarda uma importante peculiaridade em relação aos demais: ao menos formalmente, trata-se de um homem do Partido Justicialista, o partido de Juan Perón; trata-se, portanto, de um peronista. Temos, assim, uma situação incomum, como se Fernando Collor de Mello ou Fernando Henrique Cardoso fossem membros históricos do antigo Partido Trabalhista Brasileiro, agremiação que forneceu sustentação política à eleição de Vargas em 1950. A análise e a interpretação dos textos, no entanto - bem como a idéia que orienta o presente trabalho -, em nada fica prejudicada, como se verá²⁶⁹.

Menem abre seu discurso de posse²⁷⁰ de maneira análoga à de Cardoso, dizendo desejar dirigir-se tão somente à Argentina e aos argentinos, sem nenhuma distinção de qualquer natureza. Se terminó el país del "todos contra todos". Comienza

²⁶⁸ Discurso disponível no *site* da Universidade do Texas, em Digital Collection of Mexican and Argentine Presidential Messages - <http://lanic.utexas.edu/project/arl/pm/sample1/index.html>.

²⁶⁹ "Em 1989, Carlos Menem reinstalou novamente o peronismo na Casa Rosada, e as mudanças do movimento se potencializaram até levá-lo a ser quase uma caricatura da velha ideologia. (...) A envergadura das transformações empreendidas pelo governo Menem têm uma magnitude comparável àquela impulsionada pelo mesmo partido cinco décadas atrás. Sem embargo, o sentido das mudanças está nos antípodas do padrão de desenvolvimento assentado no crescimento desde dentro, na centralidade da intervenção estatal e no capitalismo assistido que impulsionou o peronismo dos anos 1940." Fazio, Carlos. *El Peronismo de fin de siglo. Comunicación e Política*, nº 3, setembro-dezembro de 1998. Ainda: "Uma vez no governo, Menem aliou-se aos setores tradicionalmente adversários do peronismo e deu início à implementação de políticas neoliberais contrárias ideologicamente aos pressupostos básicos do peronismo. Esses foram esquecidos já a partir dos três meses que durou o período entre o dia da eleição e a posse." Blanco, Fernando Luis. *Uma reflexão sobre o neoliberalismo na Argentina. Folha da História*, Porto Alegre, abril de 1998.

²⁷⁰ Carlos Saúl Menem assumiu o governo antes da data prevista. Ver nota de número 219. "O discurso não é em si 'um discurso' único fundamentado em um fio condutor ideológico, ou em uma doutrina peronista, ou ainda um discurso explicativo de um modelo de país concreto. A estrutura do discurso menemista tem uma forma similar a uma pirâmide, onde no vértice superior há duas ou três idéias-força muito gerais e abstratas." Vitelli, Rossana. *El Menemismo y la revolucion neoconservadora*. <http://www.rau.edu.uy/fcs/soc/Revista.vitelli.htm>. Montevideu, 2000.

el país del "todos junto a todos". (...) Se a Argentina não está onde deveria estar, não é por culpa do país, por responsabilidade dos argentinos. De nossas divisões, de nossos lastros históricos²⁷¹, **de nossos prejuízos ideológicos**²⁷², de nossos sectarismos". Assim, Governo, Argentina e argentinos serão "artífices de uma mudança profunda e de uma transformação positiva". Trazendo o tom mais marcadamente emocional de todos os discursos analisados, Menem utiliza-se de poucos parágrafos para introduzir o tema da inflação, que - "não há outra maneira de dizer" - transformou a Argentina em "um país roto, quebrado, devastado, destruído, arrasado"²⁷³. (...) A inflação chega a limites aterrorizantes. A cultura da especulação devora nosso trabalho".

No entanto, a crise não deve constituir uma desculpa; deve, isto sim, ser encarada como uma oportunidade, como um desafio. "Es la hora de eliminar lo caduco y dar bienvenida a lo que nace". Afirmando crer na soberania política e na independência econômica, Menem declara não crer menos *nas* "imprescindíveis atualizações e no enriquecimento de idéias novas e de iniciativas criadoras". Assim, "resulta inadiável encarar uma série de medidas firmes e decididas, que ponham fim à era da especulação na República". Deve-se, entretanto, entender bem: para que a Argentina "avance no rumo certo, a primeira e fundamental batalha que deverá ser ganha é a batalha contra a inflação". Somente então - uma vez vencida a inflação - virão as reformas de fundo que o país reclama, inaugurando uma nova fase em que "seremos generosos e amplos para convocar o capital estrangeiro e o nacional". Antes, porém - alguém imaginaria diferente? - "vamos a ser inflexibles con el delito de evasión fiscal. Cueste lo que cueste".

Como o verdadeiro nacionalismo, para Menem, só pode ser o nacionalismo do crescimento, da riqueza e da produção - e aqui voltamos a ter uma

²⁷¹ "Eu quero ser o presidente da Argentina de Rosas e de Sarmiento, de Mitre e de Facundo, de Angel Vicente Peñalosa e Juan Bautista Alberdi, de Pellegrini e de Irigoyen, **de Perón** e de Balbín." Grifo nosso.

²⁷² Grifo nosso. Perceba-se a semelhança com o caso de Fernando Henrique Cardoso.

identificação estreita entre os termos *nação* e *economia* -, a eliminação dos déficits públicos e o equilíbrio das finanças serão a base para o empreendimento de uma *revolução produtiva* que terá, também, o significado de resgate da nação. Tais medidas e um tal empreendimento, contudo, "só virão a surtir os efeitos desejados uma vez que se liberte a Argentina de esquemas superados" por um mundo em constante evolução. Entre os *esquemas* a serem superados, o principal envolve **uma reconfiguração da idéia de independência econômica**. Sem fazer - sintomaticamente - qualquer menção à indústria, Menem afirma que a genuína independência econômica²⁷⁴ é a de "desenterrar petróleo, extrair minerais, incrementar nossas exportações, comercializar de igual para igual com o resto do mundo (...). A partir deste instante, a Argentina inicia a independência da retórica". Os "esquemas superados", vê-se agora, constituíam um modelo de Estado - o Estado intervencionista²⁷⁵ - que, ao fim e ao cabo, sustentava-se sobre *retórica*, em imagem bastante próxima da de "Estado que-faz-de-conta-que-faz", de Fernando Henrique Cardoso.

Vencidos aqueles esquemas - e "posto um ponto final às ideologias" -, poderá, enfim, surgir com toda a força o motor da revolução produtiva pretendida: "uma autêntica explosão de iniciativas individuais", atuando livres das amarras que prendiam os recursos e potencialidades do país.

Escusando-se pela ausência de maiores detalhamentos das reformas que virão, Menem justifica-se - bem como à relativa brevidade de seu discurso -, dizendo ser sua intenção não a de trazer aos argentinos quaisquer receitas técnicas, mas tão somente a de "retratar-lhes o espírito e a alma da tarefa que nos espera". Reconheçamos que esta intenção Menem cumpriu.

²⁷³ Para uma análise da questão tal como evoluiu na década de 1980, comparando os casos de Brasil e Argentina, ver Peláez, Carlos Manuel. *O Cruzado e o Austral - Análise das Reformas Monetárias do Brasil e da Argentina*. São Paulo: Ed. Atlas, 1986.

²⁷⁴ Repare-se que todos os exemplos pertencem aos setores primário e terciário da economia, com uma exceção - a extração de minérios - que deve ser relativizada. Ao falarmos de indústria, estamos pensando em indústria *de transformação*, ou seja, do setor secundário por excelência.

5. "A mudança é a garantia da continuidade do México na história": o caso de Carlos Salinas de Gortari²⁷⁶

Carlos Salinas de Gortari abre seu discurso inserindo a necessidade de transformações estruturais na economia mexicana em um contexto exclusivamente nacional, em uma referência implícita à Revolução - peculiaridade inescapável dos casos mexicanos em questão - não destituída de habilidade. "A todo lo largo de la República la demanda de cambio es persistente, definida, urgente". As reformas desencadeadas a partir de 1989, assim, aparecem não como um corte vertical e demandante de elaboradas justificativas na história nacional, como em Brasil e Argentina, mas como algo organicamente assimilado à vida mexicana, algo que não deverá ser objeto de estranhamento, algo - em uma palavra -, natural. Para Salinas, a República Mexicana é mudança; o conteúdo dessa mudança é que varia de época para época. É a sua maneira de afirmar o fim das ideologias. "A voz da mudança exige justiça, segurança, empregos, serviços, educação, saúde, moradia, abundância de alimentos e um meio ambiente limpo". Ao governo cabe ouvir essa voz - essa voz que reivindica coisas que poderiam ser reivindicadas em qualquer lugar, em qualquer tempo -, o resto é ideologia²⁷⁷.

²⁷⁵ Por certo Menem não está fazendo referência à experiência liberal levada a cabo de 1976 a 1983, pelo regime militar. As divergências para com este são de natureza eminentemente política.

²⁷⁶ No caso de Salinas de Gortari, utilizamo-nos de um documento posterior à posse - mas de espírito análogo, para o caso deste trabalho -, dada a relativa exigüidade das possibilidades de análise de seu discurso de posse: trata-se do "Primeiro Informe de Governo, de 1º de novembro de 1989, pronunciado diante do Congresso Nacional". Disponível no *site* da Universidade do Texas, em Digital Collection of Mexican and Argentine Presidential Messages - <http://lanic.utexas.edu/project/arl/pm/sample1/index.html>.

²⁷⁷ Como nos casos de Fernando Henrique Cardoso e de Carlos Saúl Menem, observa-se aqui, também um pragmatismo *laissez-faire*.

Assim, a própria Revolução aparece como havendo constituído um momento de mudança entre outros, como a Independência e a Reforma. "No México, a demanda de mudança não é ocasional ou recente". A mudança implicada na passagem da década de 1980 para a de 1990, no entanto, é demandada ainda com maior razão, posto que "as dificuldades do passado imediato foram oportunidade para uma mais intensa expressão do que têm sido sempre os afãs nacionais de transformação". Com os valores da atualidade, dados desde exigências novas postas por uma realidade mundial de grande dinamicidade, deve-se dotar esses desejos, essa vontade nacional, de um conteúdo renovado. "A essa mudança me comprometi, porque é o que garante a continuidade do México na história".

À mudança deve corresponder uma estratégia de execução: a estratégia é a modernização, conceito "que se refere ao imperativo de modificar a forma de organização de nosso país para produzir riqueza e bem-estar, e para distribuí-los equitativamente". Toda estratégia de execução, entretanto - e a modernização é necessária, alega-se, inclusive para resgatar as noções de igualdade social da própria Revolução Mexicana -, deve ter um início. Esse início é a promoção da estabilidade de preços - o controle da inflação, a cuja conquista deverá seguir-se a reforma do Estado, para adequá-lo à grande transformação mundial em curso. Salinas reconhece os esforços econômicos promovidos pelo Estado - não menciona Cárdenas -

"(...) no passado, em um ambiente que associava mais Estado com mais justiça. Durante muitos anos, quando foi necessário promover e impulsionar a industrialização do país, o Estado gerou dependências e organismos públicos para canalizar recursos e estímulos, construir infra-estrutura e serviços. Desencadeou uma política protecionista e de subsídios para defender os pequenos e grandes esforços iniciais."

Afirmando que se pode dizer, hoje, "que aquelas nem sempre foram decisões apropriadas", Salinas as atribui ao espírito da época; estiveram associadas, portanto, não a uma política econômica nacional autonomamente implementada, mas "à

concepção geral do fazer público próprio da época". A exemplo do que Cardoso em parte faz com relação a Vargas, Salinas reconhece a validade do prestígio de que gozou na década de 1930

"(...) a tese que associa estatismo com progresso. Foi a seu tempo uma justa bandeira, surgida ante o fracasso do ultraindividualismo dos anos 1920, pela auto-regulação falida do mercado e a grande depressão que se seguiu. (...) Porém, as últimas décadas do século XX nos surpreendem com uma situação internacional de maior competição e mudança tecnológica (...) Frente a estas novas circunstâncias, a maioria das reformas de nossa Revolução têm esgotado seus efeitos e não são a garantia do novo desenvolvimento que exige o país. Devemos, por isso, introduzir mudanças no Estado, promover novas formas de organizar a produção."

Na atualidade, todavia, percebe-se que um Estado maior não é necessariamente um Estado mais capaz, e que um Estado mais proprietário não é um Estado mais justo. Em verdade, e em uma perspectiva de longo prazo, aquele Estado resultou em uma espécie de entidade que crescia e crescia, enquanto o bem-estar do povo "se venía abajo". Assim, a reforma do Estado, a extirpação de sua estrutura adoentada de gigantismo, tem intenção não menor que recuperar o que originalmente foi o objetivo da Revolução Mexicana - fazendo retornar o México a uma trajetória de desenvolvimento. Salinas procura eco para as idéias que manifesta inclusive na Constituição de 1917, que segundo ele expressa um nacionalismo não associado a um Estado "crescentemente proprietário, mas a um Estado crescentemente mais justo. Um Estado que não atenda ao povo por estar ocupado administrando empresas não é justo e nem revolucionário".

Assim, "temos o imperativo político e moral de voltar ao sentido original da Revolução", e a modernização do Estado, a reformulação de sua relação com a economia, constituem uma oportunidade histórica, que não pode ser desperdiçada, para essa volta. Para Salinas, as próprias privatizações ("desincorporações"), parte

integrante da estratégia de modernização, juntamente com a abertura comercial e financeira, vêm - sem prejuízo de sua positividade intrínseca, corrigir desvios que o Estado intervencionista produziu ao corromper o sentido profundo da Revolução e da Constituição mexicanas. "A economia, mais aberta à iniciativa privada e à inversão não estatal, se conduzirá, sem dúvida, para servir aos objetivos nacionais de soberania e de justiça". Posto que afastou-se da economia, "o Estado é hoje mais representativo da população. (...) No México, como em muitos países do mundo, o Estado se distancia de dogmas para poder aproximar-se do povo. No passado fica a anquilosada opinião que confunde ser progressista com ser estatista".

Retornamos, desse modo, ao que estamos denominando "pragmatismo laissez-faire": "ser progressista se mede pelas práticas e pelos resultados, e não pela retórica"²⁷⁸. Esse pragmatismo deve, agora, orientar a mudança que se anuncia. A um só tempo, e em uma ginástica argumentativa de certa maneira mais complexa que a dos demais presidentes do pós-1989 no que se refere a assimilar a experiência de seu país, Salinas associa-se ao passado revolucionário mexicano e anuncia as reformas estruturais e a inserção do México - sem qualquer referência mais direta ao Nafta - na Nova Ordem Mundial.

²⁷⁸ Lembremos a advertência de Menem: a verdadeira independência é a independência da retórica...

6. "*Preservarei a soberania nacional com um nacionalismo ativo e aberto...*": o caso de Ernesto Zedillo²⁷⁹

"Sucedo, nesta investidura, a um Presidente que governou com visão; que com inteligência e patriotismo concebeu grandes transformações e soube levá-las a cabo com determinação. A ele expressei meu respeito e meu reconhecimento. Estou seguro de que Carlos Salinas de Gortari terá sempre a gratidão e o apreço do povo do México". Ernesto Zedillo encontrou já realizadas a maior parte das reformas estruturais propostas por Salinas, e seu discurso não apresenta qualquer investimento argumentativo maior. Assegura, no entanto, que manterá a aplicação dos princípios estabelecidos no governo anterior, e que o fará - em um tom mais ameno que o de seu antecessor em relação à experiência nacional passada - praticando um nacionalismo ativo e aberto, reconhecendo que, sobretudo a partir da Revolução de 1910, cada geração tem contribuído para melhorar o México.

Zedillo apresenta em seu discurso uma cuidadosa racionalidade econômica, a qual não escapa à ortodoxia liberal. "**Seguiremos combatendo a inflação** para lograr um crescimento econômico sustentado em proveito de todos. (...) Não destruiremos a estabilidade alcançada com tantos sacrifícios do povo. **Por isso manteremos uma estrita disciplina nas finanças públicas**"²⁸⁰.

Tudo o que um Estado reformado e redimensionado pode fazer é dar atenção à educação: a que envolve a capacitação para o trabalho, a educação tecnológica, a educação superior e a investigação científica e humanística - "a

²⁷⁹ Discurso de posse ante o Congresso Nacional, em 1º de dezembro de 1994. Documento disponível no site da Universidade do Texas, em Digital Collection of Mexican and Argentine Presidential Messages - <http://lanic.utexas.edu/project/arl/pm/sample1/index.html>, ou em http://zedillo.presidencia.gov.mx/pages/f_ind_disc.html.

²⁸⁰ Grifo nosso.

educação será um meio para superar a pobreza"; e à saúde: "romperemos o círculo vicioso de enfermidade, ignorância, desemprego e pobreza a que estão submetidos muitos milhões de mexicanos". A pobreza, vê-se, aparece como uma decorrência da defasagem educacional frente às novas tecnologias, ou de uma situação de doença. De todo modo, as possibilidades de superação da pobreza são possíveis somente desde um esforço de natureza individual.

A peculiaridade do caso mexicano, no entanto, exige um pequeno histórico: devemos considerar que as idéias manifestadas por Zedillo e Salinas quanto às relações entre Estado e economia após a Revolução Mexicana não estão ligadas somente ao ambiente ideológico do final da década de 1980 e dos anos 1990, estando, também - em termos da experiência nacional - relacionadas ao fato de que, um vez desencadeado o processo de industrialização da economia mexicana, e tão logo findou o governo Cárdenas, começou-se a questionar o papel do Estado e o grau considerado desejável de sua intervenção direta no processo produtivo. Assim, mesmo que rapidamente se chegasse à idéia de que o Estado devia restringir-se à criação e manutenção da infra-estrutura da economia, e intervir de maneira direta somente naquelas áreas em que o empreendimento privado se mostrasse incapaz em termos de investimento, ou desinteressado, o processo resultou em uma economia de tipo misto que implicou em "contínuo estado de conflito e negociação do Estado-empresário com a burguesia nacional, cada vez mais consolidada. (...) [Todavia] economicamente o pacto funcionou tão bem que observadores e analistas falaram (...) de 'milagre mexicano'.²⁸¹", o qual, segundo os autores, teria durado de 1940 a 1968.

Diante da crise econômica mundial da década de 1970, entretanto, vê-se novamente questionado o modelo industrializador - bem como seu padrão de financiamento - que vinha movendo a economia mexicana desde há quarenta anos. Entre os elementos e razões internas da crise, destacam os autores a desarticulação

²⁸¹ Camín, Héctor Aguilar e Meyer, Lorenzo. À sombra da Revolução Mexicana - História Mexicana Contemporânea, 1910-1989. São Paulo: Edusp, 2000, p. 215.

produtiva, a vulnerabilidade, e a dependência externa: o país era incapaz de crescer sem importar maciçamente e o volume de exportações mostrava-se incapaz de evitar crises no balanço de pagamentos. De outro lado, a deterioração da economia agrária fez com que se perdesse uma das maiores conquistas da Revolução: a autosuficiência alimentar. Esse quadro se completa com a crise da dívida externa, em 1982, crise esta que estenderá seus braços estagnadores por toda a década de 1980.

No final desta década, as razões para questionar o tamanho do Estado são reforçadas pelo nova hegemonia liberal.

Quarta Parte (conclusiva)

O que somos e o que esperávamos ser - o
paralelo

*"Hay el fuego de las sombras
que enterré.'
Enterramos juntos, Simón.
Con las cosas que no se resuelven."*

Carlos Nejar

Como se viu, o próprio desenvolvimento da análise e interpretação dos discursos presidenciais explicita, por si só e em grande medida, a maioria das questões que compõem as diferenças de fundo entre as duas épocas em questão. Tais diferenças, todavia, não são *quaisquer diferenças* - como as que eventual e naturalmente aparecem em opondo-se presidente a presidente, governo a governo, conjuntura a conjuntura, em qualquer época, a qualquer tempo. Ao contrário, são diferenças que estabelecem a sua natureza em um diálogo quase sempre direto, e que, mesmo quando um tanto oblíquo, mantém o eco de uma interlocução sempre tendente a repor-se, sempre insistentemente insinuante, o que faz com que, senão aqui, ali adiante as tenhamos novamente lado a lado, enfrentando-se, apresentando suas armas e razões.

Os dois instantes históricos que deram cercamento a este trabalho apresentaram-se, com efeito, em diversos sentidos, em uma relação explicitamente antitética, a qual se manifesta nos discursos presidenciais de modo muito claro. O retraimento do liberalismo, no pós-1929, oportunizou a consecução de políticas econômicas de inspiração keynesiana; no pós-1989, o reerguimento do liberalismo implicou em um redirecionamento em termos econômicos, políticos e de políticas econômicas, que empreendeu a dupla tarefa de encaminhar uma nova ordem - a qual está ligada, em muito, ao *pré-1929* - e de desconstruir o Estado de inspiração keynesiana tanto institucional como discursivamente, seja reconhecendo-lhe méritos históricos ou não.

Havíamos, em "1.2. O tema e o problema", na Primeira Parte deste trabalho, ponderado que da relação antitética entre as duas épocas em questão não poderíamos esperar uma simetria perfeita - mesmo porque estamos tratando de história, ou seja, de complexidades únicas e irrepetíveis. Não obstante, o que temos em um dos pólos estudados é a construção de algo - as bases do capitalismo *nacional* propriamente dito - que, no outro, será desconstruído praticamente *ponto por ponto*, segundo uma visão de mundo - a do liberalismo econômico - que em sua essência contava com absoluta hegemonia no pré-1929. Seria lícito, assim, pensar em um retrocesso histórico, em um largo passo para trás promovido pelo mundo da década de 1990? Estaríamos, ao entrar no século XXI, atualizando o espírito do XIX? Para autores como Wilson Cano³⁰³, por exemplo, não apenas a resposta seria positiva, como esse *retrocesso* de cinquenta, sessenta, setenta anos traria uma marca inequivocamente negativa. A ortodoxia liberal, entretanto, se desejasse - nem sempre o faz - considerar a idéia desse "largo passo para trás", certamente o entenderia como necessário para limpar o caminho de construção do futuro. Quer dizer, estaria dotando-o de plena positividade.

Ocorre, entretanto, que não há, ainda, trabalhos que demonstrem cabal e definitivamente uma global e *efetiva* desconstrução do Estado de inspiração keynesiana, do Estado desenvolvimentista-industrializante na América Latina³⁰⁴. Seria necessário perceber, nos termos desta dissertação, não apenas um fenômeno de desnacionalização da economia - que houve e que permanece em curso -, mas de franca *desindustrialização* - que também houve, sobretudo no caso da Argentina, sem que se tenha, todavia, a segurança de que não se trata de uma reacomodação conjuntural frente à nova ordem econômica mundial e às crises sistêmicas observadas sobretudo desde 1997.

³⁰³ Obra citada.

³⁰⁴ Quanto a implicações para a história mundial, esta é uma outra questão.

Reconhecer isso não significa, por outro lado, que algo no sentido de uma *restauração* não tenha estado em curso na década de 1990. De fato, esteve, e a análise e interpretação dos discursos presidenciais permite uma tal conclusão. Afinal, não devemos aguardar uma coincidência absoluta entre a *vontade* de Estados e governos e a *execução* dessa vontade. A realidade, bem o sabemos, não se deixa moldar assim tão mecânica e linearmente. Mesmo a Restauração europeia de 1815, em cuja carta constitucional constou a intenção literal de "reatar a corrente dos tempos", restabelecendo o status quo anterior à Revolução Francesa³⁰⁵, não logrou empreender integralmente algo dessa natureza - o que não impede que o tenha desejado e encaminhado historicamente esse desejo.

Sem dúvida constituíram, o pós-1929 e o pós-1989, momentos em que idéias-força específicas, antagônicas e ideologicamente hegemônicas em seu tempo, orientaram transformações estruturais de alcance histórico. O diálogo desde o nexo presente-passado, evidentemente, é mais claro; para todos os efeitos, é o pós-1989 que chama o pós-1929 ao embate. Entretanto, mesmo que de maneira reflexa e demandante de um esforço analítico mais atento, o discurso presidencial do pós-1929 toma, sim, a iniciativa do diálogo; afinal, tendo um de seus pilares mais sólidos plantados sobre a crítica à ortodoxia liberal do momento histórico que lhe antecedeu, conhece a lógica e o tecido das idéias, noções e conceitos norteadores com que esta operava, os quais foram resgatados - e teoricamente retrabalhados, ou nem tanto - plenamente no pós-1989.

Ambos os momentos entendem-se como de *reconstrução*, não obstante o pós-1929 reconhecer à sua frente muito mais a tarefa de *construção* propriamente dita, o que salta aos olhos uma vez que estejamos considerando o aspecto econômico sob a ótica da necessidade de erguimento de um capitalismo industrial e nacional cujas bases fundamentais haviam surgido como efeito indireto - e muitas vezes inclusive indesejado

³⁰⁵ Ver Rémond, René. O século XIX, 1815-1914. São Paulo: Cultrix, 1974.

- da economia primário-exportadora, e que portanto mostravam um caráter ainda de extrema incipiência - incipiência que deu a medida da envergadura do empreendimento a que se propuseram Vargas, Perón e Cárdenas.

No caso do pós-1929, e sobretudo em Vargas e Perón, percebe-se uma hipertrofia, sim, do poder executivo²⁸⁵. A experiência brasileira e argentina das últimas décadas, ao contrário, fez com que fosse valorizada a idéia republicana do equilíbrio entre os poderes. Tanto Collor quanto Cardoso iniciam seus discursos em tom marcadamente elogioso ao Congresso Nacional. Entretanto, não podemos esquecer que o instituto da *medida provisória*, em que uma ação do Executivo ganha estatuto legal sem passar pelo crivo do poder Legislativo - sendo herdeiro, diz-se, dos decretos-leis instituídos na década de 1930 -, está presente no próprio fundamento das reformas estruturais no Brasil: o Plano Real, até dezembro de 2001, penúltimo ano do governo Fernando Henrique Cardoso, vem mantendo sua legalidade através da reedição permanente da medida provisória que lhe deu origem, em 1994. Relativize-se, portanto, a idéia de que a hipertrofia do executivo é um vício *inerente* ao "velho modelo".

O termo *reconstrução* é muito mais adequado ao pós-1989. O Estado nacionalista, desenvolvimentista, industrializante e intervencionista informado pelo aporte keynesiano no pós-1929 - malgrado não negligenciáveis descaminhos políticos - mostrou, economicamente, estar em harmonia com o *caminho do meio* seguido no século XX, até inícios da década de 1980, por um Ocidente que rejeitou a alternativa socialista e que se frustrou com a experiência liberal ao vê-la incapaz de retomar um estado de coisas que de meados do século XVIII até os anos 1920 não havia conhecido qualquer ameaça mais séria a suas intenções, já globalizantes, de hegemonia mundial. Nos anos 1990, todavia, pareceu ao mundo capitalista - crescentemente seguro quanto às possibilidades de articular-se sem qualquer freio - já não ser necessário equilibrar-

²⁸⁵ Para o Vargas do Governo Provisório e do Estado Novo, isso é bastante evidente.

se, resignado, em um *caminho do meio*; retornou, cheio de energia, ao lado da estrada pela qual lhe apraz andar.

Mesmo que reconheçam ao pós-1929 a qualidade de haver empreendido aquilo que empreendeu, de acordo com o que a época exigia - como o fazem Cardoso e Salinas -, a crença de que a *riqueza das nações* estará tanto mais garantida quanto mais o Estado esteja afastado de um espaço que *naturalmente* pertence ao livre mercado e à livre iniciativa, é avassaladora. A própria palavra "industrialização" perde a centralidade que até então detinha; agora, fala-se em *economia*, simplesmente, sem qualquer qualificação, o que é coerente com os elementos gerais da filosofia que se propugna. Se digo *industrialização*, desde um lugar de Estado, estou manifestando um desejo, desde um certo ponto de vista, e, no limite, apontando um caminho - já não é o livre mercado atuando. Recupere-se, a esse respeito, o discurso de Menem ao tocar em assunto relativo à economia argentina. A economia não será *industrial*, ou o que quer que seja, mas tão somente *economia*; o mercado, atuando livremente, é que fornecerá, se for o caso, o qualificativo que se referirá às características mais predominantes da face econômica dos países. Não esperemos que o faça em termos de economia industrial, entretanto, diante da hipótese muito razoável de Brasil, Argentina e México estarem voltando a uma situação semelhante à do pré-1929, tanto em termos nacionais como de sua inserção na economia internacional.

Perderam centralidade, também e sintomaticamente, as categorias *trabalho*, *trabalhadores* e *classe trabalhadora*. Entende-se: possuem um sentido histórico demasiadamente associado ao mundo que se pretende deixar para trás: tanto o do Estado keynesiano quanto o do socialismo. *Trabalho*, passou de uma categoria oposta a *capital* - e que, mesmo tendo um caráter de complementaridade em relação a este, necessita da presença do Estado para que não sofra uma situação de dominância, *inevitável* em caso contrário -, para a condição diluída de um fator de produção entre outros, como o capital e a terra, segundo a tradição liberal. Também como na tradição liberal, *trabalhadores* passou de uma categoria que identificava

aquele que possuía a força de trabalho, e não os meios de produção - portanto em oposição a *capitalistas* -, a uma denominação genérica que se refere a todos os *que trabalham*, indistintamente. O termo proletário, muito encontrado no discurso de Perón e absolutamente importante no de Cárdenas, desaparece por completo. *Classe trabalhadora*, então, é termo proscrito, por extensão²⁸⁶. *Classe*, no discurso presidencial do pós-1989, só é observado, em um sentido no entanto casual, fortuito, em Fernando Henrique Cardoso.

Os dois momentos, entretanto, trazem a compreensão de que a construção/reconstrução a que se deve dar início tem um ponto de partida muito bem delineado. Assim, o *fim da inflação* ocupa, no pós-1989, papel análogo ao da *superção da economia primário-exportadora via industrialização*, no pós-1929. Temos de considerar, porém - além da própria diferença *de escala* entre os dois desafios, um conjuntural e em tudo pontual, o outro verdadeiramente estrutural -, que o esforço de industrialização levado a efeito pelo Estado no pós-1929 implicou em uma elaboração (anterior ou contemporânea aos eventos²⁸⁷) e em uma ação assemelhadas, nos países em questão, mas que respeitaram as especificidades nacionais e desencadearam um processo que possui um mesmo *sentido histórico* sem ter deixado de corresponder às aquelas especificidades. A história da indústria e da tentativa - em grande parte fracassada - de constituição de um Estado do Bem-Estar Social é uma, no Brasil; é outra, na Argentina; é outra, no México. Constituíram o coração mesmo de projetos nacionais autônomos - para o bem o para o mal.

²⁸⁶ "A crítica atual do conceito de classe decorre, principalmente, da crise da teoria marxista, mas também do questionamento dos pressupostos estruturalistas na explicação social, estimulado pelo sucesso alcançado pelas correntes individualistas influenciadas por autores como Goffman, Garfinkel e Homans. (...) Para os que defendem o pressuposto baseado na idéia de sociedade pós-industrial, os conflitos gerados pela dimensão econômica, tais como o conflito por uma melhor distribuição de renda, desaparecem ou perdem importância para dar lugar aos conflitos de caráter sócio-cultural, os quais passam a ter significado político dominante no processo de transformação social." Larangeira, Sônia M.G. Faz sentido falar em classes sociais?. Cadernos de Sociologia, vol. 4, número especial (Natureza, História e Cultural: repensando o social). Porto Alegre, PPGS/UFRGS, 1993, p. 85-89.

²⁸⁷ Ou mesmo posterior, no que diz respeito à elaboração teórica da Cepal.

A história do combate à inflação, no Brasil, na Argentina e no México, entretanto, só será diferente se estivermos imbuídos do rigorismo estrito da idéia de que nenhuma história pode ser igual à outra, posto que, havendo uma variável diversa que seja, o todo já constituirá um todo original. O leitor desta dissertação haverá notado, contudo, a semelhança completa, desnuançada, simétrica, entre os discursos do pós-1989. Removidas as particularidades de que estão necessariamente dotados, temos, quanto às reformas estruturais, objeto central de todos eles, a exposição invariável, e segundo uma mesma ordenação - o que é notável -, dos passos a serem seguidos: fim da inflação; enxugamento das despesas do Estado e disciplina fiscal; abertura econômica (primeiro, comercial; depois, financeira); privatizações. Isso não pode ser explicado pelo lado do objeto, uma vez que estes não são pontos que sucedem uns aos outros por uma "ordem natural das coisas", necessária e irrevogável. Observando-se essa repetição em nada menos que cinco discursos, pode ser afastada a hipótese da coincidência. Estaria a justificativa para uma tão extraordinária identidade discursiva, então, na unidade, enfim, da América Latina frente à experiência mundial do fim do século XX? Teriam Brasil, Argentina e México, estabelecido um diálogo tão prodigiosamente articulado e definido autonomamente as diretrizes que orientariam as reformas estruturais reconhecidas como absolutamente necessárias e inadiáveis? Sabemos que esse diálogo não ocorreu, e que os termos de um diálogo possível no ambiente da globalização e da nova ordem mundial se dão por meio dos blocos econômicos, estando o México muito distante do Mercado Comum do Sul (Mercosul); sabemos também das dificuldades encontradas por Brasil e Argentina para estabelecer relações viáveis para cada parte no próprio âmbito do Mercosul.

Afastada a hipótese quase mágica da coincidência, bem como a de um improvável diálogo unificador, não resta alternativa de resolução que não a de voltar ao início da segunda parte deste trabalho, aos termos do Consenso de Washington. Veremos, então, que não há apenas uma mesma ordenação dos pontos encaminhadores das reformas estruturais nos discursos presidenciais examinados; as próprias conferências que constituíram o posteriormente denominado - pelo economista

John Williamson - *Consenso de Washington*, ao propugnar a necessidade de execução de reformas na América Latina, estabeleceram aqueles pontos, naquela ordem; não outros pontos em outra ordem, e nem os mesmos pontos em outra ordem. Mas *aqueles pontos, naquela ordem*.

Isso significa que as reformas estruturais são intrinsecamente ruins, ou que não eram necessárias? Depende do ponto de vista de quem está respondendo a essa indagação. Significa que um alinhamento total, em termos macroeconômicos, de Brasil, Argentina e México, às formulações de um capitalismo reterizado ("neoliberalismo") e revigorado no pós-1989, é intrinsecamente ruim? Depende, também, do ponto de vista de quem responde à indagação. Significa que a crítica de fundo ao Estado de tipo keynesiano é injusta, ou que não era necessária? Depende, novamente, do ponto de vista de quem está respondendo à indagação. Significa, finalmente, que Brasil, Argentina e México abdicaram de elaborar e encaminhar projetos nacionais autonomamente estabelecidos, correspondentes ao que sejam identidades nacionais livres de quaisquer condicionamentos que não os seus próprios? Significa, sim. E não depende, de modo nenhum, do ponto de vista de quem esteja respondendo à indagação. O espaço do que poderiam vir a ser novos projetos de nação - uma vez que se quisesse, de fato, abrir mão do desenvolvimentismo - foi preenchido por uma série de normas estabelecidas por influência dos países centrais do sistema.

Há um projeto, portanto - mas não é um projeto nacional, e a história da década de 1920 recomenda que desconfiemos de sua propriedade. Mesmo que não recomendasse, entretanto, a própria década de 1990 mostra que temos de lidar com conseqüências tremendas. O capitalismo de inspiração keynesiana, dotado de mecanismos de redistribuição social, já fazia com que o equilíbrio entre eficiência econômica e justiça social - o ideal do Estado do Bem-Estar -, fosse alcançado em Brasil, Argentina e México, apenas precariamente. Agora,

"O capitalismo global não presta contas a ninguém. A dinâmica global está cada vez mais presente no nosso cotidiano, e o Estado moderno não tem as ferramentas de governo correspondentes. (...) Nada deixa prever, nos mecanismos da mão invisível, uma inversão de tendências." (Dowbor, 1998, p. 11)

Podemos acrescentar que a "mão invisível" nem mesmo desejaria uma inversão de tendências, uma vez que a configuração liberal da economia mundial no pós-1989 procurou varrer para a lixeira da História tudo o que as mesmas representavam; sob a ótica liberal, eram elas - aquelas tendências - que constituíam o principal óbice para o desenvolvimento econômico e a conseqüente promoção do bem-estar - o qual, como vimos em Fernando Henrique Cardoso, não é monopólio de nenhuma ideologia. O liberalismo surge como algo que necessariamente empurra a história para a frente, desde que a economia e a sociedade estejam *limpas* de qualquer interferência estatal *populista*.

É de se notar, também, que os presidentes do pós-1989 têm a si mesmos - como a seu mundo - imunes de qualquer ideologia. Quando Salinas justifica a ação do governo na década de 1930, o faz salientando que aquele *modo de fazer* era próprio da época, ou seja, não havia como fazer diferente. *Sua própria época*, no entanto - pragmática, desideologizada - não o condiciona de modo nenhum. O essencial das idéias que desenvolve - iguais às de Collor, Cardoso e Menem, iguais às colhidas por Williamson no Consenso de Washington - deve ser entendido como constituindo um fruto de seu próprio pensamento autônomo, amadurecido após sistemática reflexão sobre os problemas mexicanos?²⁸⁸

Entre tantas, tão vastas - ainda que relativamente bem delineadas em seus contornos - questões, há uma que parece iluminar a todas as demais, ao menos

²⁸⁸ Acerca da atualidade do conceito de ideologia, ver Eagleton, Terry. *Ideologia - uma introdução*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

no que se refere à intenção de retirar qualquer crédito ao pós-1929. É precisamente aquela relativa ao tema do *populismo*.

Em texto clássico sobre o assunto²⁸⁹, Francisco Weffort já advertia para o fato de o liberalismo ligar o conceito "a uma espécie de 'oportunismo' essencial de alguns líderes, uma desmedida ambição de poder associada a uma quase ilimitada capacidade de manipulação das massas; (...) uma aberração da história alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípios dos líderes."²⁹⁰ Ressaltando que "muitos homens de esquerda", também pensaram e pensam da mesma maneira, Weffort reconhece a existência de um grau importante de manipulação, mas nega, todavia, que essa manipulação tenha sido absoluta. E conceitua, em texto que influenciará praticamente toda a produção posterior sobre o assunto²⁹¹:

"Em realidade, o populismo é algo mais complicado que a mera manipulação e sua complexidade política não faz mais que ressaltar a complexidade das condições históricas em que se forma. O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio mas foi também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado. Esse estilo de governo e de comportamento político é essencialmente ambíguo e, por certo, deve muito à ambigüidade pessoal desses políticos divididos entre o amor ao povo e o amor ao poder. Mas o populismo tem raízes sociais mais profundas e a recuperação de sua unidade como fenômeno social e político

²⁸⁹ Weffort, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. In: Furtado, Celso (org.). Brasil: Tempos modernos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 2ª edição. Para uma visão sistematizada acerca do tema do Populismo *em si* (a moldura mais ampla desta discussão), ver Ianni, Octavio. A formação do Estado Populista na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

²⁹⁰ Idem, p. 62.

²⁹¹ Ver Gomes, Ângela de Castro. O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil - notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1966, p. 31-58.

é um problema proposto a quem estude a formação histórica do País neste últimos decênios." (Weffort, 1977, p. 51)

Liberais, homens de esquerda e grande parte da produção acadêmica esqueceram, ou não quiseram ler, todos os "mas" que contém o texto, de modo que tanto o saber erudito quanto a compreensão popular do conceito acabaram investidos somente de sua negatividade, comprometendo a própria *natureza ambígua* do termo apontada por Weffort²⁹². Outra fração, minoritária, é verdade, da produção acadêmica que aborda o assunto, localizada do outro lado dos "mas" de Weffort - diríamos "à esquerda" do conceito -, migrou em geral para a idéia de *bonapartismo*²⁹³, apanhada de Marx e relacionada a um enfoque do Estado como assumindo uma autonomia relativa em relação à sociedade - em relação às *classes sociais* -, e dando ao populismo um caráter de transitoriedade.

"[Esse estado] se caracteriza por ser uma entidade autonomizada justamente por ser uma emanção do sistema capitalista. Se opõe, deste modo - relativamente - às classes sociais. Necessita colocar-se à parte, e inclusive enfrentar os interesses particularistas do capital individual, vigiando a economia em seu conjunto. Em termos latino-americanos, na etapa populista, esta *autonomia relativa* em relação às classes sociais, em nível interno, encontra uma correspondência ampliada na esfera do *antagonismo relativo* em relação ao imperialismo. A tentativa de consolidação do mercado interno na qual a burguesia industrial está empenhada no âmbito de seu crescimento social e de sua peculiar relação com o proletariado - empenhado também em converter-se em classe para si -, determinam o alçamento do Estado à condição de organismo de choque

²⁹² O que pode ser considerado uma ramificação dessa produção acadêmica chegou a assumir extremos quanto à negatividade do conceito, associando-o aos de autoritarismo e de totalitarismo. São casos recentes de Capelato, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papirus/Fapesp, 1999; e de Dutra, Eliana. *O ardil totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/UFMG, 1998. Anote-se que Capelato, entretanto, concede que nem o varguismo e nem o peronismo podem ser plenamente identificados com experiências de tipo totalitário, constituindo, isto sim, regimes autoritários *com traços totalitários*. Dutra, ao contrário, afirma que não apenas o governo Vargas, mas a própria sociedade civil, foi envolvida pelo "ardil totalitário". O argumento central de ambos os trabalhos, contudo, apresenta uma convergência: identificam o desejo de unidade, presente no pensamento político de então, com o espírito totalitário - eliminar de diferenças.

²⁹³ Exemplo disso é Altmann, Werner. *Cárdenas, Vargas e Perón: uma confluência populista*. Obra citada.

frente à ação imperialista das grandes potências. O Estado populista centralizará, portanto, a resistência possível das classes sociais empenhadas na construção da autonomia nacional." (Altmann, 1993, p. 52)

Salientar um ou outro "lado" do conceito - ou mesmo ele próprio, com Weffort - pode representar tão somente um posicionamento político, na esfera da cidadania, ou um posicionamento teórico, no ambiente da academia (se é que podemos separar assim esses dois universos). Entretanto, a análise e a interpretação dos discursos presidenciais do pós-1929 e do pós-1989 - sua acareação histórica -, lança um fecho de luz novo sobre a perspectiva da ênfase bonapartista, ensombreado, ao mesmo tempo, o outro pólo - senão o próprio conceito como em Weffort. Se a posição - sobretudo a posição *histórica* ligada à longa duração - de governos e governantes no espectro político é sempre uma posição relativa, que se reconfigura segundo a perspectiva em que se coloca o observador e considerados os novos elementos de que se dispõe, temos que Vargas, Perón e Cárdenas são arremessados à esquerda pelo que advém na década de 1990, e têm acentuados, por contraste - como vimos -, precisamente os termos de *enfrentamento de interesses particularistas do capital individual*, de *vigilância da economia em seu conjunto*, de *autonomia relativa em relação às classes sociais*, de *antagonismo relativo em relação ao imperialismo*, de *consolidação do mercado interno*, de *choque frente à ação das grandes potências*, e de *centralização da resistência possível para a construção da autonomia nacional*²⁹⁴.

O varguismo, o peronismo e o cardenismo que os presidentes do pós-1989 *dizem*, é diverso, portanto, daquele que o antagonismo absoluto do espírito de fundo de seus discursos, em relação ao pós-1929, faz aparecer. Se o *capital individual* é o motor último do desenvolvimento e da promoção da riqueza, não manifestando qualquer interesse particularista; se as leis do mercado possuem o atributo de agir por

²⁹⁴ Sabe-se que "os sistemas populistas decaem quando a burguesia nacional se alia com o capital transnacional que a obra, e quando abandona o pacto com a classe trabalhadora. Roman, Eric Benvenuti. El Populismo: una aproximación teórica e estrutural. *Anales Revista de Ciencias Sociales e Historia de la Universidad Interamericana de Puerto Rico*, vol. 1, nº 1, 1984.

si mesmas, não havendo necessidade de *vigiar a economia em seu conjunto*; se as *classes sociais* sequer existem; se o *imperialismo* é uma fantasia produzida por uma mentalidade arcaica, estando os investimentos estrangeiros, na verdade, em nosso favor; e se a *autonomia nacional* perde sentido diante da abertura das fronteiras econômicas e da emergência dos blocos econômicos... então estamos diante de um antagonismo de idéias não menos que extraordinário.

Além disso, desde a perspectiva do discurso liberal dominante na década de 1990, toda e qualquer idéia (1) relacionada ao Estado construído no pós-1929 e/ou (2) que relativize a pertinência das políticas econômicas de encaminhamento das reformas estruturais, é apontada²⁹⁵ como *populista*, no sentido de manipulação maquiavélica e grosseira da vontade popular e dos destinos da nação. Submetido a uma elasticidade praticamente infinita, o conceito como que desaparece, transformando-se em conteúdo de insulto, assim como *canalha*, *patife* ou *cafajeste*; em uma versão vulgarizada, portanto, daquele deslizamento apontado por Ângela de Castro Gomes³⁰⁶. Dessa maneira ampliado, deixa de ter operacionalidade.

O pensamento hoje hegemônico, portanto, ao associar a idéia de populismo à de *aberração histórica* salientada por Weffort, e ao apor a pecha de populista a qualquer pensamento ou ação que se lhe anteponha - venha ele de onde venha-, completa sua crítica ao Estado de inspiração keynesiana, e, ao abdicar da elaboração e sustentação de um projeto nacional em favor da aceitação passiva de um programa de reformas que visa a superá-lo, deixa de poder reivindicar qualquer representação isenta do *conjunto da nacionalidade*, visto que o programa nem mesmo *nacional* é. Assim, a não ser que se admita uma também diluição da nacionalidade em um globalismo articulado pelo capital, deve-se aceitar a idéia de vinculação subordinada da visão de mundo desse Estado reformado à dos Estados que ocupam

²⁹⁵ Ver, como um exemplo entre outros, o discurso de Fernando Collor de Mello.

³⁰⁶ Ver nota de número 3.

posição de centralidade no sistema e que estiveram à frente da conformação da nova ordem mundial.

Resta, assim, relativizado também aquele reconhecimento mínimo, manifestado por Cardoso e Salinas, por exemplo, de que o "velho modelo" logrou industrializar as economias brasileira, argentina e mexicana, a partir da ação econômica ativa do estado - a qual incluía a adoção de políticas econômicas de cunho protecionista -, uma vez que isso constitui o reconhecimento mesmo de que o processo se deu *contra* a "ordem natural das coisas", pois, do contrário, não seriam necessárias nem ações positivas naquele sentido, e muito menos medidas protecionistas (afinal, protegemo-nos de que?). Ora, aquilo contra o que o Estado atuava ao promover a industrialização, na visão do populismo como *bonapartismo*, era o próprio imperialismo das potências mundiais, a quem a industrialização de modo nenhum interessava. Na ótica liberal, muito pelo contrário, era nada menos que a livre concorrência smithneana, ou a idéia ricardiana das vantagens comparativas, segundo a qual os países deveriam especializar-se em suas vocações - sendo a da América Latina, evidentemente, o *agrarismo*.

A perspectiva liberal, no entanto, sob pena de ter de aceitar a excêntrica noção de que, *em certas ocasiões*, é correto burlar a "ordem natural das coisas", e em outras ocasiões não - o que viria a constituir um curioso liberalismo *ad-hoc* -, deve assumir que os últimos sessenta ou setenta anos podem, sim, ter sido um grande erro.

Observe-se ainda que, em uma inversão que não deixa de carregar consigo grande ironia, o vigor com que as idéias-força associadas ao liberalismo apresentaram-se para reconfigurar as economias mundiais na década de 1990 levou muitos autores a falarem em "totalitarismo liberal". É o caso de Robert Kurz:

"O capitalismo totalizado, no espaço social em que impera, despoja seus habitantes 'de toda ação que nasce da livre espontaneidade' (Arendt), uma vez que toda atividade nesse

espaço é axiomáticamente modelada pelo imperativo econômico. Bem mais implacável do que as ditaduras dos Estados totalitários, os indivíduos economizados pelo livre mercado mundial são 'mantidos em permanente movimento como exponentes do gigantesco processo sobre-humano' (*idem*) de uma cega dinâmica de crescimento marcada por falhas estruturais, dinâmica essa que (...) é proclamada pelos ideólogos neoliberais como 'processo objetivo da natureza e da história' (*idem ibidem*). (...) A sociedade como um todo foi posta em movimento acelerado em todos os níveis a fim de poder suportar a acumulação acelerada e concentrada do capital. No final do século XX, a transformação do totalitarismo capitalista (que de Estado total passou a *mercado total*) conduziu a um inusitado 'terror da economia' - a uma 'lei' que, como nos dizem ironicamente, 'não pode mais ser transgredida'." (1999)

Ora, a noção de "não transgressão" faz com que, em paralelo ao assentamento do conjunto de políticas econômicas introduzidas na América Latina sob a inspiração do receituário abstraído do consenso liberal - e sob o influxo do "fim das energias utópicas"²⁹⁷ -, a própria idéia de revolução social seja relegada ao mesmo passado de enganos que acolheu o Estado keynesiano. Assim - em termos de uma oposição possível ao Estado liberal -, tomam corpo formulações no sentido de que "revoluções não violentas" venham a ser a forma de mudança social e política na pós-modernidade; e de que a revolução de tipo moderno esgotou-se, assim como esgotaram-se as utopias²⁹⁸. Muito provavelmente, a primeira sistematização representativa dessa linha para a América Latina tenha sido aquela realizada pelo cientista político mexicano Jorge G. Castañeda, que em 1993 publicou a obra "Utopia Desarmada: A Esquerda Latino-Americana Depois da Guerra Fria", anunciando o desaparecimento da idéia de revolução e afirmando que as oposições latino-

²⁹⁷ Silva, 1991.

²⁹⁸ Freitas, 2000.

americanas estão destinadas a ser exclusivamente reformistas²⁹⁹.

Vê-se, assim, que absolutamente tudo o que está localizado historicamente no *intermezzo* entre a crise do liberalismo (1929) e a sua reemergência (1989) - da revolução de cunho socialista a barreiras alfandegárias protecionistas -, é posto, junto, em um mesmo capítulo de um livro que nunca deveria ter sido escrito; de um livro destinado ao esquecimento.

O termo *reconstrução*, reivindicado pelas duas épocas históricas examinadas como filosofia orientadora última de seu pensamento e ação, reveste-se, no pós-1989, de genuína roupagem restauradora, mesmo que pretextando um olhar para a posteridade. Na América Latina - cujas veias parecem abrir-se ao infinito -, o futuro é restauração.

²⁹⁹ Note-se como idéias desse tipo aproximam-se da noção de Francis Fukuyama do "fim da história". Ver nota de número...Para esse filósofo e cientista político norte-americano, as democracias liberais capitalistas seriam o último estágio de ordenação institucional da sociedade a que o homem poderia chegar; a evolução da história, portanto, teria de ser dar nesse enquadramento (Fukuyama, 1992). Formulações como a de Castañeda parecem - ainda que *com sinal trocado* - também anular o conceito de história como um processo em aberto, como algo que, portanto, se supera contínua e inexoravelmente. Luis Fernando Verissimo (1996) pondera que a idéia que fazemos da história depende, nos anos 90, de "em que lado de Fukuyama nos colocamos". Intelectuais supostamente identificados com o campo da esquerda, como Castañeda, porém, não parecem distanciar-se muito daquele...

Para um fechamento

Não são poucas as metáforas envolvendo as palavras *luz* e *sombra* que comparecem na bibliografia atual sobre a América Latina. Ainda que utilizadas em mais de um sentido, e dobradas em diferentes desenhos de acordo com a temática específica de que se está tratando, tais metáforas assumem quase sempre um nexos de positividade ou de negatividade. Rosemary Thorp, por exemplo, dá ao capítulo final de sua história econômica da América Latina no século XX³⁰⁷ o título de *Reflexões sobre um Século de Luz e Sombra*, entendendo como iluminadas, em termos genéricos e continentais, as experimentações criativas que se seguiram à crise de 1929, e como ensombreada, acusando "mais uma deterioração do que um aprimoramento"³⁰⁸, a década das reformas - a dos anos 1990. Longe de um maniqueísmo óptico, a metáfora ajuda a compreender, ao nível de uma *big picture*, o movimento histórico do continente latino-americano no último século.

Com efeito, luz e sombra parecem alternar-se acompanhando - não linear mas muito estreitamente - a composição e a configuração de ordens mundiais cuja densidade histórica faz com que o comprimento de onda de seus efeitos atinja de modo substancial o globo inteiro. Assim, no pós-1929, uma como que *distração* dos Estados-nação centrais do sistema - os quais tiveram de voltar-se para si mesmos por força da absoluta verticalidade da crise, dos anos de recessão e da própria Segunda Guerra Mundial -, possibilitou a abertura de um *espaço à frente* que Brasil, Argentina e México puderam trilhar com maior e mais nítida autonomia do que em qualquer outro momento de suas trajetórias - ainda que com maiores ou menores limitações, internas ou externas, aqui e ali, ao longo do século. Lembremos que os próprios movimentos de independização do continente, no início do século XIX, não podem ser entendidos sem considerar-se a desinteligência no concerto das nações provocada pela conjuntura européia marcada pelas guerras napoleônicas.

³⁰⁷ Obra citada, 2000.

³⁰⁸ Obra citada, p. 297.

Por outro lado, reorganizado o capitalismo internacional no pós-1989, desde a recuperação plena da formulação filosófica que mais intimamente lhe diz respeito e com a qual declaradamente melhor convive - o liberalismo -, estabelece-se imediatamente, e *desde fora*, como vimos, um quadro de desconstrução daquele *espaço à frente* trilhado, a pretexto de que havia sido tomado um caminho cheio de equívocos, que nem desenvolvera os países envolvidos, nem os preparara para a nova realidade do mundo globalizado do final do século XX.

O sentido histórico profundo da década de 1990 na América Latina, assim, é o de uma desconstrução; promove-se uma genuína restauração, que paradoxalmente é apresentada como um olhar para a frente. Luz e sombra, desse modo, são termos que não necessariamente aparecem como orientando juízos de valor, podendo dizer respeito, de fato - e respectivamente -, a momentos de relativa liberdade de movimentos e de maior autodeterminação histórica; e a momentos de deliberado alinhamento e de franca ausência de liberdade de movimentos e de autodeterminação, em uma situação que caracterizaria mesmo um painel *anti-moderno*, a crermos na idéia de que a modernidade precisa ser definida em função da autonomia: um sistema social será moderno, em suas diferentes articulações, quando estiver a serviço da autonomia econômica, política e cultural³⁰⁹.

Entre o que deseja e o que *lhe é desejado*, portanto, assim caminha a América Latina.

Melhor analisando, metáforas envolvendo as palavras *luz* e *sombra* não comparecem somente na bibliografia mais contemporânea sobre o continente latino-americano. Uma sua expressão aparece na *Carta de Jamaica*, em um trecho em que Simón Bolívar, diante da possibilidade de independência e de uma eventual reação

³⁰⁹ Rouanet, Paulo. *O fim da história?* Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1998. Caderno Idéias, p. 5.

colonial, constata que "el velo se há rasgado; ya hemos visto la luz y se nos quiere volver a las tinieblas." A *Carta de Jamaica* é de 1815.

Bibliografia e leitura adicional

ALTMANN, Werner. **El proyecto nacional peronista (1943-1955)**. Cidade do México: Editorial Extemporaneos, 1979.

_____. *Cárdenas, Vargas y Perón, una confluencia populista*. In: **El Populismo en América Latina**. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1983.

_____. México: el estado y la unidad nacional cardenista. In: **Revista de História**, São Paulo, FFLCH-USP, nº 115, 1983.

_____. *A América Latina na década de 80: uma avaliação histórica*. **São Paulo em Perspectiva**, 4 (1): 81-91, jan/mar, 1990.

_____. *O marco histórico de ascensão do Cardenismo*. In: **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, vol. 26, nº 117, maio/julho, 1990, p. 93-132.

_____. **A trajetória contemporânea do México**. São Paulo: Pensieri, 1992.

_____. *América Latina no limiar do ano dois mil: ainda o colonialismo*. In: **Praxis**, nº 5, outubro-dezembro de 1995.

ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In: SADER, Emir, e GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo - As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 - 3ª edição.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *A atualidade de Mário Pedrosa*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 de abril de 2000. Caderno Mais!, p. 7.

- ARIAS, María Fernanda. *Aproximaciones al estudio del menemismo*. **Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**. Volumen 9, nº 2, julio-diciembre 1998.
- ARMANI, Carlos Henrique. *As Ciências Humanas e a América Latina*. **Folha da História**, Porto Alegre, agosto 2000, p. 3.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX - Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- AYERBE, Luis Fernando. **Neoliberalismo e política externa na América Latina - Uma análise a partir da experiência argentina recente**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
- BARCO, Ricardo del. *Del gobierno militar al régimen peronista*. **Historia Política Argentina - 1943-1982**. Buenos Aires: Editorial del Belgrano, 1985, p. 13-15.
- BARROS de Castro, Antonio, e SOUZA, Francisco E. P. de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- BASURTO, Jorge. **Cárdenas y el poder sindical**. México: Ediciones Era, 1983.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington - A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo: PEDEX, 1994.
- BAUMANN, Renato. *A Cepal e as crises externas*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 de outubro de 1998, p. 3.
- BEAUD, Michel. **História do Capitalismo: de 1500 até nossos dias**. São Paulo: Brasiliense, 1991 - 3ª edição

- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *Indústria e finança*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 de abril de 1999. Caderno Dinheiro, p. 2.
- BERNARDO, Antonio Carlos. *O Estado Novo e a reorientação econômica*. **Anais de História**. São Paulo, nº 9, 1977, p. 25-42.
- BETHEL, Leslie (org.). **História de América Latina - Vol. 11, Economía y sociedad desde 1930**. Barcelona: Crítica, 1997.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. São Paulo: Record, 2000.
- BLANCO, Fernando Luis. *Uma reflexão sobre o neoliberalismo na Argentina*. **Folha da História**, Porto Alegre, abril de 1998.
- BRAGA, Sérgio Soares. *Empresariado, sistema partidário e pensamento econômico na crise do Estado Novo e da redemocratização de 1945-1946*. <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/autor/braga1.exe>. Curitiba, 1999
- BRANDI, Paulo. **Vargas: da vida para a história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 - 2ª edição.
- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

- BULMER-THOMAS, Víctor. *Las economías latinoamericanas, 1929, 1939*. In: BETHEL, Leslie (org.). **História de América Latina - Vol. 11, Economía y sociedad desde 1930**. Barcelona: Crítica, 1997, p. 3-46.
- BURKE, Peter. *O Renascimento multicultural*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de dezembro de 1999. Caderno Mais!, p. 20.
- CALDEIRA, Jorge. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.
- CALVINO, Italo. **Porque ler os Clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CAMÍN, Héctor Aguilar, e MEYER, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana - História Mexicana Contemporânea, 1910-1989**. São Paulo: Edusp, 2000.
- CAMPOS, Raymundo. **História da América**. São Paulo: Atual Editora, 1992.
- CAMPOS, Roberto. **Lanterna na popa**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *A Constituição liberticida*. **Revista Veja**, 02 de dezembro de 1998.
- CANO, Wilson. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: Papirus/Fapesp, 1999.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal - A Era Vargas acabou?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion, e BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da História.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983 - 3ª edição.

CARDOSO, Ciro Flamarion, e VAINFAS, Ronaldo. *História e Análise de Textos.* In: CARDOSO, Ciro Flamarion (org.) **Domínios da História - Ensaio de Teoria e Metodologia.** São Paulo: Editora Campus, 1997.

CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **O governo Fernando Henrique.** São Paulo: Editora Três, 1999.

CARRION JR., Francisco. **O outro lado da moeda.** Porto Alegre: Foco Editorial, 1998.

CHAVEAU, A., TÉTARD, Ph. *Questões para a História do Presente.* In: CHAVEAU, A., TÉTARD, Ph. **Questões para a História do Presente.** São Paulo: Edusc, 1999, p. 7-37.

CHÁVEZ, Alicia Hernández. **Historia de la Revolución Mexicana, 1934-1940 - La mecánica cardenista.** México: El Colegio de México, 1979.

CHESNEAUX, Jean. **Modernidade-mundo.** Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

CHOMSKY, Noam. **Novas e velhas ordens mundiais.** São Paulo: Scritta, 1996.

CITTADINO, Gisele. *Ressocialização da política e repolitização do social - Algumas considerações sobre o Brasil.* **Ciências Sociais Hoje,** 1987. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, ANPOCS, 1987.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Pluralismo: dimensões teóricas e políticas.* In: **Cadernos ABESS,** 1991.

- CUEVA, Agustín (org.). **Tempos conservadores - A direitização no Ocidente e na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- DAVIS, Benjamin. *Las políticas de ajuste de los ejidatarios frente a la reforma neoliberal en México*. **Revista de la Cepal**, nº 72, diciembre 2000, p. 99-119.
- DIAS, Reginaldo. *Considerações sobre a História Imediata e o colapso do socialismo real*. In: **Revista Pós-História**. São Paulo: Unesp, nº 03, 1995, p. 57-75.
- DOMENECH, Enrique. *Algunos comentarios sobre la planificación económico-social y sobre la planificación económico social en Argentina*. In: OYUELA, Juan Amadeo (org.). **Polémica - Primera Historia Argentina Integral**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1972.
- DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- DORFMAN, Adolfo. **Historia de la industria argentina**. Buenos Aires: Hispamerica Ediciones Argentinas, 1986.
- DOWBOR, Ladislau. *Globalização e tendências institucionais*. In: DOWBOR, Ladislau, IANNI, Octavio, e RESENDE, Paulo-Edgar A. **Desafios da Globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- DRAIBE, Sônia, e HENRIQUE, Wilnês. *"Welfare State", crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Vértice, 1988 número 6, vol. 3, fevereiro de 1988.
- DUTRA, Eliana. **O ardil totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/UFMG, 1998.

EAGLETON, Terry. **Ideologia - uma introdução**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *O futuro do Welfare State na Nova Ordem Mundial*. **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, nº 35, 1995.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30 - Historiografia e História**. São Paulo: Brasiliense, 1982 - 8ª edição.

FAZIO, Carlos. *El Peronismo de fin de siglo*. **Comunicação e Política**, nº 3, setembro-dezembro de 1998.

FERRER, Aldo. **La economia argentina**. Fondo de Cultura Economica: México - Buenos Aires, 1980.

FIORI, José Luis, e TAVARES, Maria da Conceição. **Poder e Dinheiro - uma Economia Política da Globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FRANCO, Gustavo. *O Plano Real e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

FREIRE, Vinícius Torres, e SILVA, Fernando de Barros e. *A Teoria que saiu do Freezer*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 de maio de 1995. Caderno Mais! Especial Teoria da Dependência, p. 5.

FREITAS, Décio. *O esvaziamento do Estado*. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 de fevereiro de 1997, p. 19.

_____. *Idiotices do manual do perfeito idiota*. **Zero Hora**, Porto Alegre, 27 de abril de 1997, p. 23.

_____. *Revoluções Pós-Modernas*. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 de janeiro de 2000, p. 21.

FONSECA, Eduardo Gianetti da. *Entenda o que está acontecendo no mundo* (entrevista a Clóvis Rossi). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 de novembro de 1997. Caderno Especial Globalização, p. 2.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o Capitalismo em construção, 1906-1954**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

FRISCHAUER, Paul. **Presidente Vargas**. São Paulo: Nacional, 1944 - 2ª edição.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **A economia latino-americana - Formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986 - 3ª edição.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995 - 25ª edição.

_____. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- GENNARI, Emilio (org.) **Terra e liberdade: o grito de Zapata corre o mundo**. Mimeo, s/d.
- GILLY, Adolfo. **Chiapas: La Razón Ardiente**. Cidade do México: Ediciones Era, 1998.
- GIMENES, Régio Marco Toesca. *O programa de estabilização econômica do México: uma proposta para a América Latina*. **Akrópoles**, nº 2, abril-junho, 1993.
- GIRBAL-BLACHA, Noemí M. *La pobreza vista desde arriba - Una interpretación histórica desde el discurso peronista (1946-1955)*. Sevilla: **Publicaciones de la Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla**. LVI-2, julio-diciembre, 1999
- GOLDMAN, Noemi. **El discurso como objeto de la historia**. Buenos Aires: Hachette, s/d.
- GOMES, Ângela de Castro. *O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil - notas sobre a trajetória de um conceito*. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1966, p. 31-58.
- GONZÁLEZ, Luis. **História da Revolução Mexicana, 1934-1940 - Los días del presidente Cárdenas**. México: El Colegio de Mexico, 1981.
- GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1990 - 8ª edição.

GUGGIANA, Miguel Augusto. *Interdependência: Uma visão contemporânea da teoria da dependência*. **Teoria Econômica**, Passo Fundo, v. 7, nº 13, p. 121-140, novembro de 1999.

HAMILTON, Nora. **México: los límites de la autonomía del Estado**. México: Ediciones Era, 1983.

HANSEN, Roger. D. **La política del desarrollo mexicano**. México; Siglo Veintiuno, 1980 - 10ª edición.

HEILBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos - O breve século XX (1914-1991)**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

_____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado Populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IGLÉSIAS, Francisco. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

JULLIARD, Jacques. *A política*. In: Le Goff, Jacques, e Nora, Pierre. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, 3ª edição, p. 180.

- KALECKI, Michal. **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- KAPLAN, Marcos. *La naturaleza del gobierno peronista, 1943-1955*. In: **Revista Latinoamericana de Economía**. Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM, México, nº 11, 1972.
- KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- KOCKA, Jürgen. *Um Retorno à Narração? Em Defesa de uma Argumentação Histórica*. **Revista História: Questões e Debates**. Curitiba, v. 13, nº 24, p. 56-77, jul/dez, 1996.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado: para una semantica de los tiempos históricos**. Buenos Aires: Paidós, 1993.
- KRAUZE, Enrique. **Lázaro Cárdenas** (Colección Biografía del poder, nº 8). México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- KURZ, Robert. *Totalitarismo econômico*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 de agosto de 1999. Caderno Mais!, p. 9.
- KUTTNER, Robert. *As causas do segundo surgimento do laissez-faire*. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 de dezembro de 1997. Caderno D.
- LACERDA, Antonio Correa de. *Economia brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista - Capitalismo, Fascismo e Populismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

LACOUTURE, Jean. A História Imediata. *In*: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 215-240.

LAMBERT, Jacques. **América Latina - Estruturas sociais e instituições políticas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979 - 2ª edição.

LAMOUNIER, Bolívar. *Um governo sem discurso?* **Gazeta Mercantil**, 24 de abril de 1997, p. A-3.

LARANGEIRA, Sônia M.G. *Faz sentido falar em classes sociais?*. **Cadernos de Sociologia**, vol. 4, número especial (Natureza, História e Cultural: repensando o social). Porto Alegre, PPGS/UFRGS, 1993,

LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da Nação - Balanço do Governo FHC**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e industrial do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História da América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986 - 2ª edição.

_____. *História do Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991 - 6ª edição.

LUKACS, John. **O fim do século 20 e o fim da Era Moderna**. São Paulo: Editora do Círculo do Livro, 1993.

LUNA, Félix. **Perón y su tiempo**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1984.

- LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1988 - 3ª edição.
- MACADAR, Beky Moron de. *O contexto internacional e a integração econômica latino-americana*. In: **Análise**, Porto Alegre, v. 3, nº 2, 1992, p. 37-48.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do discurso**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.
- MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MEDIN, Tzvi. **Ideología y praxis política de Lázaro Cárdenas**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1974 - 2ª edición.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MENDES, Oswaldo. **Getúlio Vargas**. São Paulo: Moderna, 1986.
- MENDOZA, Plinio Apuyelo, MONTANER, Carlos Alberto, e LLOSA, Álvaro Vargas. **Manual do Perfeito Idiota Latino-americano**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.
- MERCADANTE, Aloizio. *Armadilha neoliberal*. **Teoria e Debate**. São Paulo, nº 10, maio de 1990.
- MINEIRO, Adhemar dos Santos, ELIAS, Luiz Antônio, e BENJAMIN, César (org.). **Visões da crise**. Rio de Janeiro: Contraponto: 1998.
- MORAIS, José Luis Bolzan de. *As crises do Estado contemporâneo*. **Revista Vidya**, Santa Maria, v. 14, nº 24, julho/dezembro de 1995.

MOREIRA, Maurício Mesquita. *Estrangeiros em uma economia aberta: impactos recentes sobre a produtividade, a concentração e o comércio exterior*. In: GIAMBIAGI, Fabio, e MOREIRA, Maurício Mesquita. **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999, p. 293-332.

MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

NIETO, Raul Daniel. *A origem da dolarização na Argentina*. **Análise**, Porto Alegre, v. 2, nº 6, p. 125-134, 1991.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Humanidade e Lutas Sociais - Era do Imperialismo**. Porto Alegre: Editora Tchê!, 1987.

_____. **Evolução sócio-econômica do Brasil**. Porto Alegre: Ortiz, 1990 - 2ª edição.

OLIC, Nelson Bacic. **Geopolítica da América Latina**. São Paulo: Moderna, 1995 - 12ª edição.

ORTIZ, Renato. *Anotações sobre a mundialização e a questão nacional*. **Revista Sociedade e Estado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, volume XI, nº 1, jan/jun 1996.

PABLO, Juan Carlos de. **Economia Política del Peronismo**. Buenos Aires: El Cid Editor, 1980.

- PACHECO, Cristina Carvalho. *Estado-Nação, internacionalização e democracia: um ensaio acerca do impacto da internacionalização nas democracias periféricas, sob a perspectiva de uma economia-mundo capitalista*. **Temáticas**, Campinas, 7 (13/14): 7-34, jan/dez 1999.
- PAGE, Joseph A. **Perón**. Buenos Aires: Círculo de Lectores, 1984.
- PAILLARD, B. *Imediata (História)*. In: BURGUIÈRE, André (org.) **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago Editora, s/d, p. 408-411.
- PALACIOS, Guillermo. *México en los años treinta*. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). **América Latina en los años treinta**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1977.
- PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. São Paulo: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- PAULANI, Leda Maria. *Neoliberalismo e individualismo*. **Economia e Sociedade**, Campinas (13): 93-114, dez. 1999.
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai**. Rio de Janeiro: Globo, 1960.
- PELÁEZ, Carlos Manuel. **O Cruzado e o Austral - Análise das Reformas Monetárias do Brasil e da Argentina**. São Paulo: Ed. Atlas, 1986.
- PEÑA, Sergio de la. **La formación del capitalismo em México**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986 - 13ª edición.

- PERDIA, Roberto Cirilo, e NARVAJA, Fernando Vaca. **Plano Austral - Nova estratégia do FMI**. Porto Alegre, Editora Tchê!, 1986.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.
- PETRAS, James. **Mitos e realidades: os mercados livres na América Latina**. São Paulo: Scritta, 1995.
- PINHEIRO, Armando Castelar. *Privatização no Brasil: por quê? Até onde? Até quando?*
In: GIAMBIAGI, Fabio, e MOREIRA, Maurício Mesquita. **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999, p. 147-182.
- PORTNOY, Leopold. *Política económica - 1945-1962*. **Polémica - Primera Historia Argentina Integral**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1972, vol. 89, p. 241.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil - De Varnhagen a FHC**. São Paulo: Editora da Fundação FGV, 2000.
- RÉMOND, René. *O retorno do político*. In: CHAVEAU, A., TÉTARD, Ph. **Questões para a História do Presente**. São Paulo: Edusc, 1999, p. 51-60.
- ROBIN, Régine. **Lingüística e história**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- ROMAN, Eric Benvenuti. *El Populismo: una aproximación teórica e estrutural*. **Anales Revista de Ciencias Sociales e Historia de la Universidad Interamericana de Puerto Rico**, vol. 1, nº 1, 1984.

ROSTOW, W.W. **Origens da Economia Moderna**. São Paulo: Cultrix, 1975.

ROUANET, Paulo. *O fim da história?* Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1998. Caderno Idéias, p. 5.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de Economia**. São Paulo: Editora do Círculo do Livro, 1994.

SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, SCARLATO, Francisco Capuano, ARROYO, Monica (org.). **Fim de século e Globalização**. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1998 3ª edição.

SCHILLING, Voltaire. *Keynes versus Hayek*. **Zero Hora**, Porto Alegre, 28 de junho de 1995.

SEMO, Enrique. **História Mexicana: Ideologia y lucha de clases**. Cidade do México: Era, 1978.

SILVA, Hélio. **Vargas**. Porto Alegre, Editora L&PM, 1980.

SILVA, Juremir Machado da. **A miséria do cotidiano - Energias utópicas em um espaço urbano moderno e pós-moderno**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Evolução social do Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988.

SOLAL, Anne-Cohen. **Sartre - Uma Vida**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

SUASSUNA, Luciano, e NOVAES, Luiz Antônio. **Como Fernando Henrique foi eleito presidente**. São Paulo: Editora Contexto, 1994.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. *Estado, economia e sociedade*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 de julho de 1995. Caderno Dinheiro, p. 2.

_____. *Globalização e o Estado nacional*. **Folha de São Paulo**, 12 de outubro de 1997. Caderno Dinheiro, p. 2.

_____. *A economia política do Real*. In: MERCADANTE, Aloizio (org.). **O Brasil pós-Real - a política econômica em debate**. Campinas, São Paulo: Unicamp, Instituto de Economia, 1998.

_____. *50 anos do Manifesto Latino-americano*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 de setembro de 1999. Caderno Dinheiro, p. 2.

THORP, Rosemary. **Progresso, pobreza e exclusão - Uma história econômica da América Latina no século XX**. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2000.

TOLFO, Rogério Vianna. *O desenvolvimentismo e a teoria da CEPAL: auge e crise na economia brasileira (1951-1964)*. **Análise**, Porto Alegre, v. 6, nº 1, p. 41-63, 1995.

TOURAINÉ, Alain. *As vias abertas da América Latina*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 de novembro de 2000. Caderno Mais!, p. 17.

TREVISAN, Leonardo. **A República Velha**. São Paulo: Global, 1982.

- VALLS, Lia. *Ligações perigosas - Dependência da economia americana é o maior problema do México*. **Conjuntura Econômica**, Revista da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, julho de 2001.
- VASCONCELLOS, Gilberto. *Bricolagem esotérica*. **Folha de São Paulo**, 23 de setembro de 2001. Caderno Mais!, p. 20.
- VERISSIMO, Luis Fernando. *O mistério*. **Zero Hora**, Porto Alegre, 28 de julho de 1996. Caderno Revista ZH, p. 16.
- VITELLI, Rossana. *El Menemismo y la revolucion neoconservadora*. <http://www.rau.edu.uy/fcs/soc/Revista.vitelli.htm>. Montevideu, 2000.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A nova ordem global - Relações internacionais do século XX**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.
- _____. **Dez anos que abalaram o século XX - Política internacional de 1989 a 1999**. Porto Alegre: Novo Século, 1999.
- WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. In: FURTADO, Celso (org.). **Brasil: Tempos modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 2ª edição, p. 51.
- WINCKLER, Carlos Roberto. *A crise do Estado desenvolvimentista*. In: **Análise**, Porto Alegre, v. 4, nº 2, 1993, p. 55-60.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)